

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**INTERVENÇÕES PÚBLICA E PRIVADA NO ESPAÇO**  
**URBANO DE GOIÂNIA**

**Aluno: Marcelo Gomes Ribeiro**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar**

Goiânia, 2007.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**MARCELO GOMES RIBEIRO**

**INTERVENÇÕES PÚBLICA E PRIVADA NO ESPAÇO  
URBANO DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar.

Goiânia, 2007.

**MARCELO GOMES RIBEIRO**

**INTERVENÇÕES PÚBLICA E PRIVADA NO ESPAÇO  
URBANO DE GOIÂNIA**

Banca Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar  
(FCHF/UFG)

---

Prof. Dr. Aristides Moysés  
(Economia/UCG)

---

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór  
(CEDEPLAR/UFGM)

---

Prof. Dr. Tadeu Pereira de Alencar Arrais - Suplente  
(IESA/UFG)

## **DEDICATÓRIA**

Para minha mãe, Aldenora, exemplo de sabedoria,  
garra e determinação, com muito amor!

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha orientadora, Professora Maria do Amparo, que me proporcionou a possibilidade viver de corpo e alma a vida acadêmica. Abriu-me portas, acreditou na minha capacidade e me deu sua confiança. A ela sou eternamente grato.

Ao Professor Ary, que mantém comigo uma convivência fraterna, e é um dos responsáveis por hoje eu discutir um tema relacionado à questão urbana. Por seu apoio, confiança, oportunidade e incentivo sou também eternamente grato.

À Rede Observatório das Metrôpoles, em especial aos pesquisadores do Núcleo Goiânia.

Aos colegas da Prefeitura de Goiânia que contribuíram com meu trabalho: Rodrigo, meu amigão, que sempre se dispôs a organizar os dados que precisava. À Carla, Regina, Silvio, Marcela e Carlinhos.

Ao IBGE de Goiás, nas pessoas de Marília, Lázaro e Daniel.

Aos Professores do Mestrado, em especial, Prof<sup>ª</sup>. Maria Cristina T. Machado, Prof. Luiz Mello de Almeida Neto, Prof. Jordão Horta Nunes, Prof<sup>ª</sup>. Marta Rovey de Souza, Prof<sup>ª</sup>. Denise Paiva Ferreira e Prof. Pedro Célio Alves Borges.

Aos colegas do Mestrado, em especial, Marisa, Dilma, Emiliano, Rafael, Juliano, Josué e Aline.

Aos Professores Eduardo e Tadeu, que contribuíram muito com meu trabalho.

Aos eternos amigos que souberam entender minha condição nesse período e muito me apoiaram: Sandra, Ângela, Leile, Maria Paixão, Cida, Gledson, Ronivan e Olmo.

Aos meus irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, e a todos meus familiares.

## RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a produção recente do espaço urbano de Goiânia de modo a compreender a alocação das pessoas no território. Para tanto, partiu-se da hipótese que o capital imobiliário e, portanto, a iniciativa privada tem papel destacado nesse processo. Porém, seu êxito normalmente é alcançado quando o poder público o favorece, através de seus expedientes: elaboração da legislação urbana e realização de políticas públicas. Neste sentido, para compreender o comportamento do crescimento urbano de Goiânia procurou-se, de um lado, evidenciar as transformações estruturais ocorridas em especial a partir da década de 1970 em todo mundo e as transformações peculiares da estrutura econômica, social e demográfica do Brasil e de Goiás. Por outro lado, buscou-se compreender o padrão de organização social do espaço urbano, de modo a analisar as distâncias sociais manifestadas no território urbano. Assim, tornou-se possível caracterizar o processo de crescimento urbano de Goiânia que é manifestação das mudanças gerais e, ao mesmo tempo, destacar as especificidades de Goiânia, a luz desse processo. Desse modo, procurou-se analisar as intervenções da construção civil ocorridas no município de Goiânia, em especial, aquelas voltadas para a habitação e as destinadas ao desenvolvimento de atividade econômica.

## **ABSTRACT**

The present work has aimed to analyze the recently production of the urban space of Goiânia in a way to comprehend the people moving in the territory. For that, we attempted to the hypothesis that the real estate capital and, therefore, the private initiative has had an important part in this process. However, its success is normally achieved when the public sector favors it, through its means: elaboration of the urban legislation and planning of the public policies. In this way, to comprehend the behavior of the urban growth of Goiânia, we have looked for, on the one hand, evidence the structural transformation occurred specially from the 70's around the world and the peculiar transformation of the economical, social and demographical structure of Brazil and Goiás. On the other hand, we have achieved to comprehend the social organization of the urban space, to analyze the social distances that have been shown in the urban territory. Thus, it has become possible to characterize the process of urban growth of Goiânia that it is the expression of the general changing and, at the same time, point the specifics of Goiânia out, highlighted by this process. In this way, we have tried to analyze the interventions of the civil construction which occurred in the municipality of Goiânia, especially, those that are for living and the ones designated for the development of the economical activity.

**Key words:** urban growth, spatial organization, public-private relation

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1	
O CRESCIMENTO POPULACIONAL DE GOIÂNIA E SUA REGIÃO METROPOLITANA	11
1.1 Transformações estruturais na economia global vis-à-vis os espaços urbanos	18
1.2 Transformações sócio-econômicas na Região Metropolitana de Goiânia vis-à-vis as outras metrópoles brasileiras	32
<i>Mudanças Estruturais em Goiás</i>	39
<i>Transformações Intra-metropolitanas</i>	42
CAPÍTULO 2	
PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA	53
2.1 Construção da Tipologia Sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia	55
2.2 Padrão de organização sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia segundo a tipologia sócio-espacial	73
2.3 Análise das condições sócio-econômicas da metrópole a partir da tipologia sócio-espacial	80
CAPÍTULO 3	
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	89
3.1 Goiânia sob prisma das desigualdades sócio-espaciais	90
3.2 A ação do Estado e as externalidades	95
3.3 A ação do capital imobiliário	100
3.2 Intervenções no território urbano	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	127

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1.1 Capitais Metropolitanas: População Total, Variação Relativa e Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%) no período de 1980/1970, 1991/1980, 2000/1991 e 2000/1970
- Tabela 1.2 Brasil: Evolução de variáveis selecionadas - 1970 a 1987
- Tabela 1.3 Goiás: Setor de ocupação em anos selecionados
- Tabela 1.4 Municípios da Região Metropolitana de Goiânia: População Total, Variação Relativa e Taxa anual de crescimento geométrica - 1980/1970, 1991/1980, 2000/1991
- Tabela 1.5 Goiânia: Quantitativo de bairros (loteamentos) por década e situação fundiária – 2003
- Tabela 1.6 Municípios da Região Metropolitana de Goiânia: número de imigrantes de data fixa: de 5 Anos e mais de Idade, que realizou migração no período 1995-2000
- Tabela 2.1 Região Metropolitana de Goiânia: Ocupados pos CAT - 2000
- Tabela 2.2 Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo a Classe de Renda Mensal do Responsável pela Família (em S.M.) - 2000
- Tabela 2.3 Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo taxa de analfabetismo e de escolaridade de pessoas com 18 anos ou mais de idade - 2000
- Tabela 2.4 Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo o Total de Pessoas por Faixa de Idade, que Frequentam a Escola e Série Adequada – 2000
- Tabela 2.5 Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo características selecionadas dos domicílios particulares permanentes urbanos – 2000
- Tabela 2.6 Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo características selecionadas dos domicílios particulares permanentes - 2000
- Tabela 3.1 Goiânia: Tipologia Sócio-espacial segundo o Número de Ocupados por classe de rendimento no trabalho principal (em S.M.) - 2000
- Tabela 3.2 Goiânia: Tipologia Sócio-espacial segundo o rendimento médio mensal dos ocupados no trabalho principal por o sexo, cor ou raça e anos de estudo - 2000
- Tabela 3.3 Goiânia: Habitação Unifamiliar: Participação Relativa (%) dos Projetos Aprovados por Região Administrativa - 1995 a 2002
- Tabela 3.4 Goiânia: Habitação Coletiva: Participação Relativa (%) dos Projetos Aprovados por Região Administrativa - 1995 a 2002
- Tabela 3.5 Goiânia: Comércio: Participação Relativa (%) dos Projetos Aprovados por Região Administrativa - 1995 a 2002

## **LISTA DE QUADROS**

- Quadro 2.1 Código e Descrição das Categorias Socioocupacionais (CATs)
- Quadro 2.2 Região Metropolitana de Goiânia: População e Número de Áreas de Expansão Demográfica (AEDs) - 2000
- Quadro 3.1 Goiânia: Quantitativo de Agências Bancárias por Bairro – 2007

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- Gráfico 3.1 Goiânia: Número de projetos aprovados de habitação unifamiliar - 1995 a 2002
- Gráfico 3.2 Goiânia: Área construída de habitação unifamiliar (m<sup>2</sup>) - 1995 a 2002
- Gráfico 3.3 Goiânia: Número de projetos aprovados de habitação coletiva - 1995 a 2002
- Gráfico 3.4 Goiânia: Área construída de habitação coletiva (m<sup>2</sup>) - 1995 a 2002
- Gráfico 3.5 Goiânia: Número de projetos aprovados de comércio - 1995 a 2002
- Gráfico 3.6 Goiânia: Área construída de comércio (m<sup>2</sup>) - 1995 a 2002

## **LISTA DE CARTOGRAMAS**

- Cartograma 1.1 Região Metropolitana de Goiânia
- Cartograma 2.1 Região Metropolitana de Goiânia segundo as AEDs
- Cartograma 2.2 Região Metropolitana de Goiânia segundo a Tipologia Sócio –Espacial - 2000
- Cartograma 3.1 Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial - 2000
- Cartograma 3.2 Goiânia – 2000

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 2.1 Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição de cada eixo na variância total – 66 AEDs – 2000
- Figura 2.2 Região Metropolitana de Goiânia: Peso das Categorias Socioocupacionais nos dois eixos explicativos da organização social do espaço metropolitano – 66 AEDs – 2000
- Figura 2.3 Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição das Categorias Socioocupacionais e das AEDs – 66 AEDs – 2000
- Figura 2.4 Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição de cada eixo na variância total – 53 AEDs – 2000
- Figura 2.5 Região Metropolitana de Goiânia: Peso das Categorias Socioocupacionais nos dois eixos explicativos da organização social do espaço metropolitano – 53 AEDs – 2000
- Figura 2.6 Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição das Categorias Socioocupacionais e das AEDs – 53 AEDs – 2000

## LISTA DE ABREVIATURAS

AED	Área de Ponderação Amostral
AGLUB	Aglomerado Urbano de Goiânia
AMP	Áreas Metropolitanas Principais
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAT	Categoria Sócio-Ocupacional
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
COHAB	Companhia de Habitação
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PDIG	Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

## INTRODUÇÃO

Por volta do final da década de 1970 nascia o décimo filho de Dona Teresa no norte do Estado de Goiás, hoje atual Estado do Tocantins, analfabeta e sem marido, porque havia morrido recentemente em acidente de caminhão. Aquele bebê não poderia ter idéia das transformações que estavam ocorrendo no mundo e no Brasil, que de algum modo lhe afetaria, nem aquela senhora não poderia se dar conta das mudanças em curso. O que sabia e lhe incomodava era que precisava criar seus filhos e dar a eles uma vida melhor que ela tivera. Esse era o seu desejo e isso se tornou sua inspiração.

A população de modo geral é muito solidária. E o fato de Dona Teresa ter dado à luz uma criança que ficou órfã de pai e tendo que criar 10 filhos comoveram as pessoas que colaboraram com ela para que pudesse alimentar seus filhos. O grande paradoxo é que com essa situação muita ajuda foi oferecida o que proporcionou a essa mulher um dos momentos de maior abundância até então em sua vida.

Alguns dos filhos de Dona Teresa já se encontravam em idade de trabalhar. E logo que conseguiram encontrar emprego as condições de vida melhoravam, de modo geral, para todos da família. Mas essa melhora ainda não significava qualidade de vida. Sabia aquela mulher que era preciso buscar outras alternativas para que além de sobreviver, pudesse viver uma vida com dignidade.

Por isso, anos mais tarde, por volta de 1984, tomou a decisão de se mudar para a capital. Essa decisão constrangia a todos, porque não poderiam imaginar como uma mulher analfabeta conseguiria sobreviver na cidade grande. Mas, com a decisão tomada, não voltou atrás, colocou os poucos móveis que possuía num caminhão “toco” e seguiu adiante.

Ao chegar a Goiânia se dirigiu para um bairro da periferia da cidade, onde apenas a linha de ônibus era asfaltada, era poeira quando fazia sol e lama quando chovia. Era tanta gente naquele bairro que os ônibus saiam de lá sempre lotados. Num primeiro momento alugou um barracão para morar até conseguir um lote doado pelo

governo, onde construiu sua casa, pode depois vendê-la para comprar outra naquele primeiro bairro que havia morado na capital.

Logo seus filhos conseguiram encontrar emprego, o que possibilitou aumento de renda na família. Ela trabalhava também numa escola estadual, pois tinha vindo transferida daquele município do norte de Goiás. Os filhos mais novos, inclusive aquele que não conheceu o pai, já estavam estudando, pois Dona Teresa acreditava que uma vida melhor só poderia ser alcançada através dos estudos, estudos que ela não teve, mas não viveria satisfeita se seus filhos não tivessem também.

Assim, a vida de Dona Teresa foi se organizando, alguns filhos começaram a casar e pararam de estudar, mas já tinham de onde tirar seu sustento. Outros filhos continuaram estudando, o que muito orgulhava aquela senhora, que não conseguia entender como foi possível tratar com dignidade cada um dos filhos. Nenhum deles se tornou marginal. Todos obtiveram um rumo na vida.

Agora são seus filhos que batalham para conseguir um lugar para morar. A vontade é de morar perto da mãe, mas nem todos conseguem porque uma habitação no bairro de Dona Teresa é muito onerosa. Alguns deles para conseguir um lugar para morar terão que ir para algum bairro mais longe ainda, ou até mesmo para algum município vizinho. Mas, estão em melhores condições de encaminhar esses problemas do que teve sua mãe nos idos dos anos 80.

Hoje Dona Teresa vive a grata satisfação de cuidar de sua casa, porque já se aposentou; ir à igreja, porque ela é muito religiosa; e se preocupar com os netos, porque os filhos já estão criados.

\* \* \*

A história de Dona Teresa, apesar de ilustrativa, reflete um dos momentos em que o crescimento populacional de Goiânia se realizava com muita intensidade, tendo como um dos principais motivos o processo migratório. Morar na cidade grande, além do status que isso causava, significava também perspectivas melhores de vida. O sonho de uma vida melhor possivelmente deu certeza a muita gente que poderia migrar para a capital. A perspectiva da vida no interior que dependia da agricultura já não assegurava as condições de sobrevivência para boa parte das pessoas. O emprego no meio rural tendeu a diminuir relativamente.

Quem migrava para a cidade grande em busca de uma vida melhor, mas sem qualificação profissional ou com nível reduzido de escolaridade, tendia a se situar nas franjas da cidade, onde o aluguel era mais barato ou a possibilidade de conseguir comprar um lote ou mesmo uma casa se configurava com mais facilidade. O fato é que esses fatores contribuíram para a expansão da área urbana de Goiânia, fazendo com que seu crescimento transbordasse para outros municípios, que passaram a acolher boa parte da população migrante, quando as condições de aquisição de moradia na capital se tornaram reduzidas.

O governo, em muitos momentos, se sentiu pressionado a oferecer moradia para a população ou dar a elas condições para que pudessem adquirir. Assim, surgiram diversos programas habitacionais, alguns mais significativos, outros menos, até que o padrão de renda da população tendeu a se elevar e fez com que o capital imobiliário passasse a ampliar seu leque de atuação e incorporasse a esse mercado segmentos sociais, que antes não tinham condições de determinar demanda efetiva. Os que não conseguiam adquirir imóveis na capital ou em áreas mais próximas do centro da cidade, devido ao seu valor, tiveram que mudar para áreas mais afastadas ou até mesmo para outros municípios.

É nesse sentido, que o mercado imobiliário passa a atuar de modo a atender diversos segmentos sociais. Nas décadas de 1970 e 1980 quando a legislação urbana era mais rígida e exigia que o loteador provesse a infra-estrutura, poucos foram os loteamentos aprovados. Na década de 1990, quando a legislação urbana foi relaxada Goiânia viu explodir o número de loteamentos e, com isso, diversos segmentos de renda passaram a ser incorporados no mercado imobiliário para assegurar demanda efetiva em relação à oferta que estava sendo feita.

O que se observa é que, no momento em que os municípios adjacentes à capital passam a receber boa parte da população que não tinha condições de viver nessa cidade, o poder público colabora com o capital imobiliário, possibilitando que este tenha menores custos na produção da mercadoria que oferece, obtendo assim maior rentabilidade. Além disso, o capital imobiliário se utiliza de outras estratégias para aumentar sua lucratividade. Uma das mais emblemáticas é a agregação de valor ao loteamento que será lançado. Isso é feito normalmente com a construção de equipamentos públicos próximos a área do loteamento. Exemplo disso pode ser

conferido com a construção da sede da Prefeitura num local que só mais tarde veio a ser construído alguns condomínios horizontais fechados de alto padrão.

Por outro lado, na medida em que a cidade cresce e sua população passa a se estabelecer economicamente, alguns equipamentos privados são ampliados para outras regiões da cidade, possibilitando valorização das áreas próximas a estes equipamentos, como são os casos de bancos, shopping centers e hipermercados. Os empreendimentos imobiliários que são lançados, depois que essa área se valorizou, passam a ter um preço muito mais alto do que teria caso não houvesse a existência desses equipamentos. Mas isso só ocorre quando a população passa a ter condições de demandar esses novos produtos que lhe são ofertados.

O poder público colabora de outra forma com capital imobiliário quando aquele, para executar sua política habitacional, lança loteamentos muito distantes da área urbana construída. Isso faz com que ele seja obrigado a levar infra-estrutura para estes bairros, o que possibilita redução de custos para os loteadores privados das áreas intermediárias, ao mesmo tempo em que torna o seu imóvel mais valorizado.

Todas essas formas de ação do capital imobiliário, que por muitas vezes recebe a colaboração do poder público, dá feições particulares ao espaço urbano. Entender o modo como ocorre a produção recente do espaço urbano é o objetivo central deste trabalho. Para que isso ocorra torna-se necessário que essa explicação esteja fundamentada em base teórica. Neste sentido, além de várias outras contribuições, este trabalho assentou sua análise no conceito de externalidade ou efeito de exteriorização, utilizado por David Harvey, e na perspectiva conceitual de Pierre Bourdieu, em que se baseia o estilo de vida das pessoas e, por conseguinte, suas condições objetivas segundo sua posição ocupada na estrutura social, o que possibilita compreender como as pessoas segundo essas características se distribuem no espaço urbano.

Para tanto, tornou-se necessário que se fizesse uma análise das transformações sócio-econômicas no mundo e no Brasil que tivesse rebatimento na estrutura urbana e, em particular, no contexto da Região Metropolitana de Goiânia. Isso se colocou como uma necessidade na medida em que se considerou que para compreender a produção do espaço urbano era importante compreender os motivos que levaram aquela situação. Neste caso, a compreensão da estrutura sócio-econômica, bem como suas mudanças, com destaque para a análise da estrutura populacional, mostrou-se relevante para a

compreensão do caso particular de Goiânia. Esta discussão ocupa o primeiro capítulo deste trabalho.

Houve a preocupação, todavia, de analisar Goiânia no contexto de sua Região Metropolitana, uma vez que aquilo que ocorre nesta cidade afeta seus vizinhos mais próximos e, por outro lado, dada as condições de oferecimento de serviços nesses municípios Goiânia também é afetada pelo seu entorno, não seria mais possível interpretar os processos sociais ocorridos na capital desvinculada do seu contexto metropolitano.

Assim, se tornou necessário compreender como é o padrão de organização sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia, para que se pudesse a partir disso analisar as diferenças na estrutura urbana, bem como nas condições de vida das pessoas que se localizam em cada lugar da cidade. Para tanto, se utilizou da metodologia utilizada pela Rede Observatório das Metrôpoles, tendo em vista que nela se relaciona a estrutura social com o território urbano, conferindo uma tipologia sócio-espacial. Esta tipologia mostra as diferenças existentes no espaço urbano, tomando-se como *proxy* da estrutura social uma hierarquia socioocupacional que tem como variável principal a ocupação de trabalho, obtido pelo Censo Demográfico do IBGE. Com base nessa tipologia, se tornou possível avaliação das condições de renda, escolaridade e de moradia das pessoas, pois estas variáveis são das mais importantes para definição da qualidade de vida das mesmas. E isso foi realizado no segundo capítulo deste trabalho.

O terceiro capítulo, por sua vez, ao tomar por base a compreensão das transformações sócio-econômicas que afetaram a dinâmica urbana e o padrão de organização sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia, passou a analisar algumas formas de intervenção no espaço urbano pela iniciativa privada, com a colaboração do poder público, principalmente referente à construção de novos empreendimentos imobiliários, como habitação unifamiliar, habitação coletiva e a construção de comércio em Goiânia.

## CAPÍTULO 1

### O CRESCIMENTO POPULACIONAL DE GOIÂNIA E SUA REGIÃO METROPOLITANA

No período de 1970 a 2000, Goiânia viu sua população praticamente triplicar. Naquele ano havia nesta cidade um total de 380.773 pessoas, registradas pelo Censo Demográfico do IBGE<sup>1</sup>; em 2000, verificou-se uma população de 1.093.007 habitantes, ou seja, uma variação nesse período de 187%, a uma taxa geométrica de crescimento da ordem de 3,6% ao ano. Surpreende o fato de em menos de meio século a cidade ultrapassar a dimensão em quase três vezes, principalmente se tratando uma de cidade que se enquadrava como de porte médio naquele período e devido a esse crescimento passa a assumir uma condição de metrópole.

Não é por outra razão que em 1999 foi constituída a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), que aquela época contava com onze municípios<sup>2</sup>. Quando se considera a evolução populacional do conjunto desses municípios que passaram a integrar a RMG, observa-se que no mesmo período considerado para Goiânia, a Região Metropolitana cresceu 270%, a uma taxa geométrica equivalente a 4,5% ao ano, isto é, em patamares muito superiores ao verificado apenas na capital de Goiás, que por si só já provoca espanto.

Ao considerar esses dados do comportamento populacional tanto de Goiânia quanto do conjunto dos municípios que passaram a integrar sua Região Metropolitana, a primeira questão que nos ocorre é o de saber quais são as explicações para esse crescimento. Nesse sentido, torna-se necessário compreender se o crescimento de Goiânia encontra explicações nas mesmas causas ou origens da dinâmica populacional

---

<sup>1</sup> IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão responsável pela realização do censo demográfico no Brasil, dentre outras atribuições.

<sup>2</sup> Os municípios que em 1999 constituíram a Região Metropolitana foram: Abadia de Goiás, Aragoiânia, Aparecida de Goiânia, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Mais tarde foram acrescentados os municípios de Bela Vista de Goiás e Guapó.

de outros centros urbanos, principalmente daqueles que chegaram à condição de metrópoles. Neste caso, é ilustrativo perceber as semelhanças e diferenças do crescimento populacional nesses diferentes lugares.

Ao mesmo tempo em que se buscam explicações gerais para compreender o crescimento populacional de Goiânia, quando se compara o seu comportamento em relação ao conjunto dos municípios que integram sua Região Metropolitana, revela-se que é necessário também considerar aspectos internos à própria metrópole para conseguir entender não apenas o seu crescimento populacional, mas a forma como ele aconteceu. Para tanto, é necessário caracterizar o modo como se produziu esse espaço de assentamentos, o que exige que se considerem outros aspectos para além das explicações de natureza puramente da estrutura nacional ou mesmo global.

Como se tem percebido, porém, falar de Goiânia requer uma consideração sobre seu processo de metropolização. Do ponto de vista institucional, a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) existe desde 31 de dezembro de 1999, quando foi promulgada sua lei de criação, conforme o [cartograma 1.1](#). A Lei Complementar 027/1999, do Estado de Goiás, considerou inicialmente onze municípios como partícipes da RMG e mais sete que constituiriam a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), sendo que estes se localizavam em torno dos municípios metropolitanos. Atualmente, em decorrência da Lei Complementar 054, de 23/05/2005, foram acrescentados mais dois municípios à Região Metropolitana de Goiânia e mais um à RDIG, o que configura um total de 8 municípios nesta e 13 naquela. Todavia, a análise empreendida neste estudo considerará apenas os 11 municípios de início da RMG, isso porque parte dos dados que serão utilizados estão disponíveis somente para estes municípios.

O momento em que foi criada a Região Metropolitana de Goiânia reflete a segunda fase da questão metropolitana do país, como sugere Fany Davidovich (2004), uma vez que antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 essa competência ficava a cargo da União que enquanto esteve imbuída de tal prerrogativa foram criadas nove regiões metropolitanas, que tiveram por parte do Estado (União) uma política clara de gerenciamento e implementação de políticas públicas que atendesse esse âmbito territorial.

Foram contempladas como primeiras regiões metropolitanas no país: as de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e

Belém, seguindo-se a do Rio de Janeiro com a lei de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

A criação dessas entidades constituiu uma estratégia do regime autoritário, como suporte de uma geopolítica de integração do território nacional e de desenvolvimento econômico, com respaldo em uma sociedade predominantemente urbana. Partia-se da premissa de que o conjunto hierarquizado de cidades, funcionalmente interdependentes, representava um recurso básico para atender à realização de metas comuns e a princípios de equilíbrio do sistema. (Davidovich, 2004, p. 198)

Na fase posterior à promulgação da Carta Magna, a atribuição da criação das Regiões Metropolitanas ficou a cargo das Unidades da Federação, agora o Estado sem nenhum critério que considere a situação nacional passou a institucionalizá-las. “A questão metropolitana recebeu (...) um tratamento apenas generalizado na Carta Constitucional de 1988; subtraída da esfera federal, sua formulação e implementação foram delegadas às Constituições estaduais” (Davidovich, 2004, p. 200). E foi nessa fase, devido a pressões que de algum modo refletia interesses locais, que se criou a Região Metropolitana de Goiânia.

A institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia, por outro lado, só legalizou aquilo que já era uma realidade. Ao considerar apenas os 11 municípios da configuração originária da Região Metropolitana verifica-se que em 1991 sua população já havia ultrapassado mais de um milhão e duzentos mil habitantes. E nesse momento, sua população representava mais de 31% da população do Estado, ou quase um terço, o que os dados do Censo Demográfico de 2000 só vieram confirmar essas características, uma vez que a população da metrópole goianiense passou a participar com 33% da população de Goiás. Com um crescimento dessa dimensão pode-se imaginar a circulação de pessoas entre os municípios, principalmente dos municípios do entorno de Goiânia que se deslocam para a capital para trabalho ou demandando serviços que a grande cidade teria condições de prover.

Os dados do censo demográfico de 2000 (IBGE) só vieram ratificar o que se previa em 1999 quando se considerava o fluxo populacional entre os municípios e principalmente aquele dirigido ao pólo metropolitano. Naquele ano em torno de 90 mil pessoas, de 15 anos e mais de idade, realizava cotidianamente deslocamento para

capital, fluxo este conhecido como movimento pendular, uma vez que as pessoas se dirigem à Goiânia para trabalhar ou estudar e retornam as suas moradias que ficam em municípios da Região Metropolitana. Além disso, mais de 20 mil pessoas se deslocavam permanentemente para outros municípios, que não a capital. Não estão computados nestes dados aqueles deslocamentos que demandam outros serviços da capital, como serviços de saúde, bancários e, mesmos, aqueles para realização de compras e atividades de lazer.

Cartograma 1.1: Região Metropolitana de Goiânia\*



(\*) De acordo com a Lei 027/1999.

Há que considerar que a institucionalização do conjunto de municípios em torno da capital de Goiás não ocorreu pela primeira vez com a criação da Região Metropolitana de Goiânia. No começo da década de 1980 foi instituído o Aglomerado Urbano de Goiânia, denominado AGLUB<sup>3</sup>. Sua criação se fez, já naquela época, no sentido de reconhecer a integração existente entre os municípios membros, tendo em vista que este momento refletia as conseqüências do *boom* populacional que ocorreu em décadas anteriores. Ao longo da década de 1980 e 1990 foram modificadas várias vezes a composição do Aglomerado Urbano de Goiânia, normalmente através de acréscimos de novos municípios. Muitos dos municípios que integravam o Aglomerado Urbano de Goiânia passaram a integrar a Região Metropolitana, o que demonstra que desde a década de 1970 e 1980 esse contexto territorial já refletia características de uma situação metropolitana.

Seria importante realizar a comparação temporal da Região Metropolitana de Goiânia ao longo das décadas, inclusive em relação às outras metrópoles brasileiras, para que se pudessem interpretar as suas transformações. Porém, para que isso pudesse ser efetuado seria necessário que a comparação se desse em relação ao mesmo território, uma vez que essa variável exerce fortes influências sobre a análise temporal. Para o caso da Região Metropolitana de Goiânia isto se torna emblemático tendo em vista que alguns municípios se emanciparam em data ainda muito recente, como são os casos de Abadia de Goiás, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo, para ficar com os mais recentes<sup>4</sup>. Nesse sentido qualquer comparação temporal que não considerasse o aspecto espacial estaria sujeita a não refletir a realidade de cada período.

Pelo mesmo motivo, fica ainda mais complicado realizar a comparação temporal entre as metrópoles, uma vez que ao longo do tempo elas sofreram modificações na sua estrutura territorial, normalmente com acréscimos de municípios. Além disso, há que considerar que a grande maioria das metrópoles se institucionalizaram na década de 1990, como é o caso da Região Metropolitana de Goiânia.

Quando se considera a dificuldade de análise temporal em função da escala espacial de cada região metropolitana, não se está dizendo que a comparação não é

---

<sup>3</sup> Lei de criação do Aglomerado Urbano de Goiânia, Lei nº. 8.956, de 27 de novembro de 1980. Com a lei de criação da Região Metropolitana de Goiânia foi revogada o Aglomerado Urbano de Goiânia, em 1999.

<sup>4</sup> Senador Canedo foi emancipado em 09/01/88 (Lei Estadual 10.435). Santo Antônio de Goiás foi emancipado em 11/05/88 (Lei Estadual 10.507). Abadia de Goiás foi emancipado em 27/12/95 (Lei Estadual 12.799).

possível de ser feita. O que se considera é que para que ela seja efetuada necessita que se dê o tratamento devido da dimensão territorial. Para tentar escapar dessa *armadilha* ao invés de realizar a comparação entre as metrópoles, será realizada a comparação entre as capitais das unidades federativas que integram regiões metropolitanas institucionalizadas, como são: Belém, Belo Horizonte, Brasília<sup>5</sup>, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Quando se considera as capitais integrantes de regiões metropolitanas, observa-se que a Goiânia só registrou taxa de crescimento geométrico anual, no período de 1970 a 2000, inferior à Brasília, uma vez que nesta a taxa foi de 4,6% ao ano, ao passo que naquela a taxa foi de 3,6%. Ou seja, essas capitais metropolitanas tiveram as maiores taxas de crescimento geométrico ao longo desses trinta anos, num conjunto de 13 capitais.

É preciso salientar, ainda, que a taxa de crescimento geométrico do conjunto das áreas metropolitanas foi de 2,1%, e neste sentido Goiânia esteve numa dimensão muito superior ao conjunto das metrópoles, mas isso não foi característica exclusiva desta Região Metropolitana, verifica-se que 8 capitais também registraram crescimento acima da taxa do conjunto das metrópoles, como pode ser visto na tabela 1.1. Uma explicação puramente estatística é que, embora o crescimento populacional de metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, por exemplo, seja muito grande em termos absolutos, o fato de elas em 1970 já terem se tornado centros de grandes aglomerações populacionais coloca-as com mais dificuldades de crescer em termos relativos e, por este motivo, como seu crescimento absoluto é grande, tende a puxar para baixo a taxa de crescimento populacional do conjunto das metrópoles. Além disso, é preciso considerar que quando o crescimento atinge determinados níveis a ocupação do território extrapola as dimensões do limite municipal, ultrapassando para outros municípios.

---

<sup>5</sup> Brasília, além de capital federal do Brasil, participa da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Tabela 1.1 - Capitais Metropolitanas<sup>1</sup>: População Total, Variação Relativa e Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%) no período de 1980/1970, 1991/1980, 2000/1991 e 2000/1970

Município	População Total				Variação Relativa (em %)				Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)			
	1970	1980	1991	2000	1980/1970	1991/1980	2000/1991	2000/1970	1980/1970	1991/1980	2000/1991	2000/1970
Belém	633.374	933.280	1.244.689	1.280.614	47,4	33,4	2,9	102,2	4,0	2,7	0,3	2,4
Belo Horizonte	1.235.030	1.780.839	2.020.161	2.238.526	44,2	13,4	10,8	81,3	3,7	1,2	1,1	2,0
Brasília	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	119,0	36,0	28,1	281,6	8,2	2,8	2,8	4,6
Curitiba	609.026	1.024.980	1.315.035	1.587.315	68,3	28,3	20,7	160,6	5,3	2,3	2,1	3,2
Fortaleza	857.980	1.307.608	1.768.637	2.141.402	52,4	35,3	21,1	149,6	4,3	2,8	2,1	3,1
Goiânia	380.773	717.519	922.222	1.093.007	88,4	28,5	18,5	187,0	6,5	2,3	1,9	3,6
Natal	264.379	416.892	606.887	712.317	57,7	45,6	17,4	169,4	4,7	3,5	1,8	3,4
Porto Alegre	885.545	1.125.478	1.263.403	1.360.590	27,1	12,3	7,7	53,6	2,4	1,1	0,8	1,4
Recife	1.060.701	1.203.887	1.298.229	1.422.905	13,5	7,8	9,6	34,1	1,3	0,7	1,0	1,0
Rio de Janeiro	4.251.918	5.090.723	5.480.768	5.857.904	19,7	7,7	6,9	37,8	1,8	0,7	0,7	1,1
Salvador	1.007.195	1.502.013	2.075.273	2.443.107	49,1	38,2	17,7	142,6	4,1	3,0	1,8	3,0
São Paulo	5.924.612	8.493.217	9.646.185	10.434.252	43,4	13,6	8,2	76,1	3,7	1,2	0,9	1,9
Vitória	133.019	207.736	258.777	292.304	56,2	24,6	13,0	119,7	4,6	2,0	1,4	2,7
Total	17.781.044	24.981.080	29.501.360	32.915.389	56,2	24,6	13,0	119,7	3,5	1,5	1,2	2,1

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

(<sup>1</sup>) São aquelas que participam de Regiões Metropolitanas e, ao mesmo tempo, são capitais de Unidades da Federação. Não significa que sejam capitais das metrópoles.

Mesmo assim, a diferença das taxas de crescimento de Goiânia e do conjunto das capitais metropolitanas ainda é muito grande. Por isso, torna-se importante encontrar as razões que levaram a esse crescimento tão acentuado da capital goianiense quando se compara com cada uma das outras capitais e com o seu conjunto. É relevante deixar claro que nesse período se acrescentou à Goiânia um total de 712.234 pessoas. Um incremento dessa dimensão por si só já exige análises capazes de compreender a nova dinâmica que passa a se estabelecer, na medida em que há maior pressão por serviços, empregos, moradias, infra-estrutura etc.

Diante de todas essas mudanças ocorridas em Goiânia, que por isso passa a assumir uma dimensão metropolitana, é preciso considerar, pela própria exposição já realizada, que embora hajam características do crescimento que sejam próprias deste contexto, elas precisam ser explicadas a luz das transformações estruturais ocorridas numa dimensão macro-social. Ou seja, se faz necessário buscar os aspectos da estrutura social que, de algum modo, impactam os processos demográficos em contextos urbanos, inclusive para que a análise da produção do espaço, quando se considerar seus aspectos internos, possa ter como base esse contexto estrutural.

### **1.1 Transformações estruturais na economia global *vis-à-vis* os espaços urbanos**

Para além das mudanças ocorridas no espaço urbano, em que o aspecto demográfico se coloca como a sua mais nítida evidência, o próprio sistema capitalista tem apresentado transformações marcantes, principalmente, a partir do final da década de 1960, e sua compreensão ajuda elucidar as mudanças ocorridas no espaço urbano, principalmente referente ao aspecto demográfico. Resta saber se estas mudanças possuem uma relação de causalidade direta com aquela e, se isso é verdade, em que medida essas mudanças que foram objeto de vários estudos, principalmente nos países centrais, se manifestam nos países da periferia do capitalismo, como é o caso da América Latina. Muitas são as discussões e controvérsias que se tem dado a este respeito. Mas de modo geral tem havido um consenso em torno da mudança, que para alguns se apresentam como uma crise do próprio sistema econômico dominante.

Por outro lado, se é verdadeira a hipótese de que as transformações ocorridas no espaço urbano são decorrentes das transformações estruturais do sistema capitalista, é preciso que se verifique em que medida essas mudanças afetam as relações que se realizam no nível do espaço intra-urbano, ou seja, em que medida o comportamento das pessoas e das instituições são determinadas pela estrutura sócio-econômica da sociedade. Que há causalidade entre esses dois aspectos é algo que está fora de cogitação, mas é preciso saber se o entendimento das relações sociais urbanas (micro) se verifica a partir da compreensão da estrutura social (macro). Para tanto, serão consideradas algumas abordagens da literatura consagrada<sup>6</sup> a este respeito.

A análise das transformações estruturais da economia política capitalista do final do século XX, referente aos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas e poderes e práticas do Estado, constitui-se como objeto de discussão da obra *Condição Pós-Moderna*, de David Harvey (1992), principalmente no que diz respeito à segunda parte intitulada *A Transformação Político-econômica do final do século XX*. Para tanto, o autor utilizou a abordagem teórica de orientação da chamada Escola da Regulamentação. Nesta perspectiva considera-se o regime de acumulação – um período longo em que as relações de produção e consumo possuem algum grau de estabilidade colaborando para a acumulação capitalista –, sustentado pelo modo de regulamentação o qual garante um determinado tipo de comportamento individual e ao mesmo tempo a reprodução de hábitos, normas, leis etc.

A perspectiva teórica da Escola da Regulamentação concebida para perceber as mudanças que ocorreram no planeta, principalmente a partir da década de 1970, está embasada na compreensão do pensamento marxista que ao elaborar uma teoria do capitalismo também destacou as contradições inerentes ao seu funcionamento. Sob este ponto de vista são destacados o porquê do declínio do fordismo-keynesianismo e o surgimento de um novo regime de acumulação ainda sob a égide do capitalismo. Para Harvey se a transição se faz no âmbito do capitalismo suas características principais devem se fazer presentes.

Como a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo, podemos esperar que algumas proposições básicas se mantenham. (...) Referir-me-ei, em especial, a três características essenciais do modo capitalista de produção.

---

<sup>6</sup> Com a consciência de que há várias perspectivas e abordagens sobre este tema, a opção feita neste trabalho foi a de considerar aquelas em se colocaram mais pertinentes ao objeto em discussão, o que não significa que outras abordagens não possam ser consideradas.

1. O capitalismo é orientado para o crescimento. (...) A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento.
2. O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção. (...) Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista.
3. O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. (...) a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o ‘progresso’ é tanto inevitável como bom. (1992: 164; 166; 169)

O período em que se aprofunda a análise é caracterizado como sendo um momento de transição de um regime de acumulação para outro, do regime fordista-keynesiano para o regime de acumulação flexível. Neste sentido, procura-se analisar a constituição do regime fordista-keynesiano, na tentativa de evidenciar seu declínio, e os novos elementos que caracterizariam o surgimento do regime de acumulação flexível, embora ainda em formação.

Ao longo da trajetória da análise desenvolvida, observa-se que o autor traz à luz o processo histórico em que emergiram os instrumentos necessários para por em prática determinadas estruturas sociais que, por sua vez, entraram em colapso. E são no desenrolar dessas estruturas que se modificaram os hábitos e comportamentos dos indivíduos. Embora no período em que se denominou de acumulação flexível haja alterações importantes que diferenciam indivíduos, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, cada diferença é considerada como uma totalidade: gênero, etnia, etc. Convém, porém, destacar as contribuições feitas sobre alguns aspectos que favoreceram a mudança de um processo de acumulação que necessariamente resultou em outro, mesmo que ainda inacabado.

Os processos de trabalho, por exemplo, ganharam envergadura num momento muito posterior à sua elaboração. O fordismo que significou uma “radicalização” do

taylorismo foi criado e colocado em prática já no início do século XX, apesar de não se consubstanciar por todo mundo neste momento, sustentado na concepção de que produção de massa significa consumo de massa. As implicações disso estavam expostas, na medida em que se tornou necessário à criação de demanda efetiva para a produção industrial, que de outro modo, significa aumento de renda da população e mudanças de práticas de consumo para quem ainda não percebera a necessidade de determinadas mercadorias.

Seu estabelecimento se deu somente depois que os critérios orientadores do regime econômico<sup>7</sup> vigente foram abalados. O liberalismo econômico não foi mais capaz de ditar as regras que determinasse o equilíbrio de mercado. O Estado, a partir de então, aprofundou o modo de regulação da economia bem como assumiu um novo papel no modelo econômico que entrou em vigor. E isso favoreceu a consolidação do fordismo, visto que foi encontrado aquilo que faltava e que o *keynesianismo* foi capaz de oferecer.

Um novo sistema de reprodução da força de trabalho fora criado ao mesmo tempo em que foram incorporados novos mecanismos de controle sobre ela. O trabalho necessitou de mais racionalização e disciplina. E isso possibilitou (com muitas resistências, principalmente no início) a concentração por um período de oito horas para realização de tarefas com poucos movimentos que antes possuía fortemente o modelo artesanal como característica.

Por decorrência das inter-relações que foram estabelecidas entre o trabalho (tendo o sindicato um papel muito forte neste momento), o capital e o Estado, o regime fordista-keynesiano<sup>7</sup> pode ser compreendido não apenas como sistema de produção de massa, mas principalmente como um modo de vida. E foi esse regime de acumulação do capital, que ao entrar em declínio, levou ao surgimento de outro regime de acumulação que ainda está sendo considerado como um momento de transição. Mas que se torna perceptível não apenas nas totalidades dos processos sociais como também no modo de

---

<sup>7</sup> Até o começo da década de 1930 os princípios orientadores do sistema econômico se baseavam no pensamento neoclássico da economia (pensamento econômico liberal) em que considerava, dentre outros aspectos, que as forças de mercados (oferta e demanda) eram suficientes para pôr em equilíbrio o sistema econômico e que não havia desemprego involuntário (estrutural), já que a economia funcionaria no pleno emprego. Com a Grande Depressão de 1929, estes princípios foram questionados, uma vez que se registraram altas taxas de desemprego em decorrência de oferta muito superior de produção em relação a sua demanda efetiva. Por estes motivos, novas teorias passaram a ser formuladas que considerassem outros fundamentos para compreensão do sistema econômico, com destaque para a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de J. M. Keynes. Nela se considera a intervenção do Estado para regular o sistema econômico e garantir o seu equilíbrio, mesmo em situação da não existência de pleno emprego.

agir das pessoas singulares. Esse novo regime é denominado, como dito outrora, acumulação flexível do capital. Seu aparecimento se deu, principalmente, pelas conseqüências do regime fordista-keynesiano.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor ‘monopolista’). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. (1992: 136)

Muitas foram as reestruturações colocadas em curso que possibilitaram essa nova configuração. O fordismo que foi baseado na produção em escala cedeu lugar à produção de escopo; a rigidez do processo de trabalho foi substituída por processos flexíveis; a organização industrial se fragmentou; as formas de organização da classe trabalhadora foram fragilizadas. Porém, segundo Harvey (1993) duas foram as mudanças que permitiram a passagem de regime de acumulação para outro: o novo sistema de informação e a reorganização do sistema financeiro. Ambas decorrentes dos avanços tecnológicos que implicaram numa nova relação tempo e espaço.

A organização mais coesa e a centralização implosiva foram alcançadas, na verdade, por dois desenvolvimentos paralelos da maior importância. Em primeiro lugar, as informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria

muito valorizada. O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. (1992: 151)

O segundo desenvolvimento, que foi muito mais importante do que o primeiro, foi a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira. Mais uma vez, houve um movimento dual; de um lado, para a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global; e, de outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos. (1992: 152)

As implicações para o contexto urbano foram várias. Pelo fato de o processo produtivo, no modelo fordista, ser focado na produção em grande escala, havia a necessidade da contratação de um grande número de operários para realizar essas atividades, uma vez que o sistema produtivo ainda se baseava nos princípios tayloristas. Esse modo de organização do trabalho “moldava” trabalhadores que possuíam especificidades quando se observa seu estilo de vida também em suas moradias. Quando se passa para o modelo de acumulação flexível, as mudanças no processo produtivo provocam também alterações no comportamento, hábitos e gostos das pessoas. Uma vez que se modificam as formas de consumo.

E essas mudanças ocorrem num momento em que a maior parte das pessoas, principalmente no Brasil, passa a viver nas cidades, que por sua própria natureza possui modos e condições de vida que se diferenciam do meio rural. Se o trabalho em série passa a ser substituído pelo trabalho flexível, observam-se, em decorrência desse processo, mudanças na estrutura de emprego e, como conseqüência, mudanças nas condições de vida das pessoas, sejam aquelas adaptadas às mudanças, sejam aquelas que não conseguiram se enquadrar.

É importante destacar que essas transformações analisadas por Harvey (1993) têm como objeto de investigação os países centrais e ocorreram em determinados setores do processo produtivo. Isso é relevante tendo em vista que os países

denominados *em desenvolvimento*<sup>8</sup> sofreram suas conseqüências ou se incorporaram nesse processo em momento posterior, e esse aspecto tornou sua inserção diferenciada daquelas verificadas nos países centrais. Por outro lado, há muitos setores da economia que ainda seus processos produtivos são baseados no modelo fordista, mesmo com os avanços tecnológicos e informacionais ocorridos no final do século XX. Ocorre que, em muitos casos, houve uma transferência de etapas da produção que não fora capaz de adaptação a novas formas de trabalho, isto é, que continuou sendo realizada através do método fordista para os países *em desenvolvimento*. O que não quer dizer que alguns setores destes países não tenham incorporado os novos processos da dinâmica produtiva.

Porém, é válida a consideração feita por Lipietz (1988) quanto aos países periféricos sobre sua incorporação deficiente e atrasada do modelo fordista. Isso porque esses países vivenciam experiências particulares que só são compreendidos se elas forem consideradas. O modo como se realizou a política de substituição de importações nesses países, em especial na América Latina, trouxe como conseqüências, de um lado, um processo de estagflação decorrente da queda de rentabilidade do capital, quando este passou a ampliar as importações de bens de capital para dar continuidade ao processo de industrialização que se fazia por etapas. Por outro lado, provocou restrição do mercado interno desses países, por ainda não viabilizar o consumo de massa, e a baixa produtividade, o que não permitia sua competitividade. Todos esses elementos levaram a déficits sempre crescentes na balança comercial e ao aumento do endividamento externo.

Porém, essas experiências permitiram uma transformação social real, com o desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos. É possível, se referindo a isto, falar de subfordismo, em outras palavras, de uma *caricatura* [grifo do autor] de fordismo, uma tentativa de industrialização de acordo com a tecnologia e o padrão de consumo fordiano, mas sem as condições sociais, nem do lado do processo de trabalho, nem do lado do padrão de consumo das massas. (Lipietz, 1988, 78)

---

<sup>8</sup> Embora se tenha conhecimento do debate acerca das terminologias que denominam grupos de países segundo a sua condição sócio-econômica, como países centrais e países periféricos, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, países ricos e países pobres, primeiro mundo e terceiro mundo, por exemplo, este trabalho não fará opção por nenhuma em específico, mesmo reconhecendo que há significados diferentes de acordo com a nomenclatura utilizada.

Isso significa que a abordagem que considera as transformações na estrutura econômica e, por conseguinte, nos processos produtivos dos países centrais precisam ser tratadas com relatividade com analisadas sob o contexto dos países periféricos. Por estes motivos, é preciso considerar que o modo de inserção das economias em desenvolvimento foi diferenciado e, assim, precisam ser tratadas sob este aspecto, tanto em relação às mudanças ocorridas no processo produtivo, no mercado de trabalho e, sobretudo, na configuração dos estilos de vida decorrentes destas transformações. Neste quesito, pode-se, talvez, sugerir que elas tenham sido mais dramáticas do que as verificadas nos países que haviam no passado adotado políticas sociais de proteção aos trabalhadores.

Saskia Sassen (1993) também reconhece as mudanças ocorridas do final do século XX a partir de mudanças vistas na estrutura da atividade econômica. Em sua análise fica evidente que tais transformações levariam a uma nova divisão internacional do trabalho, na medida em que se tornou possível a dispersão das atividades econômicas por todo o planeta, mas suas conseqüências possuem contornos diferentes para contextos específicos. Segundo ela,

No início da década de 60, a organização da atividade econômica entra em uma fase de profunda transformação. A mudança se expressa pela alteração da estrutura da economia mundial e ao mesmo tempo assume formas específicas em determinados lugares. Os aspectos conhecidos desta transformação é o desmantelamento de antigos centros de poder industrial nos Estados Unidos, no Reino Unido, mais recentemente e cada vez mais no Japão, assim como a acelerada industrialização em vários países do Terceiro Mundo. Um aspecto menos familiar, talvez, seja a rápida industrialização da indústria financeira na década de 80, que incorporou uma multiplicidade de centros financeiros em uma rede de transações. Finalmente, avanços na tecnologia da informática e das telecomunicações facilitaram a dispersão de tais centros no mundo todo e, ao mesmo tempo, a sua participação em mercados internacionais (Sassen, 1993: 187)

Essa situação conferiu uma nova configuração geográfica e econômica em todo mundo, ao mesmo tempo em que ocorreram dispersões das atividades econômicas também ocorreu aquilo que a autora denomina como integração. Essa dinâmica da nova configuração é marcada pelo papel que ocupa a cidade global, onde esta assume a

centralização das operações de gerenciamento e controle das atividades econômicas que se tornam descentralizadas pelo mundo.

A cidade global tem se caracterizado pela alta densidade demográfica já manifestada anteriormente, mas, sobretudo, pelo comando das atividades econômicas que se dispersam pelo mundo. Tudo isso só se torna possível na medida em que avanços tecnológicos e informacionais, principalmente os ligados à microeletrônica, têm ocorrido, o que propicia a possibilidade de exercer controle das atividades à longa distância. Por este motivo, estas cidades têm se especializado em ramos mais voltados ao setor de serviços.

Junto a esse processo de algumas grandes cidades tornarem-se cidades globais são, ao mesmo tempo, conferidas a outras cidades papéis secundários, desde que estejam integradas num contexto mais amplo, configurando uma hierarquia entre elas. Estas cidades que ocupam posições inferiores às cidades globais assumem funções de produção, mas também acabam por reproduzir a relação existente na cidade global com outras cidades, e isso leva a formação de cidades regionais, uma vez que concentram o controle de atividades que estão dispersas sob sua área de influência.

Como consequência dessa nova dinâmica econômica e espacial verifica-se uma polarização nas ocupações de trabalho, uma vez que se exigem cada vez mais profissionais com qualificação formal e nível de especialização capaz de assumir os postos de trabalho das empresas de comando concentradas nas cidades globais. Ao mesmo tempo, são ofertados serviços que não exigem qualificação formal, nem tampouco especialização, o que possibilita a contratação de trabalhadores com baixos rendimentos.

A nova estrutura da atividade econômica provocou mudanças na organização do trabalho que são refletidas por acentuada troca de empregos, com forte polarização ocorrendo na distribuição de rendas e na distribuição de ocupação dos trabalhadores. As indústrias de maior crescimento apresentam uma grande incidência de empregos com altos e baixos salários de escala do que as indústrias mais antigas, agora em declínio (Sassen, 1993: 200)

Manuel Castells (2003a) em estudo sobre a sociedade contemporânea, cuja coletânea é intitulada *A Era da Informação*, corrobora as idéias apresentadas por Saskia Sassen no que se refere à cidade global. Mas para ele,

O fenômeno da cidade global não pode ser reduzido a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia. É um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área *vis-à-vis* a rede global. Em cada país a arquitetura de formação de redes reproduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado em âmbito global. Os territórios em torno desses nós desempenham uma função cada vez mais subordinada, às vezes, perdendo a importância (ou até mesmo a função). (Castells, 2003a: 471)

Essa consideração leva a opinião de que os aspectos importantes nesse contexto não dizem respeito ao paradoxo concentração e descentralização, nem tampouco a hierarquia da sua geografia, mas a versatilidade da rede que se forma entre as cidades do mundo. Sendo assim, ele afirma que “a cidade global não é um lugar, mas um processo. Um processo por meio do qual os centros produtivos e de consumo de serviços avançados e suas sociedades auxiliares locais estão conectados em uma rede global embora, ao mesmo tempo, diminuam a importância das conexões com suas hinterlândias, com base em fluxos da informação” (Castells, 2003a: 476).

O modo como as cidades globais exercem seu papel de concentração e controle das atividades que elas encerram estão organizadas em redes, naquilo que Castells (2003a) chamou de espaços de fluxos. Os espaços de fluxos se integram e interagem a partir do suporte material que se faz por meio da microeletrônica, telecomunicações e outros suportes que possuem uma forte base em tecnologia da informação. Mas, embora essas sejam as ferramentas que se utiliza para realizar as interações, a rede só se viabiliza através de nós, os quais se constituem como sendo centros de funções estratégicas.

O espaço de fluxo não é desprovido de lugar, embora sua estrutura lógica o seja. Está localizado em uma rede eletrônica, mas essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. Alguns lugares são intercambiadores, centros de comunicação desempenhando papel coordenador para a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede. Outros lugares são os nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função chave na rede. A localização no nó conecta a localidade com toda a rede (Castells, 2003a: 502)

O sentido que assume esses nós, não obstante haver uma hierarquia entre eles, decorre dos interesses daqueles que dominam a rede.

... a elite empresarial tecnocrática e financeira que ocupa as posições de liderança em nossas sociedades também terá exigências espaciais específicas relativas ao suporte material/espacial de seus interesses e práticas. A manifestação espacial da elite informacional constitui outra dimensão fundamental do espaço de fluxo. (Castells, 2003a: 504)

Ao mesmo tempo, a elite exerce seus interesses no espaço de fluxo, exercendo o controle sobre as redes, na medida em que faz operar seus interesses na escala determinada, ela possibilita a fragmentação do restante da população, que só não participa dessas interações globais, como também tende a se desorganizar.

A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades. O espaço desempenha papel fundamental nesse mecanismo. Em resumo: as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. (Castells, 2003a: 505)

Nesse sentido, as mudanças estruturais analisados por Castells parecem sugerir que por meio dos espaços de fluxos, os quais fazem interagir espaços de lugares, há uma integração em nível planetário que tem nas cidades (e nas grandes cidades, principalmente) os nós das redes que se formam. Por outro lado, verifica-se uma hierarquização entre esses nós que se faz em função dos interesses da elite dominante, as quais possibilitam a fragmentação e desorganização da população de modo geral, demonstrando a assimetria da estrutura social da sociedade contemporânea.

Numa perspectiva que caminha na mesma direção, Carlos A. de Mattos (2004) ao analisar o avanço ocorrido a partir da década de 1970, no que se refere à reestruturação produtiva e à adoção das novas tecnologias da informação e da comunicação, sob o influxo de mudanças de estratégias macroeconômicas ocorridas em todo o planeta, verifica as transformações na organização e no funcionamento das principais aglomerações metropolitanas latino-americanas. Porém, segundo o autor, as transformações ocorridas nas áreas metropolitanas principais não podem ser atribuídas somente as macro-mudanças que, de algum modo, afetam internamente a configuração das áreas metropolitanas principais. É preciso considerar também suas particularidades

e especificidades, o que faz com que as áreas metropolitanas tenham conformações diferentes.

Este trabalho levanta a hipótese que embora as áreas metropolitanas principais (AMP) latino-americanas possuam uma identidade específica, “as mutações que as afetam seguem a mesma direção das que ocorrem nas metrópoles dos países centrais, especialmente nas norte-americanas” (2004: 159). Desse modo, o autor procura analisar as estratégias adotadas que conferiram às AMP a preferência para nova organização empresarial e como isso provocou mudanças estruturais no seu interior. Neste sentido, observa-se que por decorrência da *reestruturação-informacionalização-globalização* ocorreu a “desintegração de numerosos processos que até então tinham se desenvolvido principalmente em e entre economias nacionais, o que deu origem à sua re-integração em um âmbito supranacional, por meio de empresas que, nessa dinâmica, foram impulsionadas a se organizar e a funcionar em rede” (2004: 160). As conseqüências desses processos para as áreas metropolitanas centrais levaram, por um lado, a uma dispersão das células pelo territorial mundial, por outro lado, a uma concentração nas funções de comando e direção em determinados locais. Ao se inserir nessa nova dinâmica da economia globalizada se produziram diversas mudanças nas AMP, no que se refere à organização e funcionamento, transformando sua base econômica. Além das mudanças relativas à gestão urbana decorrentes desses novos processos, que passaram adotar um enfoque no livre mercado sobre o solo urbano.

Porém, mesmo concordando com a existência da causalidade nas mudanças no espaço em função das transformações estruturais de âmbito econômico, outros autores, Jaramillo e Cuervo (1990), questionam essa idéia que apregoa que as mudanças territoriais se fazem somente por decorrência daquelas transformações, principalmente nos países da América Latina, onde os processos de acumulação do capital não se reproduziram da mesma forma e ao mesmo tempo do verificado nos países centrais do capitalismo mundial.

Sendo assim, para compreender os processos sociais e espaciais ocorridos nos países latino-americanos não se pode apenas ter como ponto de partida a crise do regime de acumulação fordista, que estaria dando lugar ao surgimento de um novo regime de acumulação do capital. Nas palavras dos autores,

Nos países da América Latina a crise não teve um efeito significativo nem sobre o perfil regional nem sobre a configuração das redes urbanas. Isso não

significa que nestes últimos anos não tenha ocorrido mudanças nesses aspectos: elas teriam obedecido antes ao desenvolvimento interno da lógica anterior, dificilmente podendo ser atribuída à crise (Jaramillo e Cuervo, 1990: 114).

Essa constatação é baseada na idéia de que as repercussões das mudanças na dinâmica econômica, principalmente no que se refere aos processos produtivos, demoram surtir efeito no território urbano, sendo assim muitas das transformações existentes no espaço ainda são decorrentes de processos anteriores à deflagração da própria crise do regime de acumulação do capital.

Não obstante haver concordância quanto às transformações estruturais ocorridas ao final do século XX, Luiz César de Queiroz Ribeiro (2000) empreende uma análise das transformações ocorridas na metrópole fluminense (Rio de Janeiro) tendo como premissa os impactos da reestruturação produtiva sobre o espaço urbano, a qual discorda da posição da mencionada Saskia Sassen quanto a forma social e, por conseguinte, espacial que essas mudanças provocariam. A idéia de que a conseqüência das mudanças, no âmbito da sociedade caracterizada pela cidade global, levaria a uma polarização social, tendo de um lado trabalhadores altamente qualificados, ocupando cargos de direção, planejamento e controle e, de outro lado, trabalhadores ocupando atividades sem nenhuma exigência de qualificação formal e, portanto, recebendo baixos salários, não parece ser, na perspectiva desse autor, o efeito mais claro dessas transformações.

Para Ribeiro (2000) a classe média possui um peso significativo na estrutura social da sociedade contemporânea, e, portanto, contribui para a definição do ambiente construído que também se faz por sua decorrência. Assim, cada vez mais a classe média exerce uma participação considerável na metrópole fluminense.

A análise da evolução das posições intermediárias indica que permanece constante o peso das camadas médias baixas, sendo que as ocupações não-manuais dos serviços de saúde, de educação, as técnicas e as artísticas crescem expressivamente, e as ocupações de supervisão aumentam a uma taxa próxima à do conjunto da estrutura social. Se incluirmos neste último segmento a pequena burguesia, constatamos que o conjunto da classe média teve um aumento significativo no período 1980/1991 (Ribeiro, 2000: ?)

É preciso considerar, todavia, que essa análise empreendida faz referência ao período da década de 1980, tendo em vista que é feita a comparação da estrutura urbana de 1980 e 1991, com base nos dados censitários do IBGE. Além disso, o que se está compreendendo por classe média não encerra sua definição em recorte de renda, como muito se convencionou realizar. Antes de tudo, é considerada a posição que as pessoas se localizam na estrutura social decorrente de vários aspectos que favorecem sua situação. Estes conjuntos de aspectos são chamados na atualidade de capital cultural, capital econômico e capital social.

Pode-se talvez sugerir em função dos estudos expostos que, se a reestruturação produtiva e todas as mudanças ocorridas na estrutura econômica da sociedade capitalista tiveram impacto nas mudanças verificadas no espaço urbano, os seus efeitos sobre a estrutura social e espacial se deram de forma diferente dependendo do contexto e da especificidade de cada lugar, o que inclusive confere uma inserção diferenciada no âmbito global de cada uma das cidades ou metrópoles que se constituem como um nó. Resta saber como estas transformações têm repercutido na dinâmica urbana de Goiânia e sua Região Metropolitana, inclusive porque há peculiaridades próprias desse contexto capazes de darem contornos particulares e ao mesmo tempo formas de inserção específica na rede de aglomerações urbanas interconectadas em todo o planeta.

Para tanto, torna-se importante, de um lado, comparar o comportamento demográfico de Goiânia com outras metrópoles para em seguida se deter na análise interna de sua dinâmica populacional, considerando o escopo das transformações estruturais também ocorridas no Brasil no período em que mudanças profundas ocorreram no mundo, como foi descrito acima. Isso é relevante porque as peculiaridades de uma economia da periferia do capitalismo dão novas dimensões para a estrutura de suas aglomerações urbanas. E não por acaso, a compreensão da estrutura urbana de Goiânia e do seu padrão social de organização só se tornam perceptíveis na medida em que esse exercício analítico é realizado.

## **1.2 Transformações sócio-econômicas na Região Metropolitana de Goiânia *vis-à-vis* as outras metrópoles brasileiras**

Para compreender o posicionamento de Goiânia na rede que se forma através dos fluxos mundiais é preciso considerar suas transformações sofridas no período em que ocorreram mudanças substanciais da estrutura econômica em todo o planeta. Dessa forma, é que se torna relevante considerar a análise em comparação com outras metrópoles brasileiras, uma vez que a dimensão nacional não pode ser pedida de vista, principalmente, para uma metrópole que se encontra no interior do país, bem como o contexto regional em que ela está inserida.

Quando se considera a taxa de crescimento anual entre a realização dos censos demográficos, que normalmente ocorre de 10 em 10 anos (exceção do censo de 1991<sup>9</sup>), observa-se que o comportamento do crescimento populacional de Goiânia não foi igual em todas as décadas, inclusive ela tem decrescido ao longo da evolução dos anos. No período de 1970 a 1980, a taxa de crescimento foi de 6,5% ao ano, de 1980 a 1991 foi de 2,3% ao ano e de 1991 a 2000 foi de 1,9% ao ano. Mesmo assim, em todos os períodos mencionados sua taxa se mostrou superior ao verificado no conjunto das capitais metropolitanas, que foi de 3,5%, 1,5% e 1,2%, respectivamente, e que também tem demonstrado crescimentos menores de uma década para outra.

Outra verificação diz respeito a variação relativa do crescimento populacional de uma década para outra, tanto o conjunto das capitais metropolitanas quanto Goiânia têm demonstrado tendência de diminuição dos acréscimos populacionais. Ou seja, embora Goiânia continue crescendo, esse crescimento tem sido menor a cada novo período. E isso tem sido demonstrado também em outras capitais metropolitanas, a exceção de Recife que apresentou taxa de crescimento no último período superior à verificada no período compreendido entre 1980 e 1991. Mas, em geral, isso tem ocorrido exatamente porque a população urbana se tornou maior que a rural, o que leva a acréscimos menores em períodos subseqüentes, quando se passa por mudança na estrutura populacional.

---

<sup>9</sup> O Censo Demográfico do IBGE é realizado de 10 em 10 anos (1940, 1950, 1960, etc.), porém o censo que era para ser realizado em 1990 foi realizado no ano seguinte, 1991.

O que se vê é que o grande *boom* do crescimento populacional nos centros urbanos, quando se considera esse recorte temporal, se deu mesmo na década de 1970<sup>10</sup>. Este foi o período em que muitas cidades viram suas populações praticamente dobrar, fazendo com que esse crescimento transbordasse para outros municípios, o que induziu um processo de conurbação, e possibilitou a metropolização em muitos contextos. E isso é verificado no caso de Goiânia, quando se registrou crescimento demográfico em torno de 88,4%, o que provocou crescimento da capital em direção sul do seu território, levando a ocupação territorial cada vez mais próxima do município de Aparecida de Goiânia.

Por estes motivos, quando se considera o crescimento absoluto, nas outras décadas posteriores foi menor em Goiânia que na década de 1970, uma vez que nesta a população aumentou em 336.746 pessoas, ao passo que na década de 1980 o aumento foi de 204.703 pessoas e na década 1990 de 170.785, como se vê na [tabela 1.1](#). Ou seja, além de diminuir o crescimento em termos relativos, ocorreu redução também a cada nova década em termos absolutos.

Esse comportamento do crescimento populacional da Região Metropolitana de Goiânia e do conjunto das capitais metropolitanas do país exige que se busquem explicações para cada uma das décadas consideradas em isolado, uma vez que os patamares de crescimento tenham se mostrado muito diferentes de um período para outro. Não obstante, torna-se importante compreender o comportamento demográfico desse contexto específico a luz das mudanças ocorridas no país referente a cada período.

Na década de 1970, a taxa de crescimento anual do conjunto das capitais metropolitanas do país foi de 3,5%, Goiânia nesse período registrou uma taxa de 6,5% ao ano, a segunda maior taxa entre o conjunto de capitais analisadas, perdendo apenas para Brasília, que registrou nesse período taxa de crescimento da ordem de 8,2% ao ano. Quando se verifica a variação populacional em termos relativos, Goiânia só se mostrou com um patamar menor, em termos relativos, que ao que foi verificado em Brasília, mesmo assim apresentando um crescimento de 88,4%, contra 119% da capital federal.

Essa foi a década em que o crescimento populacional continuou alto naqueles centros urbanos que sofreram o impacto da política de substituição de importações de

---

<sup>10</sup> É evidente que se está falando de boom populacional considerando o período analisado neste trabalho que compreende as décadas de 1970, 1980 e 1990, pois já se verifica forte crescimento populacional na década de 1950 e 1960 no Brasil e também no contexto dos municípios da Região Centro-Oeste, conforme dados do IBGE, disponíveis em <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

modo mais acentuado, em que conferiu o processo de industrialização no país, mas ao mesmo tempo esse crescimento passou a ser realizado de forma intensa em outras regiões do país, o que levou a se falar num processo de desconcentração populacional. Dito dessa forma, fica claro que esse processo de desconcentração não significou a saída de pessoas daqueles centros urbanos tradicionais em direção a novos centros urbanos, mas o crescimento paralelo de novas aglomerações urbanas, quando aqueles centros tradicionais continuavam crescendo, inclusive em termos relativos.

Milton Santos, ao analisar a urbanização brasileira no período de 1950 a 1980, afirma que:

Os mesmos números que revelam um processo de metropolização prestam-se a outra interpretação desde que demos prioridade ao processo de macrourbanização. Levando em conta uma desagregação maior da população urbana segundo o tamanho dos aglomerados, pode levar-nos à conclusão de que, paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do País, estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes de população urbana. Não se trataria, aqui, da reprodução do fenômeno de desurbanização, encontrado em países do Primeiro Mundo e que os eternos repetidores de teorias inadequadas a esta parte do globo estão agora, desesperadamente, buscando encontrar também aqui. (1996, p. 81)

Diversos aspectos podem ter induzido o crescimento populacional das metrópoles no período de 1970 a 1980. Essa foi uma década de grande crescimento populacional em todo o país, principalmente nos centros urbanos. Enquanto a taxa de crescimento do conjunto das áreas metropolitanas foi de 3,5%, como já referido, a taxa de crescimento total do país foi de 2,5%, o que sugere que o crescimento urbano possa encontrar explicações também no processo de êxodo rural.

Neste período o país passou a incorporar mudanças substanciais para condução econômica do meio rural, uma vez que houve a incorporação de novas tecnologias que passaram a ser utilizadas no campo, o que possibilitou a chamada Revolução Verde. Essa revolução foi, na verdade, o aprimoramento do processo de industrialização do campo, quando se passou a desenvolver mecanismos que transformaram a forma de produção agrícola e, por conseguinte, as relações sociais aí estabelecidas.

Esse aspecto parece importante na medida em que ao se mudar o modo como se operacionaliza o processo de produção, muda-se também a relação com a mão-de-obra, então, utilizada no processo. Dado o seu agravamento nas novas condições existentes no campo, essa massa populacional passa a engrossar os centros urbanos, onde as perspectivas de sobrevivência e melhores condições de vida pareciam ser melhores.

Na verdade, o que passa a ocorrer no campo é decorrente, em grande medida, das transformações em curso na economia brasileira desde a década de 1930, conhecido como processo de substituição de importações, que significou, grosso modo, a implantação da produção industrial internamente no país de produtos que antes era adquirido no mercado internacional.

No bojo do processo de substituição de importações, o processo de urbanização, embora ocorra de forma intensa, verifica-se que “é simplesmente um fenômeno de migração do campo para as cidades, de populações desempregadas ou em busca de oportunidades, que se traduz num agigantamento dos grandes centros com o aumento concomitante das populações marginais, caracterizado por um desemprego disfarçado”. (Conceição Tavares, 1972: 105). Isso é decorrente do próprio processo de desenvolvimento econômico e da natureza da industrialização realizada.

Embora a autora esteja se referindo ao período inicial do processo de substituição de importações, pode-se verificar que o país assistiu a mudança de sua estrutura populacional em períodos posteriores à década de 1950 e 1960, o que agravou problemas decorrentes das grandes aglomerações populacionais, tais como saneamento, condições de moradia, educação, etc. Para se ter idéia, em 1970, pela primeira vez na história do Brasil, a população urbana registrou-se maior que a rural. Esta correspondia a 44,1% dos residentes do país, enquanto aquela atingiu o patamar de 55,9%. Daí por diante, o que se verificou foi a diminuição cada vez maior da população rural, relativamente.

Mas o processo de substituição de importações, que possibilitou o crescimento econômico do país e uma nova forma de inserção nas relações de troca com o resto do mundo, esgotou-se por decorrência dos seus efeitos produzidos, em que se verifica desequilíbrio do balanço de pagamentos a partir de 1979, principalmente, além de crescimento quase exponencial da dívida externa registrada desde 1970 e a redução significativa do produto interno bruto do país, como se verifica na [tabela 1.2](#). Em sua

substituição ascendeu o receituário da ortodoxia econômica<sup>11</sup>, que fora acompanhado mais tarde pela liberalização comercial e financeira que o país atravessou.

Tabela 1.2 - Brasil: Evolução de variáveis selecionadas - 1970 a 1987

Ano	Taxa de Variação do Produto Interno Bruto	Superávit (+) ou Déficit (-) do Balanço de Pagamentos (US\$ 1.000.000)	Dívida Externa Registrada Total (US\$ 1.000.000)
1970	10,4	545,00	5.295,20
1971	11,3	530,00	6.621,60
1972	12,1	2.439,00	9.521,00
1973	14,0	2.178,60	12.571,50
1974	9,0	-936,30	17.165,70
1975	5,2	-950,00	21.171,40
1976	9,8	1.191,70	25.985,40
1977	4,6	630,00	32.037,20
1978	4,8	4.262,40	43.510,70
1979	7,2	-3.214,90	49.904,20
1980	9,1	-3.471,60	53.847,50
1981	-3,1	624,70	62.410,80
1982	1,1	-8.828,00	70.197,50
1983	-2,8	-5.404,50	81.319,20
1984	5,7	700,20	91.091,00
1985	8,4	-3.200,10	95.856,70
1986	8,0	-12.356,70	101.758,70
1987	2,9	-10.227,50	107.512,70

Fonte: PAIVA ABREU, Marcelo de (Org.). Anexo estatístico 1970-1987. In A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Por outro lado, não deve ser desprezada a política habitacional empreendida pelo governo federal que teve muita repercussão neste período, quando já havia sido criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH)<sup>12</sup>. Com o intuito de prover habitações para os segmentos de renda mais baixa da população, essa iniciativa possibilitou a obtenção do ambiente construído, apesar de

<sup>11</sup> A ortodoxia econômica está assentada na teoria neoclássica da economia, a qual considera que as forças de mercado são suficientes para possibilitar o equilíbrio do mercado. Neste caso, advoga-se a necessidade de restringir ou minimizar a participação do Estado.

<sup>12</sup> No período posterior a 1966 foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que no esforço de equilibrar as contas públicas, o balanço de pagamentos e a redução da inflação, conseguiu sedimentar as bases para o crescimento econômico que se veria mais tarde.

esses recursos terem sido canalizados, em boa parte, para atender outros segmentos de renda, principalmente a classe média que se ampliava e fortalecia no país nesta época.

Sergio Moraes, ao analisar esse processo em Goiânia, na década de 1970 afirma:

... Goiânia não expandiu significativamente seu espaço parcelado, desde a Lei de Loteamento do P.D.I.G. [Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia]; desde dezembro de 1971 não foi aprovado nenhum novo loteamento.

A expansão do espaço urbano se deu com a construção de 32 conjuntos habitacionais do BNH [Banco Nacional de Habitação] e na intensificação de uso, através da construção de prédios de apartamentos, nos bairros mais ocupados e antigos onde existiam redes de água e esgoto bastante deficitários. (1985, p. 56)

Como se observa, na medida em que a legislação tendeu a restringir a ocupação do espaço urbano em Goiânia, o território passou a ser ocupado em áreas onde já se contava com infra-estruturas, tendo em vista que isso diminuiria custos para novos empreendimentos imobiliários. Tudo isso ocorreu no contexto em que os financiamentos do governo federal para realizar a política habitacional (com recursos do BNH) exigiam dos municípios que elaborassem planos urbanísticos para serem contemplados por aquela política. Por isso, este aspecto não pode ser desprezado quando se pretende analisar o crescimento populacional urbano nesse período.

As implicações desses aspectos abordados não se encerram numa década. Por este motivo, a década seguinte também conviveu com um crescimento populacional muito alto decorrente de processos que haviam sido colocados em curso, principalmente no que se refere à industrialização nas cidades e as mudanças no campo, afetando as condições de emprego para massa a populacional.

As políticas econômicas adotadas no período de 1980 a 1984, a partir da crise que o país atravessou em 1979, que tinham o objetivo de ajuste externo da economia (Carneiro & Modiano, 1990), tiveram como consequência o aumento da inflação, que se propagou para toda a sociedade, na medida em que os salários reais sofriam quedas, apesar de sucessivas interferências do governo. Por este motivo, as políticas adotadas na segunda metade da década de 1980 (Modiano, 1990) procuraram atacar os efeitos do processo inflacionário desencadeado no país. Embora tenha aplicado várias políticas de

estabilização<sup>13</sup>, o resultado apresentado mostrou ser decepcionante para economia brasileira, na medida em que a inflação estava em patamares elevados e o próprio balanço de pagamentos tinha sido afetado, configurando esta década através da denominação de *perdida*.

Esse período mostrou-se bastante complicado para a população de modo geral, principalmente para aquelas que moravam nas cidades. Com as elevadas taxas de inflação o salário real tendia a se desvalorizar, apesar de momentos importantes de sua correção, diminuindo a capacidade de consumo da população, principalmente daquelas que eram remuneradas por faixas inferiores de renda. Isso significaria, por outro lado, o aumento do custo de vida das pessoas, associado às precárias condições de moradia, que boa parte das pessoas passava, intensificaria os conflitos urbanos em torno do uso e apropriação da terra. Além disso, é preciso destacar a precariedade das ofertas de serviços públicos e infra-estrutura, tais como saúde, educação, assistência social, saneamento, entre outros, que a Constituição de 1988 viria, de algum modo, corrigir.

A década de 1990 teve como herança os resultados da economia brasileira registrado na década anterior, além de amplas mobilizações sociais que se fizeram, primeiro em torno da redemocratização do Estado brasileiro, depois em torno da elaboração da Constituição Federal e, por conseguinte, do processo de eleição presidencial, que foi um marco por ter sido a primeira realizada de forma direta desde a implantação do Regime Militar. Com a tentativa mal sucedida da contenção da inflação, que se fizeram no começo da década<sup>14</sup>, e a implementação de políticas econômicas que desagradaram a população, foi preciso adotar novos mecanismos para implantar a estabilização de preços no país, viabilizada pelo Plano Real, que passou a ser adotada desde 1993, no Governo do Presidente Itamar Franco<sup>15</sup>.

Mesmo tendo solucionado o processo inflacionário, a partir da implementação do Plano Real (Gonçalves, 1996), as mudanças estruturais da economia provocaram problemas sociais de outra ordem, como fora o conseqüente aumento do desemprego registrado no país. Esse problema associado à diminuição da renda real agravou cada

---

<sup>13</sup> Dentre os vários planos econômicos implementados nesse período destacam-se o Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989), todos elaborados no Governo do Presidente José Sarney.

<sup>14</sup> Os Planos Econômicos implementados no começo da década e que foram mal sucedidos foram denominados como Plano Collor 1 e Plano Collor 2, fazendo menção ao Presidente à época, Fernando Collor de Melo.

<sup>15</sup> A elaboração do Plano Real foi coordenada pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que mais tarde se tornou Presidente da República.

vez mais as condições de vida de uma parcela significativa da população que não tivera condições de se incorporar de modo formal as novas exigências do mercado de trabalho, decorrentes, sobretudo, do processo de reestruturação produtiva em curso.

Dado o agravamento das condições sociais de vida da população pelos efeitos negativos do período de industrialização do país e pelas posteriores políticas que objetivavam corrigi-los, as condições habitacionais tornaram-se um dos grandes problemas dos centros urbanos. Oferecer serviços públicos tornou-se um dos grandes gargalos quando o objetivo era democratizar o seu acesso. Assim, foi também com a infra-estrutura que necessitava ser estendida para o território urbano que estava em franca expansão.

É nesse contexto que se verifica o crescimento populacional nos centros urbanos de todo o país e em particular da Região Metropolitana de Goiânia. Mas para compreensão deste espaço específico torna-se necessário analisar a estrutura social e econômica também do Estado de Goiás e da própria Região nesse período, uma vez que há particularidades próprias que contribuem para o crescimento populacional e o modo como ele acontece.

### *Mudanças estruturais em Goiás*

Embora a formação econômica de Goiás se desse assentado na produção agropecuária, principalmente, as atividades de serviços passam a assumir importância cada vez mais significativa, que hoje se constitui também como caracterizadora da dinâmica econômica deste Estado. É importante perceber que mesmo antes das grandes mudanças ocorridas no campo e na indústria, o setor de serviços sempre teve lugar numa economia que tem por base a agropecuária. Isso porque as atividades de comercialização, financiamento etc. são constituintes deste setor. A questão que se coloca é de outra ordem, tendo em vista que nem todas as atividades de serviços hoje existentes no Estado de Goiás possuem relação direta com a produção agrícola. Para tanto, é preciso analisar a evolução histórica do processo econômico a fim de compreender suas transformações.

As transformações estruturais ocorridas no mundo e em particular no Brasil a partir da década de 1970, principalmente no processo produtivo, tiveram impactos também na economia goiana. Primeiro porque assiste-se ao final do século XX

transformações importantes no mundo do trabalho e da produção, principalmente relacionado a processos de terceirização e de crescimento da economia informal, que estão associados ao desemprego e as novas formas de composição do mercado de trabalho. Segundo, destacam-se outros fatores que contribuíram para a mudança da dinâmica econômica de Goiás muito mais vinculado a novos processos ocorridos no campo, que os impactos das transformações da indústria, como ao que se convencionou chamar de Revolução Verde. Ou seja, o que Graziano da Silva (1996) descreveu como industrialização do campo.

No que se refere às mudanças no mundo do trabalho, para se ter alguma idéia dessas transformações torna-se interessante considerar que o número de desocupados no Estado de Goiás aumentou sua participação na força de trabalho no período de 1992 a 2005, passando de 6% para 9,2%. Isso se fez no período em que a população economicamente ativa saltou de 2.110.516 pessoas para 2.946.720, o que representa um crescimento de 39,6%, conforme dados da PNAD/IBGE. Se o aumento do desemprego<sup>16</sup> tem se mostrado uma tendência no mundo contemporâneo em função das transformações existentes no trabalho, esses dados de alguma maneira podem refletir essa situação, uma vez que considera o período em que o Brasil realizou sua abertura econômica<sup>17</sup>, colaborando para que as empresas nacionais se adaptassem à nova realidade produtiva em curso no mundo desde o final da década de 1970.

Ao considerar o setor de atividade econômica em que se enquadram as ocupações de trabalho, verifica-se que na comparação do ano de 1992 com 2005, aconteceram mudanças substanciais nessa estrutura, como pode se ver na [tabela 1.3](#)<sup>18</sup>. As ocupações agrícolas tiveram redução na participação das ocupações nesse período. Em 1992 representava 31,4% e em 2005 passou a representar 16,5%, uma variação percentual negativa da ordem de 29,3%. Por outro lado, verifica-se crescimento tanto das ocupações industriais quanto das ocupações voltadas ao setor de serviços. Estas

---

<sup>16</sup> Como não há a realização de pesquisa referente ao desemprego em Goiás, para tratar dessa questão se utilizou de dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) realizada pelo IBGE.

<sup>17</sup> A abertura da economia brasileira é tema consagrado nas Ciências Econômicas, uma vez que a partir do Governo Collor de Melo aconteceram mudanças na política comercial e cambial, o que possibilitou maior entrada de produtos importados e exigiu das empresas nacionais que adaptassem sua estrutura para se tornarem competitivas no mercado mundial. Essa política foi intensificada no Governo Fernando Henrique Cardoso, e de lá pra cá tem sofrido relativas alterações.

<sup>18</sup> Os dados da tabela 1.3 foram produzidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Há que considerar que a PNAD além de se tratar de pesquisa amostral, embora seus dados sejam condizentes para o conjunto do Estado de Goiás, os dados obtidos são declarados, não havendo nenhuma comprovação por aqueles que estejam sendo entrevistados.

tiveram uma variação de 51%, enquanto aquelas a variação foi de 76,2%. Esse comportamento fez com que as atividades de serviços passassem de uma participação de 50,8% para 56,9%, no período considerado, já o setor industrial passou de 16,1%, em 1992, para 21%, em 2005.

Tabela 1.3 - Goiás: Setor de ocupação em anos selecionados

Setor de ocupação	1992		2005		Variação % (2005/1992)
	Número de Ocupados	%	Número de Ocupados	%	
Agrícola	623.080	31,4	440.736	16,5	-29,3
Industrial	319.225	16,1	562.329	21,0	76,2
Serviços	1.007.005	50,8	1.520.474	56,9	51,0
Outros	34.384	1,7	150.965	5,6	339,1
Total	1.983.694	100,0	2.674.504	100,0	34,8

Fonte: PNAD 1992 e 2005.

Dados trabalhados pelo autor.

Por detrás desses dados, todavia, se escondem as novas condições em que o trabalho é realizado. Processos de terceirização, por exemplo, tem sido utilizados tanto na indústria quanto nas atividades próprias do setor de serviços, como pode ser observado em estudos qualitativos sobre esta questão (CARVALHO, 2006; MOURA, 2001). Mas embora isso tenha se tornado frequente também no Estado de Goiás, através dos dados do IBGE, não se torna possível captar essas mudanças. O mesmo ocorre com a informalidade que tem se tornado mais intensa diante da nova configuração social do trabalho.

Esse processo é consubstanciado por mudanças tecnológicas e pelas mudanças nos padrões de organização do processo de trabalho que já haviam sido introduzidas nos países centrais e que passam a repercutir nas economias periféricas a partir dessa década. Essas modificações passaram a ser conhecidas como reestruturação produtiva, que de alguma maneira afetou a forma como se processou esse crescimento nos espaços urbanos.

Em relação à industrialização do campo os impactos na economia do Estado são mais perceptíveis e mesmo mais estudados até o recente momento. A partir da década de 1970 muitas pesquisas foram desenvolvidas no sentido de favorecer a ocupação econômica do planalto central que até aquele momento se constituía como região de

fronteira, como fora abordado por Estevam (1998). Esses estudos possibilitaram o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas o que permitiu o uso do solo dessa região como jamais concebido até essa época. Aliado a essa questão ocorreu também desenvolvimento de insumos propício à região bem como o uso de máquinas para a monocultura que se estabeleceu a partir desse período.

Essas mudanças tiveram efeitos surpreendentes na produção agrícola e no comportamento da renda da população do Estado. O que parece contraditório é que a agricultura perde peso na participação da composição da renda interna de Goiás. Porém, como foi destacado, a industrialização do campo favoreceu o desenvolvimento de agroindústrias na região, voltadas para o beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas, de um lado, e o desenvolvimento de atividades que antes faziam parte exclusiva da agricultura ou da indústria, passaram a se constituir como caracterizadas no setor de serviços, de outro lado. Isso explica porque em 1960 a participação da agricultura na renda interna de Goiás era de 49,5% e em 1995 foi de 16,2%. Ao passo que o setor de serviços participou naquele ano com 43,2% e neste com 58,4% (Estevam, 1998).

### *Transformações intra-metropolitanas*

Depois de analisar as estruturas populacionais e econômicas no âmbito global, nacional e regional, torna-se importante, à luz das transformações estruturais, conferir o comportamento da estrutura intra-metropolitana da Região Metropolitana de Goiânia. Isso se torna relevante para se poder verificar de que maneira aquelas estruturas discutidas acima rebatem no contexto dessa metrópole específica. E ao mesmo tempo considerar suas particularidades que não podem ser apreendidas pela análise global.

Como se torna complicado realizar a análise temporal da Região Metropolitana em função de sua institucionalização ter ocorrido no final da década de 1990 e pelo fato de alguns municípios terem sido criados em período muito recente, o que leva a desconfiguração do território metropolitano, será empreendida uma análise que considera a comparação entre os municípios que passam a integrar a Região Metropolitana quando da sua criação.

Quando se considera a população da Região Metropolitana de Goiânia, observa-se que a capital que é o município que possui o maior contingente de pessoas,

representava, em 2000, 67% do total da metrópole goianiense. Em segundo lugar estava Aparecida de Goiânia, com 20,5% e os demais municípios juntos representavam 12,8%<sup>19</sup>. Porém, aqueles municípios vêm diminuindo a cada novo período seu crescimento relativo populacional. É o que se vê quando se observa a taxa de crescimento geométrica, conforme a [tabela 1.4](#), que apresenta dados do Censo Demográfico do IBGE.

Como em 1970, Goiânia possuía uma população muito superior aos demais municípios que viriam participar da Região Metropolitana, seu crescimento tem muito mais dificuldades de ocorrer, em termos relativos, porque já partia de uma base considerável de pessoas, ao passo que os demais municípios possuíam um quantitativo bem reduzido de habitantes. Mas quando se considera os dados absolutos fica claro o desempenho da capital frente aos outros municípios que cresceram num ritmo maior que de Goiânia, mas numa dimensão inferior, em termos absolutos.

Porém, o comportamento demográfico revela aspectos importantes ao longo de cada época (década). A taxa de crescimento geométrica anual da capital de 1970 a 1980 foi de 6,5%, apesar do município de Aparecida de Goiânia ter registrado àquela época uma taxa de 19% ao ano. O fato é que o tamanho da população de Aparecida de Goiânia no começo da década de 1970 ainda era muito pequeno, menos de 10 mil habitantes e chega em 1980 com uma população de 42.627 pessoas, o que registrou uma variação de 470% nesse período.

No período seguinte, entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento de Aparecida de Goiânia se mostrou ainda extremamente alta, registrada em 15,4% ao ano. Goiânia também teve redução na taxa de crescimento, mas ficou em 2,5% ao ano nesse período. Verifica-se que a capital conseguiu aumentar em mais 204.703 pessoas e Aparecida de Goiânia aumentou sua população em 135.856. Nessa década já se começa observar um aumento absoluto muito grande deste município que faz divisa territorial com a capital, período que coincide com a rígida legislação de ocupação do espaço urbano em Goiânia, o que incentiva a ocupação do solo em municípios em que a lei é mais branda, que será discutida mais adiante, e o preço da terra mais barato, o que possibilitava mais altas taxas de lucro.

---

<sup>19</sup> Essa análise da estrutura populacional só é feita para o ano de 2000 quando a Região Metropolitana de Goiânia já havia se constituído.

Tabela 1.4 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia: População Total, Variação Relativa e Taxa anual de crescimento geométrica - 1980/1970, 1991/1980, 2000/1991

Município	População Total				Variação Relativa (em %)			Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)		
	1970	1980	1991	2000	1980/1970	1991/1980	2000/1991	1980/1970	1991/1980	2000/1991
Abadia de Goiás*				4.971	-	-	-	-	-	-
Aparecida de Goiânia	7.470	42.627	178.483	336.392	470,6	318,7	88,5	19,0	13,9	7,3
Aragoiânia	2.848	3.707	4.910	6.424	30,2	32,5	30,8	2,7	2,6	3,0
Goianápolis	7.340	7.569	10.716	10.671	3,1	41,6	-0,4	0,3	3,2	0,0
Goiânia	380.773	717.519	922.222	1.093.007	88,4	28,5	18,5	6,5	2,3	1,9
Goianira	6.091	7.488	12.896	18.719	22,9	72,2	45,2	2,1	5,1	4,2
Hidrolândia	8.014	8.559	10.254	13.086	6,8	19,8	27,6	0,7	1,7	2,7
Nerópolis	7.735	9.368	12.987	18.578	21,1	38,6	43,1	1,9	3,0	4,1
Santo Antônio de Goiás**				3.106	-	-	-	-	-	-
Senador Canedo***			23.905	53.105	-	-	122,2	-	-	9,3
Trindade	22.519	30.609	54.072	81.457	35,9	76,7	50,6	3,1	5,3	4,7

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - Cálculo Próprio.

(\*) Municípios criados na década de 1990.

(\*\*) Embora tenha sido emancipado em 1988, não houve registro do número de população Censo de 1991.

(\*\*\*) Município criado na década de 1988.

Os outros municípios tiveram aumento na taxa de crescimento geométrica, enquanto na década de 1970 se fez a uma taxa de 3,1% ao ano para o caso de Trindade, na década de 1980 sua taxa registrada ficou em 5,3%, voltando a sofrer redução na década seguinte com 4,7% ao ano. Goianira registrou taxa de crescimento no período compreendido entre 1970 e 1980 de 2,1%, no período posterior cresceu a uma taxa de 5,1% e no período entre 1991 e 2000 registrou 4,2%. Senador Canedo que foi criado na década de 1980 teve no período entre 1991 e 2000 taxa de crescimento de 9,3%, o que o fez tornar o quarto maior município em termos populacionais na Região Metropolitana de Goiânia registrado pelo Censo Demográfico de 2000.

Quando se analisa a estrutura populacional em 2000 na Região Metropolitana de Goiânia, observa-se que os municípios possuem participação populacional diferente, o que sugere que a RMG não possui uma conformação homogênea. Na verdade, a maior parte de sua população está concentrada em quatro municípios, a saber, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, nesta ordem. Isso, todavia, não significa que os demais não estejam integrados à dinâmica metropolitana, mostra somente que possuem um peso menor quando se considera apenas o aspecto demográfico, mesmo porque a integração metropolitana não pode ser medida apenas pelo tamanho populacional, há outros aspectos que necessitam ser considerados, tais como deslocamentos permanentes das pessoas entre os municípios, local de moradia e local de trabalho e estudo, dentre outros.

Em 2000, a população da RMG atingiu a marca de um terço da participação da população total do Estado de Goiás. A variação populacional de 1991 a 2000 foi de 88% para Aparecida, 122% para Senador Canedo e 50% para Trindade, enquanto o núcleo metropolitano sofreu uma variação percentual positiva de apenas 18%. Embora, em termos absolutos, pôde significar aumento maior de sua população ao verificado naqueles municípios.

Embora Goiânia tenha crescimento individualmente maior do que qualquer outro município em isolado, esta foi a década em que ela cresceu menos que os municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade juntos. Enquanto estes registraram juntos um acréscimo absoluto de 214.494 pessoas, a capital aumentou sua população em 170.785. Os municípios que mais colaboraram para o crescimento da metrópole, a exceção de Goiânia, foram Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade que registraram taxa de crescimento geométrica de 9,3%, 7,3% e 4,7%, respectivamente.

É digno de nota o aumento relativo da população do município de Goianira e Nerópolis, que cresceram, respectivamente, 45% e 43%. Por outro lado, outros municípios, cuja participação na população da RMG não representa muito, tiveram crescimento nesse período que variou de 10% a 30%. Houve também município que decresceu entre 1991 e 2000, como é o caso de Goianópolis, com crescimento negativo de 0,4%.

Para explicar o processo urbano ocorrido até meados da década de 1970, Sergio Moraes (1985) evidencia que a iniciativa privada, por meio do capital imobiliário, sob suas várias vertentes (construtoras, incorporadoras, proprietários da terra, etc.), com o desenvolvimento da cidade, passa a se apropriar dos mecanismos de operacionalização da ocupação do solo urbano. Em vários momentos, se observa a ação do Estado (poder público) no sentido de continuar exercendo o seu controle, mas muitas vezes seu comportamento se faz tão somente para beneficiar, em nome do público, a iniciativa privada. Assim, ele caracteriza esse período:

De 1964 a 1975 – 3ª fase, há a industrialização da construção civil e o empreendedor imobiliário se especializa. O Estado retoma o financiamento da 1ª fase [até 1950 ], através do S.F.H. [Sistema Financeiro de Habitação] e seus agentes [em Goiás era realizado pela COHAB]. O lote é produzido junto com a casa. Há simultaneamente uma verticalização da cidade em áreas com edificações pioneiras, com menos de vinte e cinco anos de vida útil. (Sergio Moraes, 1985, p. 51)

Com novas alterações que se seguiram na legislação, a década de 1970 assistiu a diminuição do número de loteamentos aprovados pela Prefeitura, com relativo aumento na década seguinte, como pode ser visto na [tabela 1.5](#). Porém, é preciso ressaltar que muitos deles foram implantados em períodos anteriores, mas sofreram o reconhecimento institucional nesse período.

Tabela 1.5 – Goiânia: Quantitativo de bairros (loteamentos) por década e situação fundiária - 2003\*

Década / ano	Situação								Total	
	Aprovados pela Prefeitura de Goiânia			Aprovado pelo Estado	Aprovado pelo INCRA	Irregular	Clandestino	Outros**		Em Aprovação
	Situados em Goiânia	Situados em Senador Canedo	Distrito de Vila Rica							
1930	8	-	-	-	1	-	-	-	-	9
1940	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
1950	125	-	-	1	4	1	-	1	-	132
1960	26	-	-	-	2	-	-	4	-	32
1970	22	-	-	-	1	-	-	2	-	25
1980	29	-	-	-	-	-	-	1	-	30
1990	106	-	-	-	1	1	-	-	-	108
ano 2000	41	-	-	-	-	-	-	-	-	41
ano 2001	28	-	-	-	-	-	-	-	-	28
ano 2002	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24
ano 2003*	26	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Sem Data	14	4	1		21	44	28	60	3	175
<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>31</b>	<b>46</b>	<b>28</b>	<b>68</b>	<b>3</b>	<b>631</b>

Fonte: Prefeitura de Goiânia/ SEPLAM/ DPSE/ Divisão de Cadastro de Bairros e Logradouros em 10/11/2003.

Dados trabalhados pelo DPSE/DVSE e retirado da Radiografia Sócio-Econômica de Goiânia.

\* até 10/11/2003

\*\* fazendas, chácaras, registros cartoriais por edital.

O período verificado após 1992, que tem como marco a aprovação e implementação do novo Plano Diretor de Goiânia, é caracterizado por novo relaxamento da legislação urbana referente ao uso e ocupação do solo. Sobre este aspecto vale destacar o aumento dimensionado de loteamentos ocorridos na cidade para atender os vários segmentos de renda, acompanhado do aumento de empreendimentos imobiliários coletivos (edifícios de apartamento) e da intensificação da construção de condomínios horizontais fechados. Estes voltados principalmente para as classes de renda alta e média. Segundo Moysés,

Com a revogação da Lei 4.526, de 1971, que exigia a implantação de infraestrutura por parte do loteador, a nova Lei de Parcelamento (nº. 7.222, de 1993) passou a abolir essa exigência em nome do que se denominou de *interesse social* [grifo do autor], já que o espírito da lei era no sentido de atender populações de baixa renda, permitindo que uma avalanche de lotes fosse colocada à disposição dessa população. (2001: 175)

O mercado imobiliário se intensificou nesse período com estratégias de oferecer empreendimentos capazes de satisfazer as necessidades das pessoas segundo seu poder aquisitivo. Até mesmo aqueles menos providos financeiramente passaram a ser alvo de sua estratégia. Mas com o término do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Federal de Habitação as empresas passaram a adotar o autofinanciamento com recursos oriundos dos próprios clientes que antecipavam o pagamento durante a construção pelo imóvel que se adquire. Isso possibilitava a construção dos prédios de edifício e, por conseguinte, sua valorização, que servia de estímulo àqueles que investiam inicialmente no empreendimento.

Nos últimos anos, principalmente depois de 2000, Goiânia se tornou um verdadeiro “canteiro de obras”. Para se ter uma idéia em apenas um bairro (Celina Park, situado na região Sudoeste) foram construídas mais de 20 torres de prédios residenciais voltados para os segmentos de renda média. Em outros lugares, como o Jardim Goiás (região Sul), os empreendimentos construídos são voltados para segmentos de renda média/alta e alta.

Questiona-se, diante de todo esse processo de crescimento vertical e horizontal da cidade, se há demanda efetiva suficiente para adquirir tudo que está sendo ofertado neste momento, sem comprometer a dinâmica futura do mercado. Como será visto, é

muito desproporcional a distribuição de renda entre os moradores da capital, que acaba por concentrar em poucos indivíduos parcela significativa dos rendimentos globais da população.

O fato de o mercado imobiliário se voltar para os vários segmentos da população não significa que conflitos populares em torno da terra urbana tenham acabado. No período em que se está tratando (1970 a 2000), verifica-se que muitos loteamentos foram realizados a partir da pressão exercida por estes grupos populacionais.

Esses mecanismos induzidos pelos movimentos populares que lutam pela moradia, de um lado, e pela iniciativa privada que realiza várias estratégias para atingir seu público alvo, através do uso de recursos públicos como forma de diminuir o custo de seu empreendimento, de outro, geram pressão sobre o poder público que fica incapaz de prover todos os serviços demandados, principalmente quando se considera a mudança no papel do Estado nas últimas décadas e a pequena participação dos municípios no conjunto das receitas tributárias globais do país.

É preciso ressaltar, sobretudo, que este foi o período da institucionalização da Região Metropolitana. Como foi visto os municípios adjacentes à capital, também passaram por crescimento demográfico considerável. Em outras palavras, significa aumento da demanda por serviços públicos de Goiânia, que ainda possui as melhores condições de ofertá-los em relação aos municípios de seu entorno. Por estes motivos, para tratar de Goiânia se faz necessário considerar o seu contexto metropolitano.

Quando se verifica a estimativa populacional que o IBGE realizou para os municípios da Região Metropolitana de Goiânia, observa-se que a tendência é crescimento marcado pela participação tanto de Goiânia, quanto de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, principalmente, que no conjunto se aproxima do patamar de dois milhões de habitantes.

Esses dados sugerem que devido à velocidade com que tem se transformado Goiânia e seus municípios adjacentes tornam-se muito difícil apreender a realidade daquele município sem considerar o contexto que está em sua volta, em que ela influencia e, ao mesmo tempo, recebe influências. Ou seja, qualquer abordagem que se queira fazer sobre este município precisa considerar sua condição metropolitana.

Essa análise da dinâmica populacional de Goiânia e sua Região Metropolitana possibilita a compreensão que o comportamento populacional da capital tem exercido

forte influência no comportamento dos demais municípios metropolitanos. Tanto é assim que quando se verifica a concentração espacial da população de cada município, principalmente aqueles com maior participação na estrutura demográfica da metrópole, constata-se que o crescimento deles tem representado um transbordamento da população de Goiânia que se realiza para dentro de seus territórios.

Esses motivos levam aos crescimentos populacionais cada vez maiores dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia em detrimento de seu município núcleo, pelo menos em termos relativos, como se verificou acima. Mas, na verdade, não esconde a intensidade da dinâmica populacional de Goiânia. Neste sentido, pode-se, por um lado, considerar que o transbordamento da população para outros municípios podem ser explicados em razão da renda da terra urbana, como será discutido mais adiante. Por outro lado, como a dinâmica populacional de Goiânia continua intensa, sugere-se que estejam sendo feitas mudanças no seu contexto territorial em todas as direções e sentidos. Ou seja, em diferentes níveis a cidade está sendo viabilizada, de forma a incorporar o aumento populacional, ao mesmo tempo em que torna difícil determinados segmentos de renda sustentar seu modo de vida na capital, em função do preço da terra que se torna mais elevado, uma vez que tem havido deslocamentos populacionais expressivos de Goiânia para outros municípios metropolitanos ao longo do tempo.

Ao analisar a imigração populacional nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, verifica-se que mais de 90% das pessoas que migram em direção a Goiânia vieram de outros municípios de Goiás que não pertencem à metrópole goianiense, ou mesmo de outros Estados e Países, ou seja, apenas 4,9% dos imigrantes de Goiânia tiveram como origem municípios da própria Região Metropolitana. Pode não parecer relevante esse dado, mas quando se observa a imigração dos demais municípios da metrópole, verifica-se que em Aparecida de Goiânia 48,6% dos imigrantes tiveram origem na própria metrópole, em Trindade são 26,6%, em Senador Canedo são 48,3% e Goianira 51,6%, por exemplo, apenas para destacar aqueles municípios que possuem maior contingente populacional. Esses dados referem-se, apenas, à imigração de data fixa, dos últimos 5 anos, realizado pelo censo demográfico de 2000, do IBGE, descritos na [tabela 1.6](#).

Quando se considera a avaliação dos dados absolutos, observa-se que na imigração intermetropolitana Goiânia recebeu de outros municípios 6.584 pessoas naquele período, enquanto Aparecida de Goiânia foi destino para 42.951 pessoas,

Senador Canedo 7.227 e Trindade 7.832, todos acima de Goiânia, embora tenha uma estrutura populacional e de serviços inferior à da capital, em termos quantitativos. Estes municípios, incluindo a capital, corresponderam pela migração de 91% dentro da metrópole.

Tabela 1.6 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia: número de imigrantes de data fixa: de 5 Anos e mais de Idade, que realizou migração no período 1995-2000.

Municípios	Total	Imigrantes de Data Fixa Por Origem (%)			
		Interestadual ou Outros Países	Intraestadual - Outros Municípios	Intraestadual - Intra-Metropolitano	Origem Não Identificada
Abadia de Goiás	1.797	17,9	22,5	55,0	4,6
Aparecida de Goiânia	88.408	32,1	16,0	48,6	3,3
Aragoiânia	1.406	13,8	23,9	59,1	3,3
Goianópolis	1.269	27,0	58,2	8,8	5,9
Goiânia	133.332	55,8	35,9	4,9	3,3
Goianira	4.648	20,1	25,6	51,6	2,7
Hidrolândia	2.373	23,9	22,9	51,3	1,9
Nerópolis	2.854	18,3	48,2	19,8	13,7
Santo Antonio de Goiás	794	26,7	27,9	41,9	3,5
Senador Canedo	13.801	32,3	11,4	52,4	4,0
Trindade	16.216	21,0	25,5	48,3	5,2
Total	266.897	42,6	27,2	26,6	3,6

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - Cálculo Próprio.

Visto desta maneira, e considerando que o município de Goiânia é o que possui o maior número de pessoas na metrópole, uma vez que a quantidade de pessoas que realizaram imigração foi de mais de 266 mil pessoas, pode-se sugerir, sem, contudo, afirmar peremptoriamente, que está havendo um processo de migração de Goiânia para os outros municípios da Região Metropolitana.

Por estes motivos se percebe, mais uma vez, que para compreender a dinâmica urbana de Goiânia se faz necessário considerar o seu contexto metropolitano, uma vez que mudanças na sua estrutura afetam os municípios adjacentes e, ao mesmo tempo, é afetada pelas mudanças ocorridas nestes municípios. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar que esse conjunto de municípios cumpre papel importante na rede urbana estadual ou mesmo nacional, servindo como destino para boa parte da população, como se vê pelos dados de imigração na [tabela 1.6](#). Além disso, é importante observar essas mudanças ocorridas no contexto intra-metropolitano nas últimas décadas, possibilitando

modificações na estrutura urbana da metrópole e, por conseguinte, no seu território, no momento em que o mundo e o Brasil passaram por transformações profundas em sua estrutura econômica e social.

A análise das transformações estruturais que impactam os processos sociais urbanos lança luz sobre o modo como se realiza a produção do espaço urbano e, ao mesmo tempo, chama a atenção para que qualquer conclusão à forma que se empreende a cidade em seus aspectos intra-urbanos precisa considerar a estrutura macro-social. Neste sentido, torna-se importante compreender o padrão de organização do espaço urbano goianiense a fim de poder interpretar com maior afinco o contexto dessa cidade, bem como verificar como se deu a produção desse espaço de assentamentos.

## **CAPÍTULO 2**

### **PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Explicar o padrão de organização social do espaço urbano na sociedade contemporânea torna-se uma tarefa muito desafiadora, mesmo porque as mudanças ocorridas na morfologia social nos últimos tempos têm sido muito intensas. Complica ainda mais quando se trata de averiguar as novas tendências num caso de uma metrópole que emergiu recentemente e que sua formação social possui peculiaridades que a distinguem de outras conformações urbanas.

Por este motivo, torna-se importante verificar como tem se desenvolvido a organização social do espaço, uma vez que são muitos os aspectos que estão em jogo nessa definição. Ressalte-se que alguns destes aspectos, em determinados momentos, exercem maior influência que outros, no entanto, isto pode se alterar. Mas como se trata de uma tendência, há fatores que possuem peso significativo na configuração sócio-espacial.

No caso específico da Região Metropolitana de Goiânia, verifica-se que esta se constitui em um nó de uma rede em escala global, e neste sentido, assume determinadas funções próprias da posição que ocupa na divisão nacional do trabalho. Sendo assim, é influenciada pelo padrão de acumulação determinante do capital, mas que manifesta segundo sua posição própria de uma metrópole da periferia do capitalismo. São as suas especificidades que a diferenciam das outras metrópoles brasileiras que estão na mesma condição, como foi analisado no capítulo anterior.

Por outro lado, há fatores internos ao espaço urbano considerado que contribuem para a definição de uma tendência à organização social do espaço. Dentre os vários aspectos importantes, destacam-se aqueles relacionados aos econômicos e políticos que estão diretamente vinculados à produção do espaço, como é o caso da ação do mercado imobiliário e do Estado, bem como da relação por estes estabelecidas.

Porém, para compreender que tendência a Região Metropolitana de Goiânia vem seguindo é relevante ter como referência sua configuração sócio-espacial. Assim, toma-se como ponto de partida sua caracterização, com o objetivo de verificar como se deu sua formação e quais foram os desdobramentos.

Quando se fala em padrão de organização social do espaço, tem-se em mente que o espaço urbano possui determinadas características que possibilita compreendê-lo. Isso significa, em outras palavras, que há elementos de diferenciação interna, bem como de agregação, pois senão seria difícil atribuir qualquer significado a um espaço de assentamento. Não fosse assim, dificilmente se poderia estabelecer qualquer parâmetro de caracterização e, portanto, tornar-se-ia impossível compreendê-lo. É por este motivo, que se pode dizer que determinada metrópole possui um modo de organização social do espaço que a torna diferente de outras metrópoles, ao mesmo tempo verificar quais são suas semelhanças. Ou seja, quando se determina a existência de elementos de diferenciação e de agregação (no sentido de aspectos semelhantes) num determinado espaço urbano, se está definindo quais são seus tipos caracterizadores, o que permite obter uma tipologia, neste caso, sócio-espacial.

Para se construir uma tipologia sócio-espacial é necessário a aplicação de procedimentos metodológicos embasados em pressupostos teóricos, de modo possibilitar a avaliação dos elementos que se juntam e dos elementos que se separam. Esse ato de juntar e separar elementos só se torna pertinente na medida em que se toma determinado arcabouço teórico que o orienta<sup>20</sup>. Assim, para utilização de uma tipologia sócio-espacial que servirá para representar a organização social do espaço é necessário que sejam apresentados quais são os seus pressupostos, o que possibilitará a análise do seu resultado.

---

<sup>20</sup> Os atos epistemológicos são indissociáveis, afirma P. Bourdieu. Significa que as fases e procedimentos da investigação sociológica possuem inter-relações e estão todas subjacentes à teoria. Portanto, discutir a metodologia de um objeto *ad hoc* implica, por um lado, considerar, à medida que a pesquisa se aprofunde, novos elementos teóricos que poderão aparecer, os quais não se pode prever de antemão; por outro lado, pressupõe-se a existência de um corpo teórico definido que norteará os passos e procedimentos adotados pelo investigador. Este corpo teórico decorre do recorte dado ao objeto do qual se pretende estudar. Entendido dessa forma, o estudo da metodologia que pretende investigar os diferentes modos de ocupação intra-urbana da metrópole goianiense requer sua delimitação a partir do escopo teórico estabelecido, sobre os quais se definem o método e as técnicas que serão utilizadas. Assim, se poderá discorrer sobre as implicações do método e das técnicas, na medida em que se percebem seus alcances e suas limitações.

## 2.1 Construção da Tipologia Sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia

A metodologia para a construção de uma tipologia sócio-espacial, utilizada neste trabalho, foi desenvolvida por Luiz César de Queiroz Ribeiro e Luciana Lago, professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)<sup>21</sup>. Essa tipologia considera que uma determinada organização urbana pode ser compreendida a partir dos diferentes *estilos de vida* existentes nesse contexto. E este é um atributo de tendência à diferenciação social e, por conseguinte, diferenciação territorial. Nesse processo de diferenciação está implícita a agregação de espaços onde as pessoas possuem características semelhantes.

Esse estilo de vida é objetivado pela posição que as pessoas ocupam na estrutura social do espaço urbano (Bourdieu) e pelo acesso à renda real (Harvey). Isso porque se compreende que, de um lado, ao perceber a estrutura social como uma hierarquia social, verifica-se que as pessoas tendem a realizar práticas semelhantes, quando estão na mesma posição, condicionadas por estas características, o que implica em determinações dos gostos, escolhas e hábitos, isto é, um sistema de preferências. De outro lado, há segmentos sociais que se beneficiam mais do que outros da infraestrutura pública, da localização de determinados equipamentos privados, conferindo uma condição econômica maior em função desses aspectos, podendo ser considerada como uma renda não-monetária. Normalmente os que usufruem dessa renda não-monetária são exatamente aqueles que possuem elevada renda monetária, ou seja, que estão na parte superior da estrutura social.

---

<sup>21</sup> Inicialmente foi desenvolvida análises com base na tipologia sócio-espacial para as metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, com uso dos dados censitários de 1980 e 1991. Como sua metodologia requer conhecimento prévio da estrutura urbana da metrópole em estudo, na medida em que pesquisadores de outras metrópoles brasileiras se interessaram pela metodologia, tornou-se possível a análise para além daquelas metrópoles. Atualmente, essa metodologia foi ampliada para 12 regiões metropolitanas do Brasil, que constitui a Rede Observatório das Metrôpoles, procurando a partir da tipologia sócio-espacial de cada metrópole realizar diversos estudos sobre a questão metropolitana. Esses estudos estão organizados em quatro linhas de pesquisa, a saber: i. Metropolização, dinâmicas intrametropolitanas e o Território Nacional; ii. Dimensão sócio-espacial da exclusão/integração nas metrópoles: estudos comparativos e o território nacional; iii. Governança urbana, cidadania e gestão das Metrôpoles; iv. Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional. “Além dos objetivos acadêmicos, o Observatório das Metrôpoles mantém a sua intenção de aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que auxiliem os atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas” (Sítio do Observatório: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br>). Todos os procedimentos utilizados adiante terão como base a metodologia de elaboração da tipologia sócio-espacial da Rede Observatório das Metrôpoles.

A estrutura social aqui considerada tem como variável principal para sua determinação a ocupação de trabalho que as pessoas possuem. Isso porque ainda que o mundo do trabalho tenha sofrido transformações profundas nos últimos tempos, esta categoria continua exercendo centralidade para análise social<sup>22</sup>. Ou seja, mesmo que as atividades de serviços tenham avançado em relação às atividades eminentemente proletárias (atividades industriais), o trabalho ainda se coloca como um dos aspectos mais importantes na construção da identidade das pessoas e do seu modo de vida. Em outras palavras, pode-se dizer que a vida material ainda determina a vida espiritual – a consciência<sup>23</sup> – (Marx e Engels), mesmo que a divisão do trabalho tenha se aperfeiçoado a tal ponto que fazem com que atividades que eram próprias da produção sejam caracterizadas como atividade de serviço.

É claro, que existem ocupações de trabalho que conferem *status quo* diferente a diferentes pessoas. Isso porque, ainda que se trate de uma mesma ocupação, esta é diferenciada segundo os atributos de renda e escolaridade. Por este motivo, apesar de se tomar a ocupação como variável central da estrutura social, a renda e a escolaridade são utilizadas como filtros. Assim, ao considerar a ocupação com os filtros de renda e escolaridade se pode construir uma hierarquia ocupacional, ou seja, uma estrutura socioocupacional, que será *proxy* da estrutura social, uma vez que não é a estrutura social, mas que a reflete significativamente.

Para construção da estrutura socioocupacional se utilizou os dados censitários do IBGE sobre ocupação<sup>24</sup>. O Censo Demográfico de 2000 considerou como ocupação

---

<sup>22</sup> Em função das transformações estruturais ocorridas nos últimos tempos, há autores que desconsideram a centralidade do trabalho como definidora de identidades e estilos de vida das pessoas, uma vez que outros aspectos da vida social ganham a mesma importância ou se sobressaem em relação ao trabalho. E nesse ambiente em que as análises são realizadas há a consideração acerca de uma sociedade pós-industrial, na medida em que ocorre um aumento significativo das atividades voltadas ao setor de serviços e, portanto, não produtivas, diferente de outras considerações que falam de uma sociedade pós-fordista, que implica mudanças no modo de operacionalizar o trabalho, mas mantendo-o como central para compreensão das práticas sociais.

<sup>23</sup> Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, propõem uma análise da vida social em que se deve partir dos aspectos materiais, voltados aos processos de produção. É a partir disso que se poderá compreender a consciência de uma sociedade ou os aspectos que se referiam como superestrutura (religião, política, cultura etc.), uma vez que o ponto de partida se referem àquilo que chamam de infra-estrutura (condições econômicas).

<sup>24</sup> Para realização do Censo Demográfico o IBGE aplica dois tipos de questionário. O questionário 1 é aplicado em todos os domicílios do país e, por isso, seu resultado é chamado de dados do universo. O questionário 2 possui mais questões que o questionário 1, mas possui também as mesmas questões que este. O questionário 2 como não é aplicado em todos os domicílios seus dados são amostrais. Ele foi aplicado, em 2000, em 20% dos domicílios com até 15.000 habitantes e em 10% dos domicílios com mais de 15.000 habitantes. O dado referente à trabalho só é existente no questionário 2. Portanto, a construção

aquelas definidas pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Neste caso, o Censo de 2000 se diferencia dos anteriores tendo em vista que a classificação de ocupação usada pelo IBGE não tinha qualquer correspondência àquela utilizada pelo MTE. A CBO que serviu de base para o referido Censo está assim estruturada: 10 Grandes Grupos, que se subdivide em 47 Subgrupos Principais, que se dividem 192 Subgrupos, que agregam 596 Grupos de base ou famílias, nos quais estão presentes as 2.422 ocupações, estas com cerca de 7.258 títulos sinônimos. Estas ocupações foram agrupadas hierarquicamente considerando que a natureza da ocupação e sua condição, além da exigência de escolaridade e da obtenção de determinada renda, leva a níveis diferentes das categorias que compõem a estrutura socioocupacional. Assim, foram construídas 24 (vinte e quatro) categorias socioocupacionais (CATs), apresentadas no [quadro 2.1](#), cuja nomenclatura tem a pretensão de expressar a natureza e a condição das ocupações que a compõe ao mesmo tempo em que sugere uma hierarquia entre elas.

Desse modo, ao considerar a estrutura socioocupacional como *proxy* da estrutura social, considera-se também que cada uma das posições daquela estrutura expressa disposições incorporadas dos indivíduos que nela participa (capital social + capital cultural + capital simbólico), o que implica em tomadas de posição, entendidos como sistemas de preferências, escolhas, gostos, desejos, ou melhor, em determinados estilos de vida (Bourdieu, 1996). Por outro lado, expressa acesso a renda real que pode ser decorrente da apropriação de *externalidades* públicas ou privadas, que em outras palavras pode significar aumento de poder econômico (Harvey, 1973), uma vez que não estão disponíveis a todos os segmentos sociais, pelo menos, ao mesmo tempo.

Como pode se vê, estas 24 CATs estão organizadas em oito classes (grupos) principais (o detalhamento das ocupações em cada categoria está expresso no [anexo 1](#)). A primeira refere-se a todas as pessoas que exercem alguma ocupação agrícola, com exceção daqueles que se enquadram como empregadores, pois estes participam de outra categoria. Uma outra classe diz respeito àqueles que ocupam função de direção, seja como grandes empregadores ou como diretores, gerentes ou supervisores com alta remuneração, tanto na iniciativa pública quanto na iniciativa privada.

---

das Categorias Socioocupacionais se fazem com os micro-dados da amostra do Censo Demográfico do IBGE.

A terceira classe das categorias considera aquelas pessoas que possuem uma condição social de classe média, por se diferenciar segundo seus atributos pessoais, como artistas, ou possuir negócios, ainda que em pequena dimensão tornando-se pequenos empregadores. A quarta classe de categorias corresponde àquelas ocupações que tem a exigência de nível de instrução superior para ser exercida, nelas enquadram-se os professores de nível superior, os autônomos, empregados e estatutários de nível superior. Nesta classe a principal característica é o atributo de escolaridade, que, é claro, pode resultar em níveis salariais mais elevados.

Quadro 2.1 – Código e Descrição das Categorias Socioocupacionais (CATs)

Código	Categorias Socioocupacionais
	<i>Ocupações Agrícolas</i>
CAT10	Agricultores
	<i>Elite Dirigente</i>
CAT21	Grandes Empregadores
CAT22	Dirigentes do Setor Público
CAT23	Dirigentes do Setor Privado
	<i>Pequena Burguesia</i>
CAT31	Pequenos Empregadores
CAT32	Ocupações Artísticas e Similares
	<i>Elite Intelectual</i>
CAT41	Profissionais Autônomos de Nível Superior
CAT42	Profissionais Empregados de Nível Superior
CAT43	Profissionais Estatutários de Nível Superior
CAT44	Professores de Nível Superior
	<i>Classe Média</i>
CAT51	Ocupações de Escritório
CAT52	Ocupações de Supervisão
CAT53	Ocupações Técnicas
CAT54	Ocupações Médias da Saúde e Educação
CAT55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
	<i>Proletariado Terciário</i>
CAT61	Trabalhadores do Comércio
CAT62	Prestadores de Serviços Especializados
CAT63	Prestadores de Serviços Não Especializados
	<i>Proletariado Secundário</i>
CAT71	Trabalhadores da Indústria Moderna
CAT72	Trabalhadores da Indústria Tradicional
CAT73	Operários dos Serviços Auxiliares
CAT74	Operários da Construção Civil
	<i>Subproletariado</i>
CAT81	Trabalhadores Domésticos
CAT82	Ambulantes e Catadores

Fonte: Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata.

A quinta classe se refere àquelas atividades que se diferenciam pela natureza das ocupações, uma vez que exigem certo grau de escolaridade e confere um determinado nível de renda, mas não chega a requerer atributos tão elevados. Há, ainda, mais duas classes de categorias que se referem às ocupações que possuem algum grau de *status*, exatamente por conferir uma série de condições de trabalho, independente da formalização, pois para seu exercício há exigência de algum conhecimento técnico, mesmo que não requeira níveis de escolaridade. Uma delas está voltada para as atividades de serviços, ao passo que a outra está mais voltado para o setor da produção (atividades industriais). Por outro lado, a última classe de categorias socioocupacionais diz respeito às ocupações que não tem nenhuma exigência técnica ou atributo pessoal, como são os casos do emprego doméstico e das ocupações que se enquadram como subemprego.

Quando se considera a estrutura ocupacional da Região Metropolitana de Goiânia segundo essas classes socioocupacionais referidas acima, observa-se que há uma participação muito reduzida dos dirigentes, o que corresponde apenas à 1,6% das pessoas ocupadas, conforme a [tabela 2.1](#). Esse dado contrasta diretamente com o segmento social que é seu mais nítido extremo, não apenas por se constituir de trabalhadores, mas por não possuírem direitos trabalhistas assegurados, como são os casos das categorias de emprego doméstico ou dos chamados subempregos, que participam na estrutura socioocupacional com 12,8%. Porém, esse contraste não revela surpresa alguma por apenas confirmar aquilo que é próprio do capitalismo, mas tem o seu valor na medida em que coloca novamente em evidência a situação social que há muito tempo se tornou ignorada.

O fato de considerar a classe constituída por trabalhadores domésticos e ambulantes e catadores como segmentos que estão desprovidos da assistência estatal, principalmente no que se refere ao sistema de previdência social e a outros direitos trabalhistas, como FGTS e Seguro Desemprego, não significa que as demais ocupações estejam asseguradas a esse conjunto de políticas públicas. É reconhecido que as mudanças que se deram no processo de reestruturação produtiva afetou não somente as condições de trabalho, mas sobretudo suas relações, na medida em que se elegeu os direitos trabalhistas como *vilão* do crescimento econômico. E isso afetou as ocupações de toda a hierarquia, em maior ou menor grau e intensidade. Ou seja, em qualquer categoria ocupacional as relações de trabalho podem se estabelecer sem a formalização

necessária. O fato, porém, a considerar é que determinadas categorias ocupacionais possuem por sua própria natureza características que as tornam desprovidas desse aparato de direitos institucionais.

Tabela 2.1 – Região Metropolitana de Goiânia: Ocupados por CAT - 2000

Código	Categorias Socioocupacionais	Ocupados	%
	<i>Ocupações Agrícolas</i>	<i>14.567</i>	<i>2,0</i>
CAT10	Agricultores	14.567	2,0
	<i>Elite Dirigente</i>	<i>11.662</i>	<i>1,6</i>
CAT21	Grandes Empregadores	5.955	0,8
CAT22	Dirigentes do Setor Público	2.161	0,3
CAT23	Dirigentes do Setor Privado	3.546	0,5
	<i>Pequena Burguesia</i>	<i>36.014</i>	<i>5,0</i>
CAT31	Pequenos Empregadores	24.733	3,4
CAT32	Ocupações Artísticas e Similares	11.281	1,6
	<i>Elite Intelectual</i>	<i>46.933</i>	<i>6,5</i>
CAT41	Profissionais Autônomos de Nível Superior	10.793	1,5
CAT42	Profissionais Empregados de Nível Superior	17.862	2,5
CAT43	Profissionais Estatutários de Nível Superior	4.976	0,7
CAT44	Professores de Nível Superior	13.302	1,9
	<i>Classe Média</i>	<i>165.039</i>	<i>23,0</i>
CAT51	Ocupações de Escritório	66.797	9,3
CAT52	Ocupações de Supervisão	24.587	3,4
CAT53	Ocupações Técnicas	36.672	5,1
CAT54	Ocupações Médias da Saúde e Educação	24.059	3,3
CAT55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	12.924	1,8
	<i>Proletariado Terciário</i>	<i>174.735</i>	<i>24,3</i>
CAT61	Trabalhadores do Comércio	69.324	9,6
CAT62	Prestadores de Serviços Especializados	67.137	9,3
CAT63	Prestadores de Serviços Não Especializados	38.274	5,3
	<i>Proletariado Secundário</i>	<i>178.222</i>	<i>24,8</i>
CAT71	Trabalhadores da Indústria Moderna	27.812	3,9
CAT72	Trabalhadores da Indústria Tradicional	56.366	7,8
CAT73	Operários dos Serviços Auxiliares	35.968	5,0
CAT74	Operários da Construção Civil	58.076	8,1
	<i>Subproletariado</i>	<i>91.830</i>	<i>12,8</i>
CAT81	Trabalhadores Domésticos	60.743	8,4
CAT82	Ambulantes e Catadores	31.087	4,3
Total		719.003	100,0

Fonte: Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata.

Neste sentido, aquelas categorias mais caracterizadas pela proletarização, como as que se referem ao trabalho industrial, podem ter sido muito afetadas pela reestruturação produtiva, tornando mais flexível a relação social de trabalho, quando este se torna informal, ou mesmo transformando etapas da produção que passam a se

caracterizar como atividades de serviços. As categorias ocupacionais que dizem respeito ao trabalho produtivo, como os vinculados às indústrias e à construção, participam com 24,8% das ocupações na Região Metropolitana de Goiânia. Se se somar aquelas categorias que se referem aos serviços que não exigem qualificação formal ou que sua exigência quando existe é baixa, esse patamar corresponde a praticamente metade das ocupações da estrutura social, com 49,1%.

Desta forma, mais da metade das ocupações da Região Metropolitana (61,9%) estão concentradas em ocupações de baixa qualificação formal e, por conseguinte, em posições inferiores na estrutura social. Destas ocupações, 24,3% referem-se as categorias socioocupacionais vinculadas aos serviços, 24,8% são ligadas as atividades produtivas e 12,8% são ocupações domésticas ou de ambulantes e catadores.

Mesmo assim, ainda é possível perceber uma participação considerável da classe média, uma vez que ao se considerar as ocupações caracterizadas pelos atributos de escolaridade, como aquelas que possuem exigência de curso superior para o seu exercício ou de curso de nível médio, com as ocupações que pela própria natureza confere um status social mais elevado, como a categoria de artistas, por exemplo, observa-se que, juntas, elas somam 34,5% das ocupações na Região Metropolitana de Goiânia. Ou seja, ao considerar o mercado de trabalho com base nos dados do Censo Demográfico de 2000, sem analisar qualquer movimento temporal, observa-se a importância dos segmentos médios da estrutura social no momento em que mudanças no processo produtivo e na estrutura urbana já tenham surtido efeito mesmo em países periféricos como é o caso do Brasil<sup>25</sup>.

Mas é preciso observar, todavia, que além de Goiânia e sua Região Metropolitana fazerem parte de um país que está na periferia do capitalismo mundial, elas estão também na periferia urbana do Brasil e sua estrutura econômica nunca teve peso considerável do setor industrial, como são os casos das metrópoles do Sudeste brasileiro. Na verdade, pode-se considerar que o setor de serviços, onde possui tendência a incorporar mão-de-obra da classe média, sempre teve um peso considerável na estrutura econômica de Goiânia, como já foi observado no capítulo anterior, o que pode demonstrar que esta metrópole sofra os impactos do processo de reestruturação

---

<sup>25</sup> Como a análise tem sido feita sobre a composição das categorias socioocupacionais que constituem uma hierarquia em um único ano, com base nos dados do Censo de 2000, há o perigo de não considerar a mobilidade existente entre os segmentos sociais, levando à considerações estáticas da estrutura social.

produtiva ocorrida no planeta, uma vez que as atividades de serviços que passam a se constituir na metrópole goianiense não estão diretamente associadas à agropecuária<sup>26</sup>.

Por outro lado, ao considerar que o grau de formalização do trabalho na Região Metropolitana de Goiânia é de 45,6%, segundo dados do Censo Demográfico de 2000, constata-se, mesmo na falta de dados que permita realizar uma análise evolutiva, que há uma nítida precarização das relações de trabalhos, quando mais da metade das ocupações não possuem qualquer tipo de registro oficial, sendo, portanto, consideradas informais.

É preciso, porém, analisar como essa estrutura socioocupacional se manifesta no espaço intra-urbano do território metropolitano. Como o dado do Censo Demográfico é obtido segundo o local de residência das pessoas (nos domicílios), ao visualizar as categorias socioocupacionais no território se estará localizando as pessoas no espaço segundo sua posição na estrutura social. É possível, portanto, a partir desse exercício analisar que tendências têm tomada a organização social no espaço urbano.

O território metropolitano é fragmentado em diversas áreas, que são construídas a partir dos setores censitários. Ou seja, para o IBGE realizar o Censo Demográfico subdivide o território de todo o país em setor censitário, cada um deles, nas áreas urbanas, possuem no mínimo 250 e no máximo 350 domicílios. No caso específico das informações de ocupação, contidas no referido questionário 2 (amostra), a área utilizada para divulgação dos dados é composta da agregação de um conjunto de setores censitários, que juntos tenham no mínimo 4.000 domicílios (400 questionários da amostra), que recebe a denominação de Área Ponderação (AED)<sup>27</sup>. Esta área foi definida pelo IBGE com o objetivo único de se evitar uma possível identificação das pessoas pesquisadas. A contigüidade entre os setores censitários e o limite municipal é considerada como critério para a agregação dos setores censitários, de modo a compor as AEDs de cada município. Desse modo, o [quadro 2.2](#) e o [cartograma 2.1](#) apresentam a distribuição destas áreas para cada município que compõe a Região Metropolitana, para o Censo Demográfico de 2000.

---

<sup>26</sup> Isso não quer dizer que o Setor Agropecuário não tenha sofrido as conseqüências da reestruturação produtiva, mas apenas ilustrar que os serviços existentes na economia da metrópole goianiense não estão vinculados apenas à agropecuária como, em geral, havia ocorrido no passado.

<sup>27</sup> A definição de AED como Área de Expansão Demográfica não constitui como definição oficial utilizada pelo IBGE. O agrupamento de setores censitários é denominado de área de ponderação, conforme metodologia do Censo Demográfico de 2000. Por este motivo, este trabalho considerará a AED como sinônimo de área de ponderação.

Quando o IBGE considera a contigüidade entre os setores censitários e o limite municipal para definir as AEDs, não leva em conta as diferentes condições sócio-econômicas das pessoas que estão em setores censitários próximos. Nesse sentido, em uma mesma AED pode haver setores censitários fortemente marcados por moradores com elevado nível sócio-econômico e setores censitários caracterizados por precárias condições de vida dos seus moradores. É emblemático, para exemplificar, o caso de condomínios horizontais fechados voltados para segmentos de elevado nível de renda em regiões da metrópole onde as condições sócio-econômicas são menos desenvolvidas. Por este motivo, é preciso tratar com relatividade cada uma das AEDs uma vez que elas expressam o conjunto das condições de vida dos seus moradores. Desse modo, numa AED em que há um condomínio horizontal de luxo, mas com pequeno número de residentes, seus dados se dissolvem quando analisadas em conjunto com moradores de níveis sócio-econômicos inferiores. Da mesma forma, em áreas caracterizadas por segmentos de renda alta, que possuem algum enclave social, não expressarão as desigualdades existentes no seu interior, uma vez que os dados que se sobressaem são aqueles existentes em maior número. Mesmo assim, a elaboração da tipologia sócio-espacial, que considera as AEDs como sua base territorial são significativas para explicação do padrão de organização social do espaço urbano, desde que analisadas com relatividade, tendo em vista sua concepção.

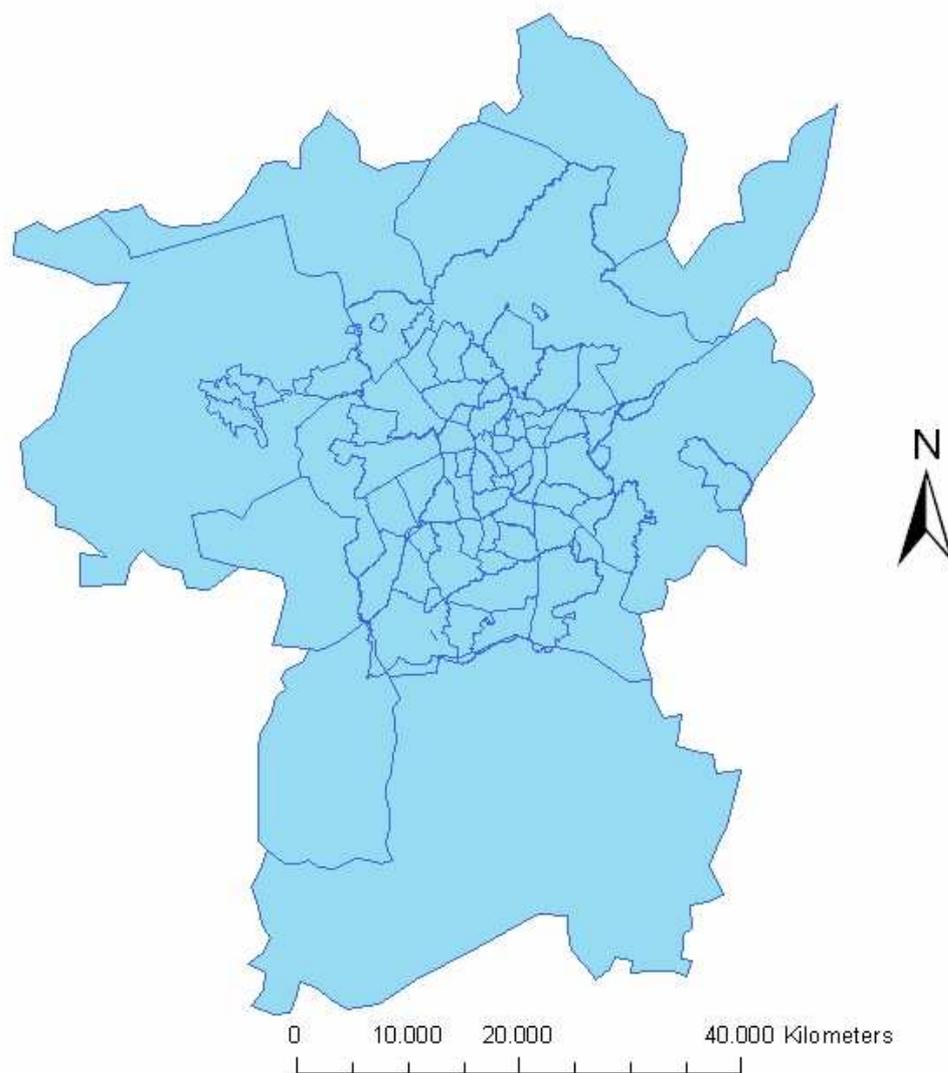
#### Quadro 2.2 - Região Metropolitana de Goiânia:

##### População e Número de Áreas de Expansão Demográfica (AEDs) - 2000

Município	População em 2000	Nº de AEDs
Abadia de Goiás	4.971	1
Aragoiânia	6.424	1
Aparecida de Goiânia	336.392	15
Goianápolis	10.671	1
Goiânia	1.093.007	39
Goianira	18.719	1
Hidrolândia	13.086	1
Nerópolis	18.578	1
Santo Antônio de Goiás	3.106	1
Senador Canedo	53.105	1
Trindade	81.457	4
Total	1.639.516	66

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000. Rede Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata.

Cartograma 2.1: Região Metropolitana de Goiânia segundo as AEDs



A tipologia sócio-espacial da metrópole goianiense foi elaborada a partir da compreensão da estrutura social rebatida no espaço metropolitano. Neste sentido, são analisadas as categorias dessa estrutura social em cada área da Região Metropolitana, de modo a tecer comparação entre a estrutura de cada uma delas e a estrutura do conjunto da metrópole. Com base nesse exercício é verificado quais são as áreas que possuem tendência de aproximação, ao mesmo tempo em que se diferenciam das demais áreas, o que possibilita construir os tipos sócio-espaciais. Esses tipos sócio-espaciais são organizados segundo uma hierarquia existente entre eles. Quanto mais acima na

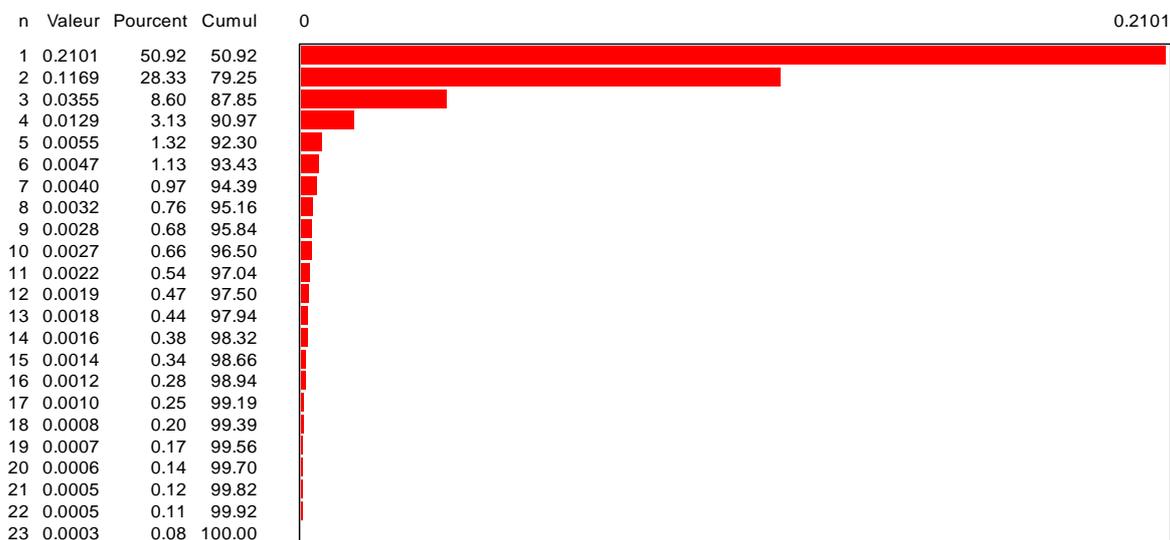
estrutura sócio-espacial estiver o tipo, melhores são as condições das pessoas segundo sua condição socioocupacional, relativamente aos outros tipos sócio-espaciais. Não significa que todas as pessoas que estão localizadas nas áreas definidas por este tipo possuem as mesmas características objetivas de vida, mas procura mostrar que em termos relativos aquelas áreas caracterizadas por aquele tipo estão em condições superiores às demais áreas caracterizadas por tipos sócio-espaciais diferentes ou abaixo da estrutura sócio-espacial.

Para tanto, é utilizado o aplicativo (*software*) STATLab que permite realizar a análise fatorial por correspondência binária, a partir de uma tabela de contingência que fornece as categorias socioocupacionais (CATs) pelas suas correspondentes áreas de expansão demográfica (AEDs), conforme quadro no [anexo 2](#), isto é, neste quadro se verifica a quantidade de pessoas que se encontram em cada categoria socioocupacional de cada uma das áreas de expansão demográfica, como são um total de 66 AEDs na Região Metropolitana de Goiânia, a análise é feita pela matriz de 66 AEDs por 24 CATs. Além da análise fatorial por correspondência binária, é feita a classificação hierárquica ascendente, através da análise de *cluster* (ou por agrupamento). Estas técnicas estatísticas permitem realizar agrupamentos entre as AEDs a partir de suas características socioocupacionais, na medida em que se compara a estrutura das AEDs entre si e de cada uma delas com a estrutura socioocupacional da Região Metropolitana, através da análise da variância intra-classe e da variância inter-classe. Nesse sentido, em função da variância, é que se define a quantidade de clusters a serem formados. Essa definição faz com que o agrupamento de cada área se defina pela semelhança do cluster a que pertence, ao mesmo tempo em que se diferencia dos demais clusters formados.

Com base nos resultados oferecidos pelo aplicativo se obteve algumas interpretações para compreender como tem se dado a organização do espaço metropolitano. A figura 2.1 mostra o peso de cada um dos fatores considerados na análise fatorial por correspondência binária (no caso da relação entre as categorias socioocupacionais). É verificado que o primeiro fator de organização do espaço metropolitano explica 50,9%, ou seja, é responsável por explicar pouco mais da metade da forma como as pessoas se distribuem no espaço segundo o local residência. O segundo fator explica 28,3%, de modo que os dois primeiros fatores explicam juntos 79,2% da organização social do espaço metropolitano, o que representa mais de três

quartos da explicação. Ou seja, entender esses fatores é possuir uma ampla compreensão do espaço social metropolitano.

Figura 2.1 - Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição de cada eixo na variância total – 66 AEDs – 2000



Variance totale = 0.41

Todavia, a interpretação desses fatores, que se faz com o uso das figuras 2.2 e 2.3, permite inferir que a primeira explicação do espaço metropolitano se faz pela oposição de classe social, entre aqueles que estão posicionados num patamar mais elevado da estrutura social e aqueles que estão num nível inferior dessa hierarquia. Vale ressaltar que a utilização da terminologia classe social, neste caso, não corresponde à definição marxista na qual se compreende que as classes sociais se definem em relação ao processo de produção, onde existem aquelas que são proprietárias dos meios de produção e aquelas que são detentoras apenas da força de trabalho, designando assim os capitalistas e os proletariados, respectivamente, e que por estarem em oposição estão mobilizadas para luta, o que as fazem assumir uma dimensão política.

Ao refletir sobre o espaço social Pierre Bourdieu (2003) considera a importância de romper com a teoria marxista para que se possa compreendê-lo. Neste caso, seu rompimento se faz no sentido de privilegiar as relações em detrimento das substâncias, de um lado, e de considerar o espaço social como um espaço multidimensional, ao invés

de reduzi-lo a dimensão econômica. Nesse contexto, sua concepção de classe social, que é mesma assumida neste trabalho, é definida nos seguintes termos:

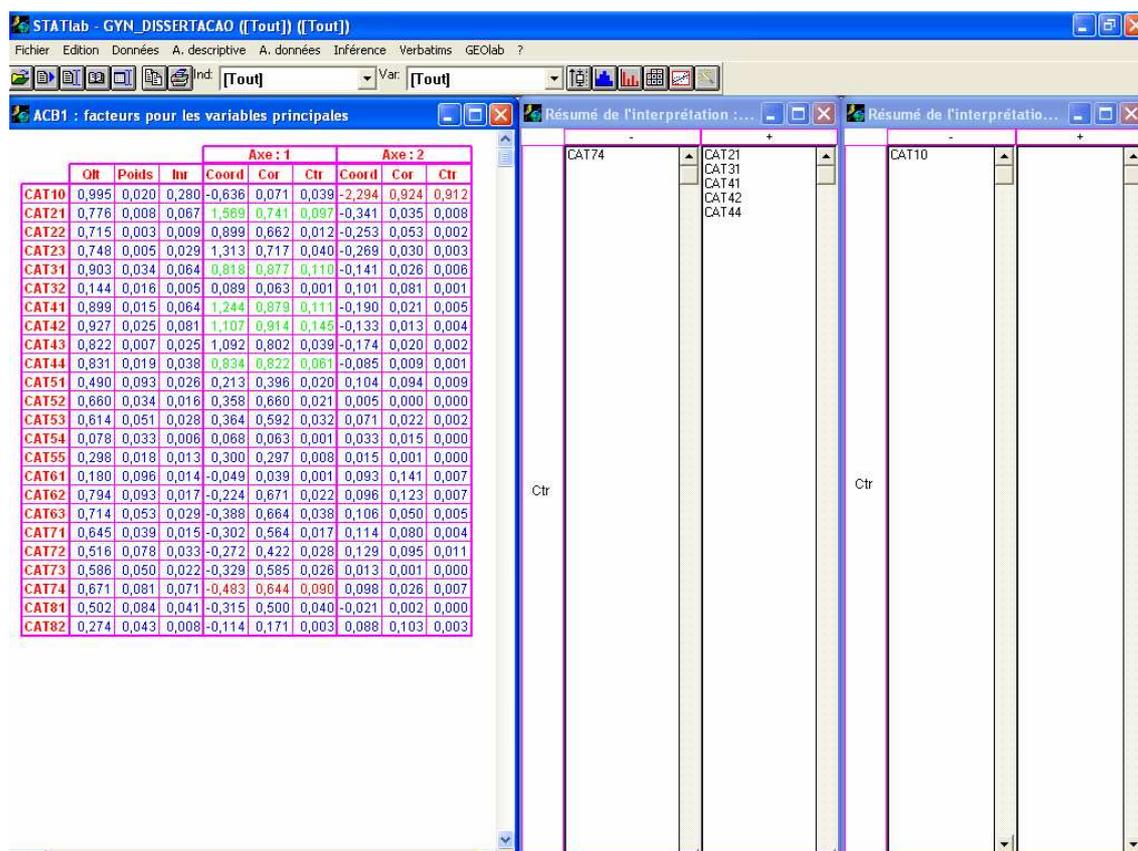
Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe no papel tem a existência *teórica* [grifo do autor] que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa, (...) ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. Não é realmente uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe *provável* [grifo do autor], enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes. (Bourdieu, 2003, 136)

Nesse sentido, verifica-se uma forte oposição entre Operários da Construção Civil (CAT-74), de um lado, e categorias que estão situadas na parte superior da estrutura socioocupacional, de outro, como Grandes Empregados (CAT-21), Pequenos Empregadores (CAT-31), Profissionais Autônomos de Nível Superior (CAT-41), Profissionais Empregados de Nível Superior (CAT-42) e Professores de Nível Superior (CAT-44).

Quando se verifica a segunda dimensão (eixo cartesiano) de explicação do princípio de organização social da metrópole goianiense, observa-se que há uma participação significativa da categoria Agricultores (CAT-10) que não se opõe a nada, o que mostra a distância existente entre as áreas que possuem uma grande presença relativa de categorias agrícolas e as demais, e isso acaba por definir a forte contribuição dos aspectos rurais para compreensão da estrutura e dinâmica metropolitana. E é, por este motivo, que quando foi feita a análise dos municípios que integram a Região Metropolitana, foi dito que embora em termos populacionais a maioria não tenha peso significativo não quer dizer que eles não estejam integrados à dinâmica metropolitana. E é talvez por conta de sua característica fortemente marcada por ocupações agrícolas o que pode explicar sua forma de integração na metrópole.

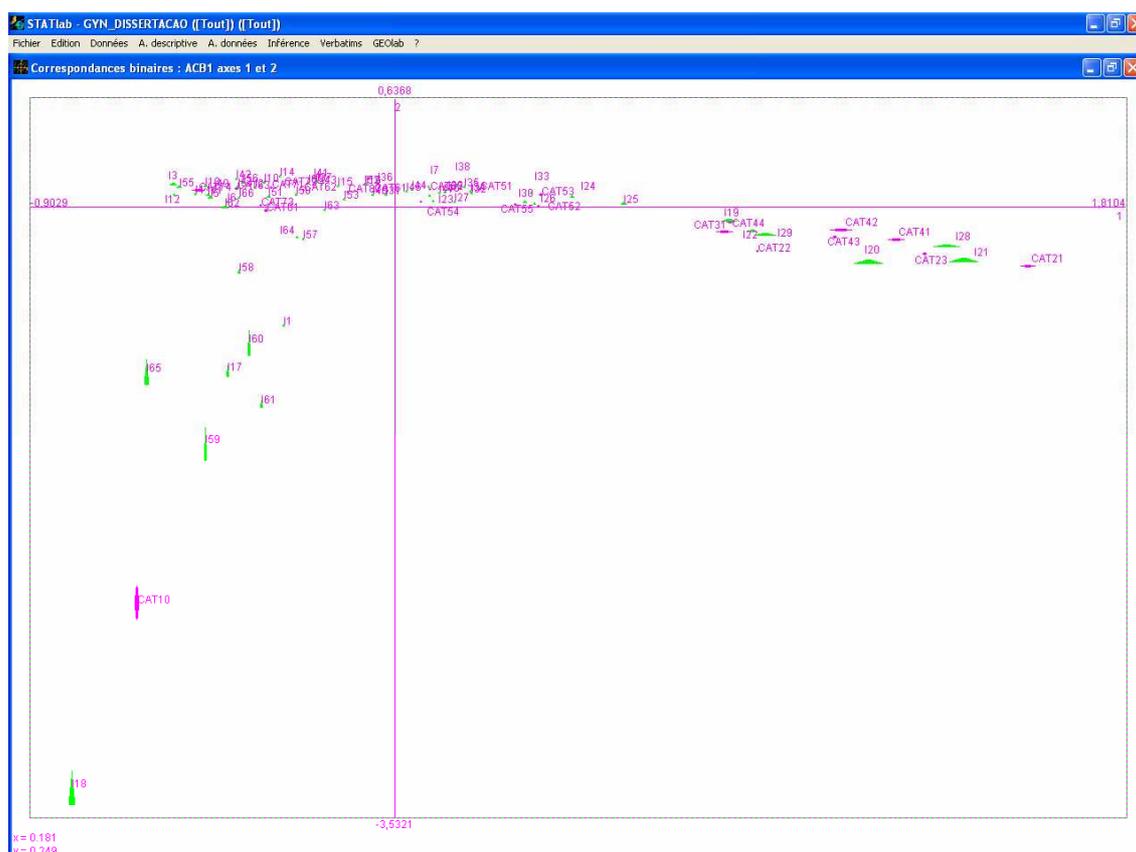
A organização social do espaço metropolitano é explicada, em primeiro lugar, pela oposição entre segmentos sociais que se situam nos extremos da hierarquia socioocupacional, com forte significado de classe; em segundo lugar, pela forte participação de ocupações agrícolas. Esses fatores são responsáveis por explicar quase 80% da distância social entre as áreas da Região Metropolitana de Goiânia.

Figura 2.2 - Região Metropolitana de Goiânia: Peso das Categorias Socioocupacionais nos dois eixos explicativos da organização social do espaço metropolitano – 66 AEDs – 2000



À medida que as explicações para cada eixo cartesiano são obtidas, o procedimento seguinte passa a ser a identificação das áreas que contribuem para que aquelas categorias explicativas dos dois primeiros eixos exerçam peso na organização do espaço metropolitano. A figura 2.3 apresenta a relação entre as categorias socioocupacionais e as AEDs. Como há um grande número de AEDs distribuídas no plano cartesiano torna-se difícil identificá-las, por isso se utilizou como rótulo a sigla das Categorias Socioocupacionais.

Figura 2.3 - Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição das Categorias Socioocupacionais e das AEDs – 66 AEDs – 2000



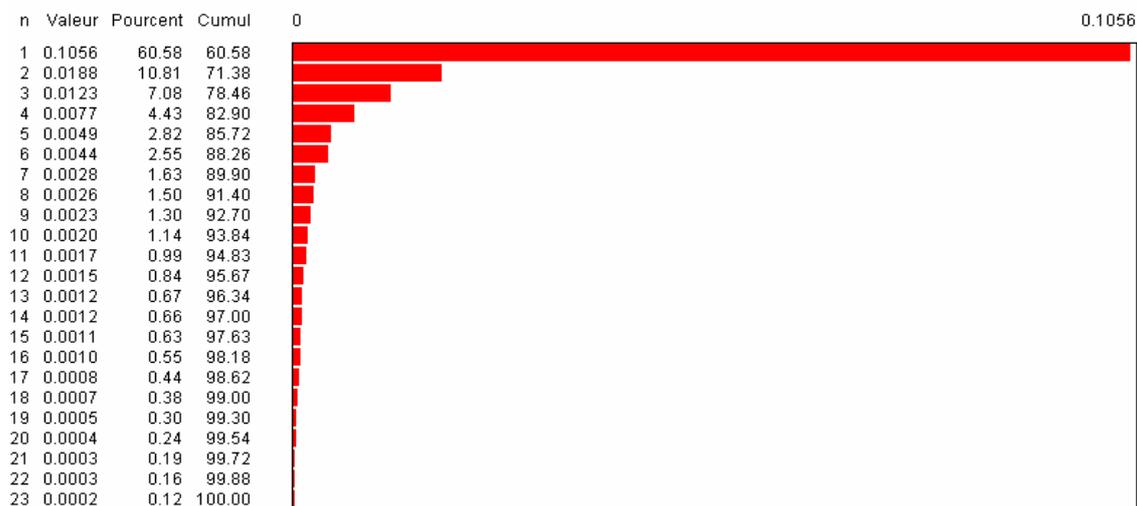
Com base nesses resultados e interpretações são feitos os agrupamentos das áreas segundo o que as aproximam uma das outras e, ao mesmo tempo, o que as distanciam. Esse exercício é realizado através da classificação hierárquica ascendente das áreas consideradas, onde se efetua a análise de cluster (ou agrupamento), de modo a definir os tipos sócio-espaciais, através da variância intra-classe e variância inter-classe.

Assim, verifica-se que o programa (software) sugeriu a formação de 4 cluster, com variância intra-classe de 18,3% e variância inter-classe de 81,7%. O primeiro grupo é constituído pelas AEDs denominadas Aeroporto, Central, Marista, Oeste, Setor Bela Vista/Nova Suíça e Setor Bueno/Coimbra. O segundo grupo é constituído pelas seguintes AEDs: municípios de Abadia de Goiás, Aragoiânia, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás e uma área do município de Trindade. O terceiro grupo possui apenas o município de Goianópolis. O quarto grupo é constituído pelas áreas restantes, num total de 53 áreas. Em função dessa indicação dada pelo *software* verifica-se, com base na participação relativa de cada CAT nas AED, calculada a partir da tabela de contingência, se os agrupamentos são de fato consistentes. (Anexo 3).

Como a análise se mostrou consistente para os primeiros três grupos indicados pelo programa, tomou-se a decisão de considerá-los coerentes e proceder a uma nova análise fatorial com as demais áreas restantes. A vantagem de realizar esse procedimento decorre do fato de que nesta segunda análise fatorial as áreas que exerceram forte influência na explicação nos dois primeiros eixos, por terem sido retiradas, não mais exercerão, o que permite observar a distribuição dessas áreas com base na sua estrutura socioocupacional. Agora com as 53 AEDs que não apresentaram tanta homogeneidade entre si na primeira classificação hierárquica ascendente. Assim sendo, realiza-se os mesmos procedimentos anteriores.

Observa-se, na [figura 2.4](#), que com as 53 AEDs o primeiro eixo cartesiano explicativo da organização social do espaço metropolitano participa com 60,58% da variância total. O segundo eixo participa com 10,81%, este somado ao primeiro são responsáveis por explicar 71,38%. É claro que isso ocorre considerando a ausência daquelas áreas que se constituíram como grupos na primeira classificação. Como os outros eixos possuem participam menores, a análise fatorial se faz com os dois primeiros eixos.

Figura 2.4 - Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição de cada eixo na variância total – 53 AEDs – 2000



Variance totale = 0.17

Ao considerar as figuras 2.5 e 2.6 observa-se que o primeiro eixo, responsável pela explicação de 60,58% da dispersão das pessoas ocupadas no território metropolitano, é marcado pela oposição existente entre as categorias Prestadores de Serviços Não-Especializados (CAT-63), Operários da Construção Civil (CAT-74) e Trabalhadores Domésticos, de um lado, e Pequenos Empregadores (CAT-31), Profissionais Autônomos de Nível Superior (CAT-41), Profissionais Empregados de Nível Superior (CAT-42), Professores de Nível Superior (CAT-44), Ocupações de Escritório (CAT-51) e Ocupações Técnicas (CAT-53), de outro. Essa oposição revela que na ausência das áreas fortemente marcadas por categorias superiores ou por categorias agrícolas da estrutura socioocupacional, a organização do espaço metropolitano busca explicações em outros atributos pessoais das pessoas, como é o caso da escolaridade e qualificação profissional. De um lado, há aquelas ocupações que dispensam essas condições para serem exercidas e, de outro lado, estão as ocupações que para serem executadas requerem determinado nível escolar e qualificações formais. Isso se torna interessante na medida em que o espaço tende a organizar também em função do nível de escolaridade das pessoas e da qualificação formal.

O segundo eixo opõe, de um lado, as categorias Profissionais Empregados de Nível Superior (CAT-42), Profissionais Estatutários de Nível Superior (CAT-43), Professores de Nível Superior (CAT-44), Operários da Construção Civil (CAT-74) e Trabalhadores Domésticos (CAT-81) e, de outro lado, as categorias Trabalhadores do Comércio (CAT-61), Trabalhadores da Indústria Tradicional (CAT-72) e Operários dos Serviços Auxiliares (CAT-73). Essa oposição torna-se difícil de ser interpretada, uma vez que se misturam tanto de um lado quanto de outro categorias que, grosso modo, não possuem semelhanças. Mesmo assim, embora seja o segundo eixo da segunda análise fatorial, ele é responsável por explicar apenas 10,81% da organização social do espaço metropolitano.

Por outro lado, pode-se interpretar esse resultado exatamente pela mistura entre as categorias socioocupacionais no espaço urbano. Ou seja, na medida em que as primeiras explicações da organização social da metrópole goianiense são a oposição de classe, o peso das ocupações agrícolas que dão destaque para o aspecto rural da RMG e os atributos de escolaridade e qualificação formal, verifica-se que apesar dessas explicações o espaço metropolitano se caracteriza pela mistura social, o que não

significa dizer que o espaço da mistura é também espaço de convivência entre os diferentes grupos sociais.

Figura 2.5 - Região Metropolitana de Goiânia: Peso das Categorias Socioocupacionais nos dois eixos explicativos da organização social do espaço metropolitano – 53 AEDs – 2000

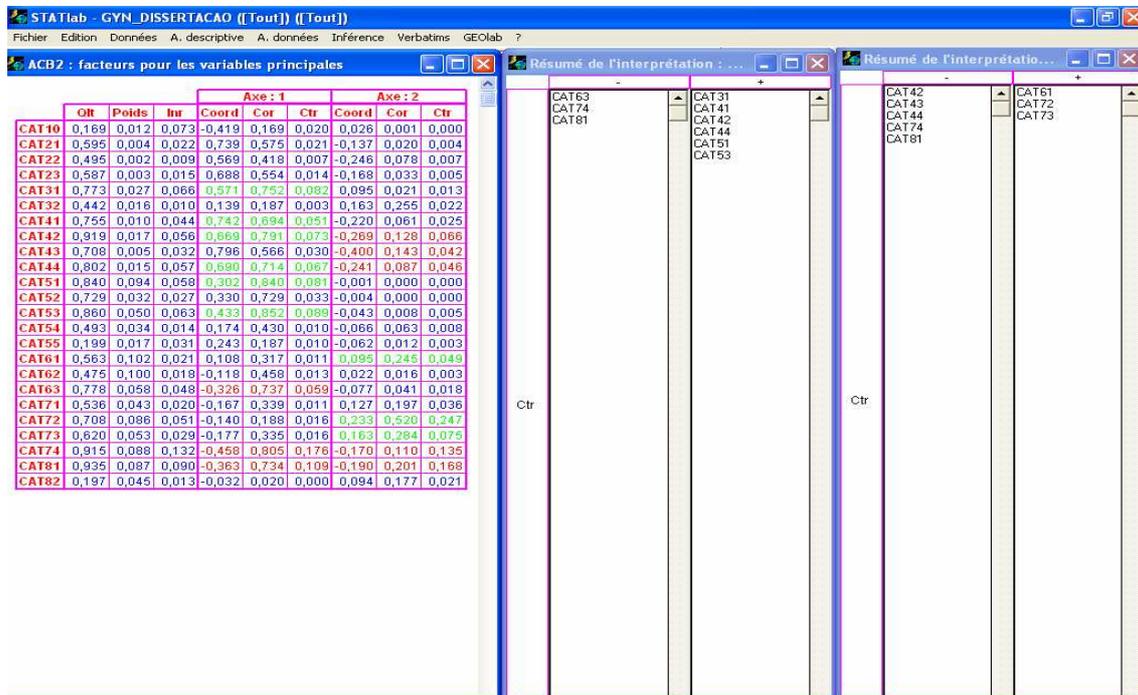
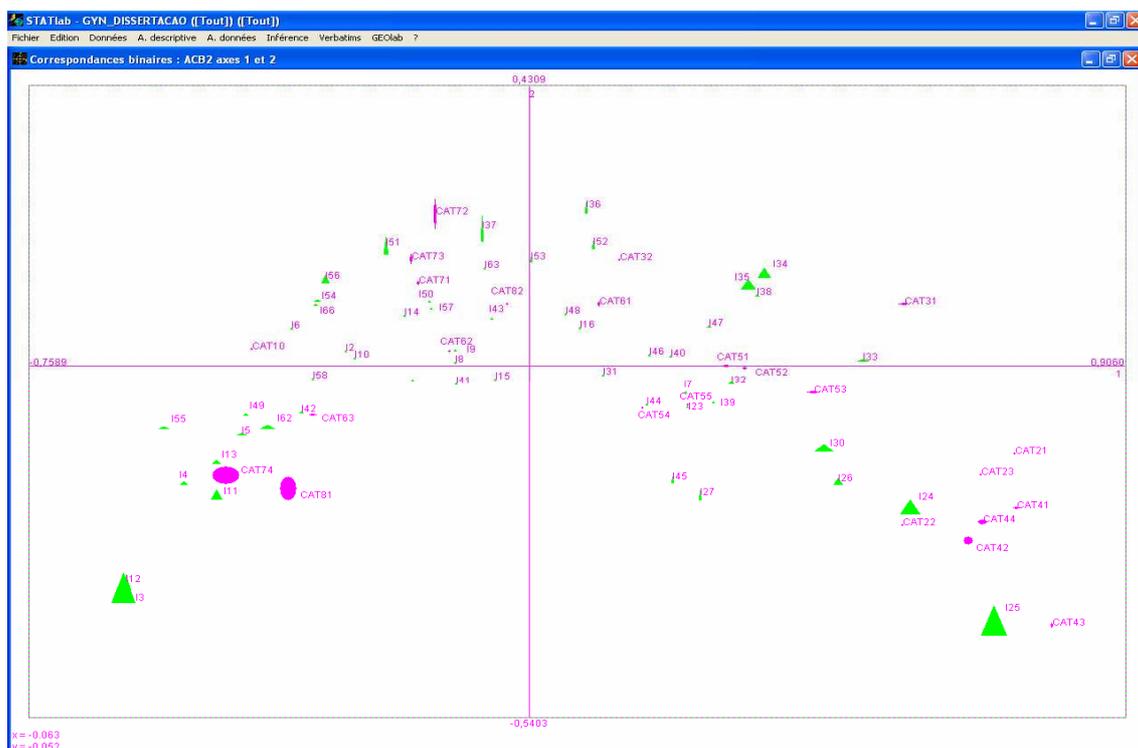


Figura 2.6 - Região Metropolitana de Goiânia: Contribuição das Categorias Socioocupacionais e das AEDs – 53 AEDs – 2000



Com base nessas análises se procede à classificação hierárquica ascendente das Áreas de Expansão Demográficas (AEDs). Ao executar o software STATLab, são indicados a formação de 4 clusters, com variância intra-classe de 23,5% e variância inter-classe de 76,5%. A avaliação da composição de cada um dos agrupamentos mostrou-se consistente quando considerado o peso das estruturas socioocupacionais entre as AEDs e o seu conjunto, como pode ser visto no [Anexo 4](#).

Definido os agrupamentos em um total de 7 clusters (3 definidos na primeira rodada e 4 definidos na segunda rodada), prossegue-se a comparação entre suas estruturas socioocupacionais, de modo a perceber a hierarquia existente entre eles. A partir disso, tornou-se possível definir sua nomenclatura em função dos aspectos que mais caracterizam cada um dos clustes, que passam a ser considerados agora como tipos sócio-espaciais. Assim, os nomes de cada um dos tipos, na ordem ascendente, são: Superior, Médio Superior, Médio, Operário, Popular, Popular Agrícola e Agrícola. Sua espacialização pode ser visualizada no [mapa 2.1](#).

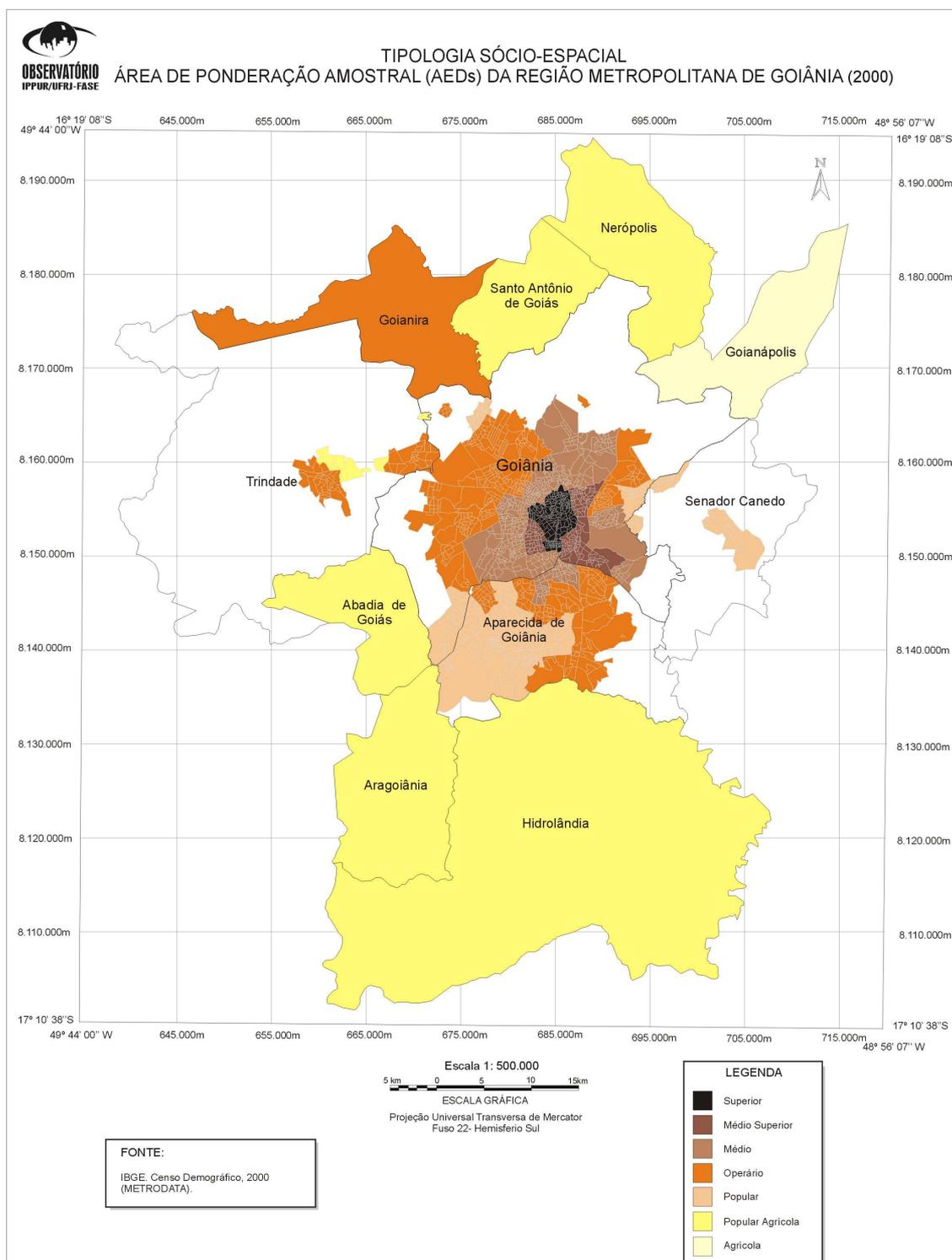
## **2.2 Padrão de organização sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia segundo a tipologia sócio-espacial**

A análise da tipologia sócio-espacial revela, à primeira vista, que o padrão de organização social do espaço metropolitano é do tipo radial concêntrico, uma vez que na medida em que as residências vão se distanciando do centro urbano, elas assumem características sócio-econômicas mais inferiores. Ou seja, as pessoas com as melhores condições de vida tendem a se concentrar nas áreas centrais, ao passo que aquelas que possuem condições mais inferiores localizam-se na periferia geográfica da metrópole. Mas para poder avançar na avaliação da organização sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia é preciso analisar cada um dos tipos sócio-espaciais em separado.

O tipo Superior, que possui essa denominação exatamente por nele estarem concentrados categorias sócio-espaciais mais elevadas hierarquicamente, como grandes empregadores, dirigentes do setor privado e dirigentes do setor público, além disso, possui uma densidade muita baixa das demais categorias médias e inferiores. O tipo Superior está concentrado nas regiões central e sul de Goiânia e as áreas por ele

caracterizadas possuem contigüidades entre si. Não há nenhuma área desse tipo que esteja em outro município da Região Metropolitana.

Cartograma 2.2: Região Metropolitana de Goiânia segundo a Tipologia Sócio-Espacial - 2000



O tipo Médio Superior possui essa denominação exatamente porque há uma concentração muito grande de categorias médias e relativamente superiores. O que define esse tipo é a participação relativa na hierarquia da estrutura socioocupacional das categorias médias, tais como Profissionais de Escritório e Artista e Similares, mas com uma tendência a reforçar o peso nas categorias superiores como Professores de Nível Superior e Profissionais Empregados de Nível Superior. Essas áreas têm uma predominância muito mais voltada para categorias médias que as categorias socioocupacionais superiores. À exceção da área do Jardim América, todas as demais definidas segundo esse tipo são contíguas. Elas se concentram a leste da região central de Goiânia, bem como atingindo áreas que estão nas regiões sul e sudeste da capital. Assim, como o tipo Superior, todas as áreas desse tipo também estão situadas no município de Goiânia.

O tipo Médio que se encontra presente apenas nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, possuindo maior concentração no segundo. Possui uma abrangência muito maior do que o verificado nos tipos anteriores. Fazem parte desse tipo 15 (quinze) AEDs da Região Metropolitana, bastante elevado se comparado com os dois tipos citados anteriormente que possuem 6 (seis) AEDs cada um. Por isso, estão em direções bem diversas dentro da metrópole, mas há uma tendência de se situar no eixo Norte-Sul, a exceção das áreas que estão a sudeste do tipo Superior e, portanto, as únicas que não possuem contigüidade com aquelas, apesar de entre si serem contíguas. As categorias que tiveram maior peso na definição desse tipo sócio-espacial foram àquelas situadas nos padrões médios da estrutura socioocupacional. Entre elas destacam-se as Ocupações de Escritórios, as Ocupações Técnicas e os Prestadores de Serviços Especializados. Vale lembrar que esse peso relativo é sempre comparado em relação à participação das demais AEDs.

O tipo Operário é caracterizado por estar presente em vários municípios da Região Metropolitana. São eles, Goiânia, principalmente na periferia geográfica, em direção a parte oeste, noroeste, sudoeste e leste; Aparecida de Goiânia, em praticamente quase toda parte leste do município e uma área a noroeste; Trindade, na parte que possui conurbação com Goiânia, configurando uma extensão deste município e na sede do município; e Goianira. Boa parte dos loteamentos que se localizam nesse tipo surgiu a partir da década de 1980. Esse é o tipo que possui mais áreas, num total de 22 AEDs. O que demarca essas áreas e as definem decorre do peso considerável das categorias

Prestadores de Serviços Especializados e Não-especializados, ao mesmo tempo, que possuem grande participação nas categorias Operários da Indústria Tradicional e Operários da Construção Civil.

Ao considerar a parte mais urbanizada da Região Metropolitana de Goiânia, verifica-se que o tipo Popular situa-se na parte mais inferior da estrutura sócio-espacial. Inclusive apenas três áreas que se enquadram nesse tipo localizam-se em Goiânia, as demais estão ou em Senador Canedo (que constitui uma única área) ou em Aparecida de Goiânia, onde estão as demais áreas. Neste último município, observa-se que as áreas desse tipo sócio-espacial estão a oeste e no centro, ocupando boa parte do mesmo. As áreas desse tipo que estão em Goiânia não são contíguas, uma se localiza na Região Noroeste da capital, outra na Região Sudoeste e outra na Região Leste. Destaca-se que essas áreas são contíguas às demais áreas do tipo Operário de outros municípios. Esse tipo é fortemente marcado pela participação das categorias Empregados Domésticos e Ambulantes e Catadores. Além disso, na maior parte das áreas não há presença de Grandes Empregadores e Dirigentes dos Setores Público e Privado, o que nos demais tipos, embora pequeno, existia. Se se puder falar de periferia social vinculada a localização geográfica, é aí que se encontram as áreas que estão incorporadas no tipo Popular.

O tipo Popular Agrícola compreende os municípios de Abadia de Goiás, Aragoiânia, Hidrolândia, Senador Canedo, Santo Antônio de Goiás, em que cada um corresponde a uma área, além de mais uma AED localizada em Trindade, que se situa entre a sede do município e a área que está conurbada com Goiânia. É importante ressaltar que estes municípios, a exceção da área que pertence a Trindade, são os que possuem, também, as menores participações populacionais na Região Metropolitana. Ele é Popular Agrícola porque possui uma forte participação nas ocupações agrícolas ao mesmo tempo em que também possui participação significativa das ocupações como Trabalhadores do Comércio, Prestadores de Serviços Especializados e Não-especializados, Operários da Construção Civil e Domésticos.

O tipo Agrícola é o mais típico porque compreende um único município que é Goianápolis. Esse município, que também corresponde a uma única área, ficou definido como um tipo sócio-espacial exclusivo devido sua participação nas ocupações agrícolas que não se assemelha a nenhuma outra área. Enquanto que nas demais áreas a maior participação das ocupações agrícolas em relação ao total não ultrapassou 22%, nesse

tipo atingiu 50,8%, ou seja, mais da metade das ocupações estava enquadrada naquilo que se compreende por atividades agropecuárias.

Essa tipologia sócio-espacial apresenta que há, claramente, diferenciações sócio-econômicas entre as áreas do território metropolitano, mas é preciso interpretar essas diferenças para apreender o padrão de organização do espaço metropolitano goianiense. Verifica-se que os princípios fundamentais de classificação utilizados para sua definição são, de um lado, a distância entre as áreas marcadamente caracterizadas pelas ocupações superiores da estrutura social e das áreas onde há um peso demasiado das ocupações que estão em patamar mais inferior e, de outro, da oposição espaço urbano e rural. Para além, dessas diferenças, há um emaranhado complexo de áreas “médias” em que se separam por aspectos muito mais relacionados aos atributos pessoais, como nível de escolaridade e qualificação formal, além de demonstrar que embora haja explicações objetivas de diferenciação do espaço urbano quando analisadas a partir da estrutura socioocupacional, a metrópole goianiense se caracteriza também pela mistura social.

Disso decorre que quando consideramos a organização do espaço metropolitano de Goiânia percebe-se uma nítida separação entre privilegiados, constituintes de uma classe superior, e os menos favorecidos, partícipes de uma “subclasse” proletária, além, é claro, das áreas em que suas características mais relevantes não se encerram nos aspectos econômicos propriamente ditos. Nesse sentido, é preciso considerar que há uma tendência à mistura social entre os segmentos populacionais de Goiânia. É claro, que isso precisa ser entendido com relatividade, na medida em que se está observando suas características a partir do recorte de trabalho, quando se sabe que a efetivação dessa mistura depende de outras condições.

O que se pretende declarar é que as áreas onde residem as pessoas que ocupam as melhores posições na estrutura social possuem um grau de homogeneidade muito elevado, o que as fazem se separar das demais áreas da metrópole. Da mesma forma, é verificada essa homogeneidade nas áreas onde se situam as pessoas que ocupam posições inferiores na estrutura social, relativamente às demais áreas da região metropolitana. Mas nas áreas intermediárias sua separação não aparece com tanta nitidez, dando margens às interpretações de existência de uma relativa tendência à mistura social nesses grupos que não estão nos extremos da estrutura social.

É falado em tendência à mistura social, na medida em que mesmo havendo diferenças de condições sociais elas não aparecem com tanta clareza, no sentido de que

em várias áreas se localizam pessoas que ocupam posições mais superiores da estrutura social convivendo com pessoas que ocupam posições mais medianas ou mesmo inferiores. Mesmo assim, é possível afirmar que embora haja uma tendência à mistura social o espaço metropolitano se caracteriza por concentrar no seu núcleo, em especial nas áreas mais centrais da capital, os segmentos melhor posicionados na estrutura social, com nítida tendência de mudança de padrão social na medida em que se distancia do centro em direção à periferia do território metropolitano.

A organização social do espaço da metrópole goianiense se assemelha as conclusões tiradas por [Ribeiro \(2000\)](#), no que se refere à evolução da metrópole do Rio de Janeiro, de que a classe média tem um peso considerável na estrutura social, sem registrar tendência a dualização, como se a cidade pudesse se repartir em apenas duas grandes classes, os pobres e os ricos. Isso sugere que a análise da estrutura territorial que prescindia desse aspecto não conseguirá construir uma representação da cidade de forma correta, nem tampouco as intervenções aí realizadas podem fazer valer as necessidades da população, principalmente, quando se considera apenas um único momento para a análise temporal. Talvez, uma análise evolutiva pudesse indicar outras conclusões, mas essa tarefa se mostrou impossível pela falta de dados para realizar a comparação com outras épocas.

Mas é preciso tratar com relatividade essa consideração referente à participação da classe média, tendo em vista que a distância social entre esta e os segmentos superiores da estrutura social mostram-se muito distantes, ao mesmo tempo em que são distantes também dos segmentos mais inferiores. Ou seja, o que na verdade está sendo considerado como classe média expressa os segmentos sociais compreendidos entre os extremos da estrutura social. Isso não significa que do ponto de vista do poder aquisitivo, estes segmentos sociais tenham uma condição elevada.

Para a construção dessa tipologia sócio-espacial se utilizou do princípio de hierarquia social, e seus resultados apresenta uma coerência a esse respeito quando se considera o conceito de segregação urbana definido por Manuel Castells, em que diz:

... entendemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (1972, 250)

Todavia, Villaça (1998) em sua obra *Espaço intra-urbano no Brasil* adverte que considerar o conceito de segregação urbana como definido por Castells tem o perigo de tratar os objetos a que ele se refere de modo estático. Devido ao fato da estrutura da cidade está sempre se modificando é preciso considerá-la de maneira dinâmica, o que implica em considerar aquelas áreas em que prevalece características muito próximas dos indivíduos que ali residem e ao mesmo tempo diferente das demais áreas, como uma tendência à homogeneização. Isso é verdade, segundo o autor, porque elas podem estar em contínua transformação sendo hoje observada sob determinadas características, mas que podem se modificar no futuro. O autor deixa claro que ao assumir esse conceito de segregação urbana está considerando que os grupos sociais que se definem, dadas as condições de renda, estão em luta social. E é essa luta de classe social que leva a diferenciação do espaço urbano, fazendo com que os segmentos que possuem características semelhantes se juntem e ao mesmo tempo se separem dos demais segmentos.

Ao considerar esse aspecto dinâmico no entendimento do conceito de segregação urbana e os resultados da tipologia sócio-espacial de Goiânia elaborada com base em dados do ano 2000, é possível considerar o padrão da organização sócio-espacial da Região Metropolitana em termos de tendência à segmentação segundo a posição social, com destaque para aqueles que se encontram nos extremos da hierarquia social, e segundo situação do domicílio (urbano/rural). Ao mesmo tempo, tendência à mistura social entre os segmentos localizados entre os extremos da estrutura social, isto é, os segmentos “médios”.

### 2.3 Análise das condições sócio-econômicas da metrópole a partir da tipologia sócio-espacial

Para ampliar o horizonte da análise é interessante contrastar os resultados da tipologia sócio-espacial e os dados de renda, escolaridade e as condições de habitação em cada um dos tipos. Quando se considera os rendimentos do responsável pela família em cada um dos tipos sócio-espaciais, verifica-se que há uma nítida diferença entre eles. Por exemplo, na faixa de menor renda, onde estão aqueles em que o responsável pelas famílias percebem até 2 (dois) salários mínimos mensais se enquadram, no tipo Superior, apenas 12,2%, mas no tipo Médio Superior são 31,8%, no tipo Médio sobe para 35,2%, no tipo Operário eleva-se para 50%, no tipo Popular passa para 62,6%, o tipo Popular Agrícola cresce para 64,3% e no tipo Agrícola atinge 73,6%, conforme a [tabela 2.2](#). Isso mostra que quanto mais superior for o tipo, menor é a quantidade de pessoas que percebem renda na faixa mais inferior.

Tabela 2.2 - Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo a Classe de Renda Mensal do Responsável pela Família (em S.M.) - 2000

Tipo Sócio-Espacial	Número de Família				
	Total	Classe de Renda Mensal do Responsável pela Família (em S.M.)			
		Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Superior	46.683	12,2	13,6	20,5	53,6
Médio Superior	48.305	31,8	26,5	20,4	21,3
Médio	135.921	35,2	31,9	19,7	13,1
Operário	164.237	50,0	34,7	11,4	4,0
Popular	73.396	62,6	30,3	5,7	1,4
Popular Agrícola	18.132	64,3	23,8	7,4	4,4
Agrícola	3.061	73,6	20,2	4,2	2,1
Total	489.735	43,1	30,0	14,4	12,6

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000. Rede Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata

Para confirmar essa afirmação, pode-se observar os dados apresentados para a faixa de maior renda, que é de mais de 10 (dez) salários mínimos, onde no tipo Superior há uma concentração de 53,6% dos responsáveis pela família, em seguida aparece o tipo Médio Superior com patamar abaixo da metade daquele, com 21,3%; o tipo Médio

aparece com 13,1% e abaixo deste estão o Popular Agrícola, o Operário, o Agrícola e o Popular com, respectivamente, 4,4%, 4%, 2,1% e 1,4%. Como o tipo Popular Agrícola é basicamente caracterizado por AEDs que compreende municípios inteiros da Região Metropolitana, nesses lugares concentram-se pessoas com elevada posição na estrutura social, embora não sejam capazes de dar expressão quando analisadas no conjunto da metrópole.

Quando se considera as áreas “médias” da Região Metropolitana de Goiânia (Médio Superior e Médio) no que se refere a obtenção de renda de seus moradores, observa-se que há uma distância muito acentuada das áreas superiores da estrutura sócio-espacial. Esse aspecto, de alguma forma, demonstra que a consideração feita para o peso da classe média na organização do espaço urbano da metrópole goianiense precisa ser tratado com relatividade, tendo em vista que suas características estão mais próximas das áreas mais inferiores da estrutura sócio-espacial que daquelas de melhor situação.

Tabela 2.3 – Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo taxa de analfabetismo e de escolaridade de pessoas com 18 anos ou mais de idade - 2000

Tipo Sócio-espacial	Pessoas de 15 anos ou mais de idade			Pessoas de 18 anos ou mais de idade		
	Total	Analfabetas	%	Total	Com 11 anos ou mais de estudo	%
Superior	117.377	1.074	0,9	108.584	81.936	75,5
Médio Superior	118.541	4.648	3,9	109.334	52.686	48,2
Médio	335.737	13.624	4,1	308.081	119.817	38,9
Operário	393.047	30.173	7,7	358.724	69.715	19,4
Popular	170.539	18.842	11,0	153.941	15.438	10,0
Popular Agrícola	43.324	6.526	15,1	39.705	6.029	15,2
Agrícola	7.318	1.382	18,9	6.671	654	9,8
Total	1.185.883	76.269	6,4	1.085.039	346.275	31,9

Fonte: Observatório das Metrópoles. Metrodata.

No que se refere à escolaridade, observa-se que quanto maior é a posição na estrutura sócio-espacial menor é a taxa de analfabetismo (para pessoas com idade igual ou superior a 15 anos) e maior é o número de pessoas que possuem mais de 11 (onze) anos de estudo, com idade igual ou superior aos 18 anos. A taxa de analfabetismo no tipo Superior é de 0,9%, ao passo que no tipo Popular é de 11%. Por outro lado, 75,5% das pessoas que possuem mais de 18 anos de idade possuem mais de 11 anos de escolaridade, ao passo que no tipo Popular esse patamar é de apenas 10%, conforme

[tabela 2.3](#). Vale considerar que 11 anos de estudo corresponde a titulação do ensino básico. Caso considere os que estão com curso superior, a realidade pode se apresentar mais dramática ainda.

Além desses dados que tratam do aspecto educacional na Região Metropolitana de Goiânia, torna-se relevante relacionar com a escolaridade segundo a faixa de idade, como forma de perceber a situação atual e a perspectiva de futuro, uma vez que este aspecto é colocado como uma das possibilidades que conferem ascensão social, ao mesmo tempo em que o nível de escolaridade tem se apresentado como elemento de diferenciação no espaço urbano, como foi analisado anteriormente. Além disso, torna-se importante a busca por outros aspectos que sirvam para a avaliação das condições sócio-econômicas dos residentes de Goiânia, como é o caso das condições dos domicílios.

Quando se analisa a escolaridade segundo a faixa de idade constata-se que nas faixas iniciais de escolaridade regular, que compreende dos 7 aos 14 anos de idade, a frequência escolar não se diferencia muito entre os tipos sócio-espaciais, pois ela se situa no intervalo de 95,4% a 98,7%, em média. Ou seja, de modo geral a frequência escolar para essa faixa etária nas diferentes áreas da cidade é a mesma. Se essa situação se perpetuar acompanhando a evolução etária, a escolaridade em Goiânia não será um problema para o futuro.

Mas na medida em que se analisam as outras faixas etárias, verifica-se que há diferenças mais acentuada entre os tipos sócio-espaciais no que se refere à frequência escolar, conforme a [tabela 2.4](#). Por exemplo, nos tipos Agrícola, Popular Agrícola e Popular, que são os mais inferiores da estrutura sócio-territorial, a frequência escolar é de 64,1%, 76,3% e 76,6%, respectivamente, para a faixa de idade de 15 a 17 anos, enquanto para o tipo Superior na mesma faixa etária é de 96,4%. Para a faixa de 18 anos a 25 anos de idade, o tipo Popular possui apenas 24,1% de pessoas frequentando a escola, maior apenas que o tipo Agrícola que registra 16,1%, enquanto no tipo Superior esse índice chega a 66,7%. É interessante observar que em ambas as faixas de idade analisadas por último, quanto maior for a posição ocupada na estrutura sócio-espacial mais as pessoas nas faixas correspondentes frequentam a escola, o mesmo vale para a situação contrária, ou seja, quanto menor for a posição naquela estrutura menor é a participação de pessoas que frequentam a escola.

Pode-se sugerir que na medida em que as pessoas atingem idades compatíveis com possibilidade de trabalhar, a frequência na escola tende a diminuir, isso é mais

acentuado quanto menor for a posição ocupada na estrutura sócio-espacial. Na verdade, aqueles que se localizam em áreas inferiores da estrutura sócio-territorial e atinge a idade para o trabalho tendem a abandonar a escola para poder estabelecer sua nova função. O mesmo não ocorre com aqueles que moram em áreas que estão em tipos mais elevados da estrutura sócio-espacial, pois o trabalho não se torna uma exigência uma vez que as condições econômicas da família conseguem garantir seu sustento. Nesse sentido, se atualmente o nível de escolaridade se coloca como um elemento que difere o espaço ocupado pelas pessoas no território urbano, há nítida tendência dessa situação se perpetuar, tendo em vista que aqueles situados nas áreas de padrão social inferior é maior o número de pessoas que pára de freqüentar a escola quando comparado com aquelas áreas de melhor condições sociais.

Tabela 2.4 – Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo o Total de Pessoas por Faixa de Idade, que Frequentam a Escola e Série Adequada – 2000

Tipo Sócio-espacial	Total de pessoas			Frequentam a escola (%)			Série adequada (%)		
	7 a 14	15 a 17	18 a 25	7 a 14	15 a 17	18 a 25	7 a 14	15 a 17	18 a 25
Superior	15.344	8.793	25.734	98,9	96,4	66,7	84,9	82,0	79,3
Médio Superior	19.638	9.207	29.396	98,9	91,6	49,9	72,4	63,8	53,6
Médio	62.706	27.656	79.617	97,9	87,9	40,9	67,7	57,1	43,1
Operário	87.285	34.323	97.361	96,7	81,9	28,8	57,6	43,3	18,6
Popular	46.559	16.598	44.016	95,5	76,6	24,1	46,6	24,2	7,5
Popular Agrícola	10.184	3.619	10.186	95,4	76,3	25,9	52,9	32,6	17,4
Agrícola	1.785	647	1.802	96,6	64,1	16,1	49,7	32,5	9,8
Total	243.500	100.844	288.111	97,0	84,5	36,8	60,8	49,9	39,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Metrodata.

Agora, quando se considera a quantidade de pessoas que frequentam a escola e estão em série adequadas, podem-se tirar duas conclusões que demonstram a gravidade das condições educacionais na Região Metropolitana de Goiânia. Primeiro, é que na medida em que a idade avança menor é a quantidade de pessoas que estão em séries correspondentes a sua idade. E isso é verificado em todos os tipos sócio-espaciais. Segundo, em todas as faixas de idade, quanto melhor for a posição na estrutura sócio-espacial maior é o número de pessoas que frequentam a escola e estão condições adequadas de série e idade. Na medida em que se desce à estrutura sócio-espacial, essa situação tende a se agravar, o que demonstra que em todos os sentidos as pessoas que

moram em áreas situadas em tipos inferiores estão em condições muito mais precárias quando analisada a condição de escolaridade.

Isso se torna uma preocupação exatamente porque uma das possibilidades de ascensão social na sociedade contemporânea decorre do nível de instrução. Quando essa possibilidade não é atingida, constata-se que a situação de diferenciação social tende a se reproduzir cada vez mais, mesmo que alguns dados apontam para alguma redução, mínima que seja.

Ao analisar a condição dos domicílios particulares permanentes de Goiânia, constata-se que o acesso a serviços públicos de saneamento de forma adequada<sup>28</sup> piora na medida em que os domicílios encontram-se nas estruturas inferiores da estrutura sócio-espacial, como se vê na [tabela 2.5](#). No tipo Superior 96,7% dos domicílios possuem abastecimento de água adequada e 99,3% possui escoamento sanitário adequado. No tipo Médio Superior são 92% e 95,5% dos domicílios estão cobertos pelos serviços de água e esgotamento sanitário, respectivamente. No tipo Médio essas marcas caem para 86,3% e 91,1%, respectivamente. No tipo Operário, embora tenha 69,1% de cobertura de abastecimento de água, que já se apresenta muito abaixo dos tipos anteriores referidos, apenas 42,7% dos domicílios possuem serviço adequado de escoamento sanitário. Porém, a situação é mais grave ainda para o tipo Popular, visto que apenas 37,19% dos domicílios possuem abastecimento de água adequada e apenas 13,6% escoamento sanitário. O que demonstra que os serviços públicos essenciais à garantia da qualidade de vida das pessoas não são oferecidos pelo poder público forma homogênea em todo o território municipal. As áreas com menores condições de sócio-econômicas são também as mais desprovidas desses serviços. O abastecimento adequado de água é maior para os tipos Popular Agrícola e Agrícola se comparado com os tipos Operário e Popular, tendo em vista que aqueles tipos registram 71,2% e 74,6%, respectivamente. Porém, quando se trata de escoamento sanitário adequado, verifica-se que os registros são muito baixos, com 12,2% e 1%, respectivamente.

---

28 Por saneamento adequado se está considerando a condição de abastecimento de água “quando o domicílio, ou o terreno ou a propriedade em que estava localizado, estava ligado à rede geral de abastecimento de água” e a condição de escoamento quando canalizados e “ligado a um sistema de coleta que os conduzia a um escoadouro geral da área” (Metodologia do Censo Demográfico 2000).

Tabela 2.5 - Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo características selecionadas dos domicílios particulares permanentes urbanos - 2000

Tipo Sócio-Espacial	Domicílios Particulares Permanentes Urbanos		
	Total	Com abastecimento adequado de água	Com escoamento sanitário adequado
Superior	44.990	96,7	99,3
Médio Superior	45.538	92,0	95,5
Médio	128.456	86,3	91,1
Operário	151.795	69,1	42,7
Popular	68.028	37,1	13,6
Popular Agrícola	12.828	71,2	12,2
Agrícola	2.551	74,6	1,0
Total	454.186	74,3	61,8

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000. Rede Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata

Quando se analisa as áreas que pertencem ao tipo Popular verifica-se que há diferenças internas entre elas no que se refere a oferta desses serviços públicos. A área denominada Vila Pedroso é a mais privilegiada entre elas, visto que há cobertura de 79,2% de abastecimento de água e 90,9% de escoamento sanitário adequado, semelhante ao observado nas áreas dos tipos Médio e Operário. A área São Domingos possui uma boa cobertura de abastecimento de água, com 79%, mas um patamar muito baixo de escoamento sanitário adequado, com apenas 28,8%. A situação se complica no caso de AEDs que estão em Goiânia, quando se observa esses dados para a área denominada Baliza/Jardim Itaipu, que apresenta cobertura de abastecimento de água da ordem de 21,3% dos domicílios e de apenas 5% para escoamento sanitário. Porém, se torna mais grave ainda quando se analisa as AEDs situadas no município de Aparecida de Goiânia. A melhor situação é da área denominada APG-Jardim Tiradentes/Jardim Cascata, que apresenta 55% de abastecimento de água, mas apenas 0,8% condição adequada de esgoto. Em segundo plano aparece a área de ponderação denominada APG-Setor Madre Germana/Bairro Dom Bosco/Alto, que possui 32,4% de abastecimento adequado de água e 3,2% de escoamento sanitário adequado. Para outras áreas as condições chegam a ser muito precárias. A área de ponderação na pior situação possui 1,6% de abastecimento adequado de água e 3,7% de escoamento sanitário adequado.

A situação de provimento de serviços escoamento sanitário e abastecimento de água é muito díspar também no tipo Operário. Sobre o abastecimento de água observa-se que há áreas em que a cobertura representa 94,1% dos domicílios, enquanto há áreas em que essa cobertura constitui apenas 18,6%, como é o caso da área APG-Setor Garavelo/Garavelo Residencial Park, que se localiza no município de Aparecida de Goiânia. Mas para a maioria das áreas esse serviço é ofertado para mais de 50% dos domicílios. O mesmo não é verificado para o escoamento sanitário, em que o provimento desse serviço se torna mais irregular ainda. Há áreas em que a cobertura desse serviço atinge 96,6% dos domicílios, como é o caso da área Aeroviário, porém, há áreas que essa cobertura atinge apenas 2,3% dos domicílios, essa situação é verificada na área denominada APG-Setor Garavelo/Garavelo Residencial Park, que se localiza também no município de Aparecida de Goiânia. A maioria das áreas está abaixo de 50% dos domicílios cobertos por este serviço.

Na medida em que se analisam as áreas internas aos tipos que ocupam posições superiores na estrutura sócio-espacial, observa-se que o provimento desses serviços vão se tornando mais homogêneo para os domicílios de todas as áreas. No tipo Médio, por exemplo, o intervalo de cobertura de abastecimento de água varia, entre as áreas, de 60,1% a 96,8%; o intervalo de cobertura de escoamento sanitário varia de 49,1% a 98,8%. No tipo Médio Superior, a variação para abastecimento de água é de 86,8% de cobertura a 94,6% e de escoamento sanitário é de 90,6% a 99%. E no tipo Superior, a cobertura de abastecimento de água é de 92,6% a 99%, enquanto a cobertura de escoamento sanitário varia de 99,1% a 99,9%. Ou seja, na medida em que se sobe na estrutura sócio-espacial melhores são os provimentos de serviços de água e esgoto na Região Metropolitana de Goiânia.

Duas outras variáveis relacionadas aos domicílios são importantes para analisar as áreas territoriais dos tipos sócio-espaciais existente em Goiânia: domicílios com até 3 cômodos e domicílios sem banheiros. Essas variáveis podem servir para medir a qualidade da moradia, na medida em que boa parte das famílias possui mais de dois membros e, portanto, apenas três cômodos não seria a quantidade adequada, e pelo fato de ser necessário a existência de banheiro à medida que as pessoas se aglomeram em centros urbanos, uma vez que isso contribui para a saúde pública.

Em relação à primeira variável, domicílios com até 3 cômodos, observa-se que em média a situação se agrava a medida que se observa os tipos sócio-espaciais

inferiores da estrutura sócio-territorial, com exceção dos tipos Médio Superior e Médio, visto que neste a quantidade de domicílios naquele quesito é 11,7% e no tipo Médio Superior a quantidade de domicílios com até 3 cômodos representa 13%. Mas o tipo Superior possui apenas 4,2% dos domicílios enquadrado nesta condição, enquanto os tipos Operário e Popular possuem, respectivamente, 15,2% e 24,8%. Os tipos Popular Agrícola e Agrícola possuem, respectivamente, 14,1% e 17,1% dos domicílios com até 3 cômodos.

Tabela 2.6 - Região Metropolitana de Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial segundo características selecionadas dos domicílios particulares permanentes - 2000

Tipo Sócio-Espacial	Domicílios Particulares Permanentes		
	Total	Com até 3 cômodos	Sem banheiro
Superior	44.990	4,2	1,9
Médio Superior	45.538	13,0	4,3
Médio	128.527	11,7	3,5
Operário	154.096	15,2	5,2
Popular	68.768	24,8	13,1
Popular Agrícola	17.045	14,1	10,1
Agrícola	2.812	17,1	10,0
Total	461.776	14,3	5,7

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000. Rede Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata

Em relação à segunda variável, domicílios sem banheiro, a estrutura se repete. O tipo Superior possui apenas 1,9% dos domicílios sem a existência de banheiro, os tipos Médio Superior, Médio, Operário e Popular, possuem, respectivamente, 4,3%, 3,5%, 5,2% e 13,1%. Ou seja, somente neste último tipo sócio-espacial é que essa situação é apresentada com problema, uma vez que são muitos os domicílios que não possuem banheiros, o que pode agravar a situação sanitária da população que residem nessas localidades. Com patamares próximos ao tipo Popular, os tipos Popular Agrícola e Agrícola possuem, respectivamente, 10,1% e 10%. Neste caso se observa que há uma tendência no sentido de que quanto melhor forem as condições sócio-econômicas melhores são também as possibilidades de garantir qualidade de vida.

Esses dados do Censo de 2000 só reforçam a análise do padrão de organização sócio-espacial da Região Metropolitana no sentido de confirmar as diferenças entre os tipos sócio-espaciais, na medida em que apresenta nítidas diferenças entre os extremos da estrutura sócio-espacial e características semelhantes dos demais tipos sócio-

espaciais. Neste sentido, a análise da organização do espaço metropolitano capta a estrutura social da formação do espaço da metrópole goianiense que se deu até aquela data, uma vez que apresenta as posições sociais das pessoas nessa época e, de certo modo, é reforçada pelas suas condições sócio-econômicas.

Desta forma, as diferenças sociais manifestada no território são mais nítidas principalmente, por um lado, em relação ao tipo Superior se comparado com o tipo Popular, pois se observa uma distância muito grande entre eles, tanto referente a posição na estrutura social, quanto referente a renda, a escolaridade e características dos domicílios. Isso reforça a consideração feita anteriormente em que as distâncias sociais entre os extremos da estrutura sócio-espacial são mais marcantes que àquelas verificadas entre os tipos medianos.

Estas considerações à respeito do padrão de organização social do espaço da Região Metropolitana de Goiânia, intersectada pela apresentação de algumas características de sua população e de seus domicílios, torna-se relevante para a compreensão da produção recente do espaço urbano de Goiânia. Assim, a partir dessas considerações, deter-se-á na análise na forma como determinados agentes econômicos interferem na ocupação do espaço urbano.

## **CAPÍTULO 3**

### **RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

Vimos como se processou o crescimento populacional de Goiânia, no contexto de sua região metropolitana e no contexto regional que está inserida; como as mudanças estruturais contribuíram para o comportamento demográfico e o padrão de organização sócio-espacial produzido em função dessa dinâmica. Porém, resta saber como os agentes econômicos contribuem para determinar a forma em que se processa o crescimento populacional, bem como o modo como o território vai sendo ocupado.

Ao considerar que o solo urbano de Goiânia sofreu um processo de valorização nas últimas décadas, fazendo com que o seu crescimento populacional transbordasse aos limites territoriais para outros municípios, percebe-se que em maior ou menor grau o capital imobiliário tem estimulado a ocupação do espaço urbano de Goiânia em todas as direções, guardadas as raras exceções. E isso tem se realizado com o apoio do poder público que utiliza de seu expediente para favorecer os novos empreendimentos.

É na relação público-privado, encontrada entre o Estado e o capital imobiliário, que se poderá compreender o modo como tem se produzido o espaço de assentamentos em Goiânia. É evidente que, ao haver diferenças sócio-econômicas, o modo como se produz o ambiente construído procura captar essa realidade e atender aos diversos segmentos de renda. Por isso, torna-se importante tomar como ponto de partida o padrão de organização do espaço urbano em 2000, para verificar suas transformações a partir dessa data.

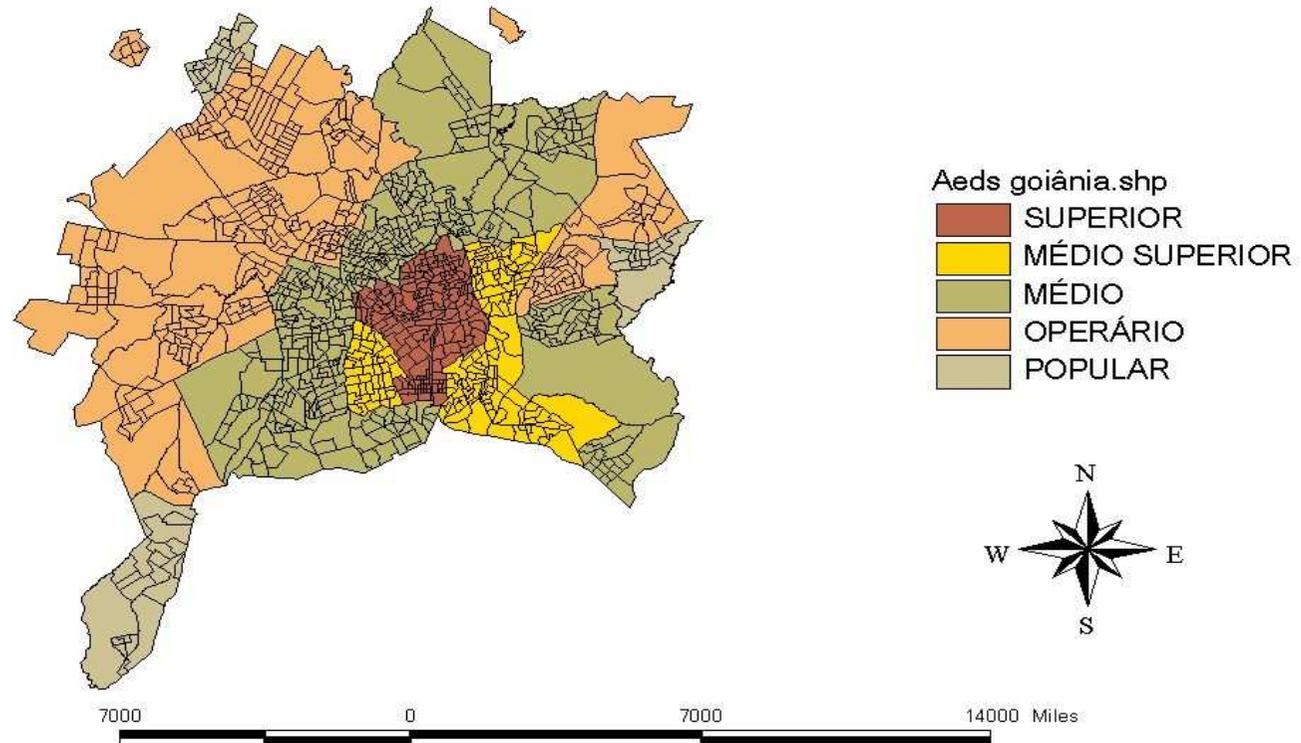
### 3.1 Goiânia sob prisma das desigualdades sócio-espaciais

Toda a exposição feita até o momento tinha como finalidade situar que para compreender a produção do espaço urbano do município de Goiânia era preciso considerá-lo no contexto da Região Metropolitana. Por isso, se utilizou da construção da tipologia sócio-espacial com todas as áreas da RMG e não apenas da capital. Agora, o esforço é concentrar a análise em Goiânia, mas considerando o que foi feito no conjunto da metrópole. Para tanto, serão considerados os tipos sócio-espaciais existentes em Goiânia para as análises posteriores. A diferença é que se fosse feita a mesma construção da tipologia considerando apenas as áreas de Goiânia o resultado, muito provavelmente, seria diferente. Como o interesse é o de mostrar que Goiânia não pode ser pensada em isolado, o esforço foi de considerar sua condição metropolitana.

A idéia era partir do contexto metropolitano para compreender as relações que Goiânia possuía com os demais municípios, de modo que se pudesse concentrar a análise naquele município com a intenção de que, ao fazer isso, se pudesse lançar luz para a compreensão dos processos sócio-territoriais que estão ocorrendo nos demais municípios e no conjunto da Região Metropolitana. Assim, cada tipo sócio-espacial que se encontra em Goiânia é definido em função de toda a Região Metropolitana e não apenas pela cidade pólo.

Dessa forma, a estrutura sócio-territorial de Goiânia é composta por 5 (cinco) tipos sócio-espaciais existentes no contexto metropolitano. Sendo eles, Superior, Médio Superior, Médio, Operário e Popular, como pode ser visualizado no [cartograma 3.1](#). Ao partir desses tipos sócio-espaciais, que foram definidos com base em dados de 2000, temos condições, por um lado, de perceber as conseqüências de processos anteriores que resultaram naquele tipo de condição territorial e social que revela as desigualdades sociais verificadas no espaço urbano. Por outro lado, podemos perceber as transformações territoriais verificadas a partir desse período, tendo em vista que foram várias e com muita intensidade, e a partir disso indagar sobre as conseqüências sociais para o conjunto ou para os diversos segmentos da população.

## Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial - 2000



Fonte: Observatório das Metrôpoles;  
Prefeitura Municipal de Goiânia.

Há disparidades significativas entre os tipos sócio-espaciais. Ao considerá-los recortando somente as áreas que se localizam em Goiânia, verifica-se que o tipo Popular é constituído por apenas 3 AEDs de Goiânia, o tipo Operário possui 11 AEDs na capital, o tipo Médio por 13 AEDs e os tipos Médio Superior e Superior por 6 AEDs cada um, tendo em vista que as áreas da Região Metropolitana que se caracterizam por estes últimos tipos sócio-espaciais se localizam apenas em Goiânia.

Da população de Goiânia registrada pelo censo demográfico de 2000, verifica-se que 13,8% encontram-se no tipo sócio-espacial Superior, 14,4% localizam-se no tipo Médio Superior, 36,4% estão no tipo Médio, 29,5% no tipo Operário e 5,9% no tipo Popular. Ao considerar as áreas dos tipos Superior e Médio Superior como áreas nobres da cidade, verifica-se nelas estão localizados 28,2%, o que não chega a corresponder a um terço da população.

Como se vê na tabela 3.1, essas as disparidades entre os tipos sócio-espaciais são mais visíveis quando se considera o número de ocupados de Goiânia segundo a classe de rendimento mensal. Quando se analisa a faixa de menor rendimento, aquela correspondida em até 1 salário mínimo, verifica-se que quanto mais superior for o tipo sócio-espacial menor é a quantidade de pessoas ocupadas aí situadas. Por outro lado, quando se compara com a faixa de maior rendimento, a classe que compreende aqueles que auferem mais de 5 salários mínimos, verifica-se que quanto o melhor situada for o tipo sócio-espacial maior também é a quantidade de pessoas que se encontram nesse patamar.

Tabela 3.1 – Goiânia: Tipologia Sócio-espacial segundo o Número de Ocupados por classe de rendimento no trabalho principal (em S.M.) - 2000

Tipo sócio-espacial	Número de ocupados				
	Total	Classe de rendimento (em %)			
		Até 1	Mais de 1 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Superior	68.306	7,4	19,6	12,6	60,4
Médio Superior	73.415	15,3	38,6	14,4	31,7
Médio	185.787	16,0	43,6	16,2	24,3
Operário	150.872	21,5	52,8	14,4	11,4
Popular	27.408	30,0	55,6	9,2	5,2
Total	505.789	17,1	43,0	14,5	25,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Metrodata - Observatório das Metrôpoles.

O tipo Superior é o que mais concentra pessoas ocupadas na classe de maior rendimento (mais de 5 salários mínimos), com 60,4%, ou seja, quase dois terços das pessoas ocupadas que se localizam no tipo sócio-espacial Superior auferem rendimento no trabalho principal em mais de 5 salários mínimos. O tipo Médio Superior embora possua quase um terço da população com rendimento de mais de 5 salários mínimos, sua maior concentração se encontra na classe de mais de 1 a 3 salário mínimos, com 38,6% das pessoas ocupadas. Na faixa de mais de 3 a 5 salários mínimos estão 14,4%.

Mais de dois quintos das pessoas ocupadas (43,6%) que se localizam no tipo sócio-espacial Médio percebem mais 1 a 3 salários mínimos. Também para os tipos Operário e Popular essa é classe em que se concentra o maior número de pessoas ocupadas, respectivamente, 52,8% e 55,6%. Por outro lado, na faixa de maior rendimento (mais de 5 salários mínimos) esses tipos possuem apenas 11,4% e 5,2%, respectivamente.

Essa análise ganha reforço quando se considera o os rendimentos médios<sup>29</sup> em cada um dos tipos sócio-espaciais. Verifica-se na tabela 3.2 que quanto melhor for tipo sócio-espacial maior é seu rendimento médio. Há que considerar, porém, que as diferenças são mais visíveis entre o tipo Superior em relação aos demais tipos sócio-espaciais. A diferença entre aquele e o tipo Médio Superior é maior que 8 salários mínimos, pois o tipo Superior possui rendimento médio de 14,6% enquanto o tipo Médio Superior registra rendimento médio de 6,1%. Os tipos Médio, Operário e Popular, registram rendimento médio de 4,9%, 3% e 2%, respectivamente.

Tabela 3.2 - Goiânia: Tipologia Sócio-espacial segundo o rendimento médio mensal dos ocupados no trabalho principal por o sexo, cor ou raça e anos de estudo - 2000

Tipo sócio-espacial	Rendimento médio mensal						
	Total	Sexo		Cor ou raça		Anos de estudo	
		Homens	Mulheres	Branco	Não-branco	Menos de 8	Mais de 8
Superior	14,6	19,4	9,4	15,6	10,7	10,4	15,1
Médio Superior	6,1	7,8	4,2	7,3	4,5	2,6	7,5
Médio	4,9	6,1	3,3	5,6	3,9	2,9	6,0
Operário	3,0	3,5	2,2	3,3	2,8	2,3	3,9
Popular	2,0	2,4	1,5	2,2	1,9	1,9	2,4
Total	5,7	6,9	4,0	7,1	3,9	2,8	7,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Metrodata - Observatório das Metrôpoles.

<sup>29</sup> Rendimento médio corresponde ao somatório dos rendimentos em salário mínimo no trabalho principal dividido pelo número de pessoas ocupadas no trabalho principal.

Se as disparidades são verificáveis entre os tipos sócio-espaciais, elas se tornam mais profundas quando se verifica em relação ao sexo, a cor ou raça e aos anos de estudo. A mesma tabela 3.2 mostra que em todos os tipos sócio-espaciais os homens ganham vantagem em relação as mulheres no que se refere ao rendimento médio auferido, o mesmo se confirma em relação a cor ou raça, uma vez que os brancos percebem maior rendimento que os não-brancos, e em relação aos anos de estudo, tendo em vista que os que possuem mais de 8 anos de estudo recebem mais que aqueles com menos de 8 anos de estudo, principalmente nos tipos Médio Superior e Médio, em que as diferenças são maiores.

Com base nesses dados pode-se perceber as diferenças sociais registradas entre as pessoas na cidade de Goiânia, principalmente referente a sua localização espacial. Com base nisso, torna-se relevante indagar sobre o modo como se realizou a ocupação recente desse espaço urbano, tendo em vista as desigualdades sócio-espaciais produzidas e com tendência a se reproduzir, principalmente referente as intervenções realizadas através das construções residenciais e para realização de atividades econômicas.

No começo da década de 1970 já existia boa parte dos loteamentos que estão situados nos tipos Médio e Médio Superior, tendo havido muito pouca incorporação de novos loteamentos nesses tipos a partir desse período, apesar de ter sido construídos muitos empreendimentos, e já existiam todos os loteamentos situados no tipo Superior. Foi nessa década que Goiânia praticamente viu dobrar sua população, quando registrou uma taxa anual de crescimento de 6,5%. De lá para cá, houve uma redução da taxa anual de crescimento, mas em termos absolutos continuou havendo grandes incorporações de população ao município. Na década de 1980, aumentou em Goiânia mais de 200 mil habitantes e na década de 1990 foi em torno de 170 mil.

Ao crescer a população cresce também a ocupação do solo no município, estendendo suas franjas urbanas, de modo a atender os diversos segmentos sociais que foram incorporados. Grande parte dos loteamentos que surgiram a partir da década de 1980 compõe o que em 2000 foi denominado de tipo Operário e tipo Popular. Ou seja, as incorporações populacionais realizadas exerceram pressão a fim de ocupar novas áreas do território do município, além é claro de estender essas ocupações para outros municípios, principalmente Aparecida de Goiânia, num primeiro momento, e Trindade, Senador Canedo e Goianira, posteriormente.

Porém, antes de tratar especificamente das intervenções que implicaram ocupação do espaço urbano de Goiânia, torna-se necessário compreender o papel do Estado (poder público) no momento em que as transformações estruturais se fizeram presentes em todo o mundo ocidental, tendo em vista que em função da condição em que passa a se situar ocorre mudanças também no seu papel, o que agravou ainda mais a situação das grandes cidades.

### **3.2 A ação do Estado e as externalidades**

Todas as transformações estruturais que implicaram em reestruturação do espaço urbano levaram, por sua vez, a novos conflitos sociais decorrentes das novas situações que se impuseram ao cotidiano das pessoas que se encontram nesses territórios. Muitas foram as necessidades que apareceram em função dessas mudanças que ocorreram no urbano, o que levou a incapacidade de todas serem satisfeitas em sua plenitude e ao mesmo tempo, principalmente quando se verifica o provimento de políticas públicas por parte do Estado.

Na medida em que o Estado perdeu terreno nas prerrogativas a ele antes conferido, por decorrência de seu endividamento, tornou-se cada vez mais difícil a possibilidade de serem ofertadas políticas que atendessem a todos os segmentos sociais da mesma maneira. Novos papéis foram conferidos ao Estado para que houvesse capacidade de pagamento dos empréstimos realizados, o que diminuiu a possibilidade de atendimento das necessidades sociais, agora, agravadas pela nova situação urbana verificadas, principalmente, a partir da década de 1970.

Manuel Castells (2003b) ao comparar a situação econômico-financeira de seis Estados do mundo (EUA, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Japão e Índia) verificou que mesmo em se tratando de países centrais, à exceção da Índia, eles possuem na atualidade forte dependência do mercado externo. Mesmo os Estados Unidos que são a principal economia do mundo dependem fortemente de outras economias do planeta. Desse grupo de países os que possuem uma situação mais confortável são o Japão, por depender para ajuste de sua conta pública do próprio mercado interno, e a Índia, que não tem elevado seu grau de dependência externa se comparado com sua dívida pública.

Tomando esses indicadores como base, Castells sintetiza essa situação para análise do papel do Estado-Nação nos seguintes termos:

O Estado-Nação está cada vez mais destituído de poder para controlar a política monetária, definir o seu orçamento, organizar a produção e o comércio, arrecadar impostos de pessoas jurídicas e honrar os seus compromissos no que diz respeito aos benefícios sociais. Em suma, o Estado-Nação perdeu a maior parte do seu poder econômico, embora detenha ainda uma certa autonomia para regulamentar e um relativo controle sobre os seus sujeitos (Castells, 2003b: 306)

O caso brasileiro não é diferente. Como se viu anteriormente a dívida pública do país cresceu assustadoramente na década 1970, o que quase levou o Estado à “falência”. Essa situação se traduziu em arrocho fiscal e monetário para conter o aumento das despesas, por um lado, e o desenfrear do processo inflacionário, por outro. Por isso as grandes preocupações da década posterior foram justamente a dívida externa e a inflação.

Essas mudanças no papel do Estado tiveram repercussões por todo o sistema federativo brasileiro, uma vez que tanto os estados quanto os municípios tiveram que diminuir sua margem de intervenção através de políticas públicas. Ao mesmo tempo se presenciou diversas mudanças nas prerrogativas entre os entes da federação no sentido de colocar na responsabilidade dos municípios o atendimento as políticas mais básicas para a população, como a educação e saúde. Sem, contudo, aumentar a participação dos mesmos na proporção de suas novas responsabilidades.

Em recente trabalho que procura avaliar a capacidade de os entes federativos realizarem cooperação financeira para prover políticas públicas em âmbito metropolitano, Pinto e Ribeiro (2000) fazem a seguinte constatação:

A importância da atuação dos municípios no desenvolvimento urbano afirmou-se com o processo de descentralização, quando assumiram complexas e diversificadas atribuições que exigem recursos financeiros e capacidade técnica. Apesar da expansão dos recursos disponíveis – a participação dos municípios nas receitas do setor público aumentou 16,1% em 2003, de uma parcela de 10,8% do bolo fiscal em 1988 – persiste uma clara inadequação de recursos no que diz respeito ao desenvolvimento urbano. Esta constatação (...) ganha importância com o agravamento dos problemas pelo acelerado processo de

urbanização. Nas cidades situadas em regiões metropolitanas vivem, neste ano de 2004, 76,7 milhões de habitantes – 42,2% da população brasileira – em ambientes marcado por forte desigualdade. (p. 7)

Em síntese, no momento em que os problemas urbanos tornaram-se mais graves coincidiu com a diminuição dos mecanismos do Estado (poder público), em especial dos municípios, em atender as novas demandas que se colocaram devido ao agravamento provocado pelo aumento populacional, apesar de ter aumentado sua participação nas receitas do país, mesmo que de forma modesta.

E essas necessidades foram se agravando com passar do tempo, uma vez que as cidades continuaram crescendo e a oferta de serviços públicos não conseguia ser levada a toda a população. Nesse contexto verifica-se que determinados serviços públicos eram efetivamente demandados em primeira mão por aqueles segmentos que tinham condições de influenciar os gestores públicos, a quem competia a tomada de decisão. Na medida em que determinados serviços públicos eram oferecidos a segmentos da população, em detrimento do não acesso de outros segmentos, estes serviços se colocam como externalidades positivas ou efeitos de exteriorizações àqueles que conseguiam acessá-los.

O conceito de externalidade segundo Pindyck & Rubinfeld (2002) diz respeito aos “efeitos das atividades de produção e consumo que não se refletem diretamente no mercado”. Para esses autores tais efeitos se configuram pela ação no próprio mercado, pois desconsideram quando as causas são provocadas pelo Estado, por meio de bens públicos. Isto é, embora tenham conseqüências parecidas é feita a diferenciação entre a ação verificada no mercado, caracterizada por externalidade, e a ação desenvolvida pelo poder público, por meio de obras públicas, uma vez que estas beneficiam toda a sociedade.

Por outro lado, David Harvey (1972) ao utilizar o conceito de efeitos de exteriorização, similar as externalidades, considera que “a atividade de qualquer elemento em um sistema urbano pode gerar certos efeitos sem preço e talvez não monetários sobre outros elementos no sistema”. Ou seja, na medida em que as exteriorizações se fazem presentes elas conferem mais ou menos renda aqueles segmentos sociais por elas atingidos, uma vez que “as exteriorizações”, para este autor,

“podem ser vistas como custos ou benefícios conforme o produtor ou o consumidor seja afetado, e segundo a natureza do efeito”. (p. 46).

Por renda real David Harvey considera o aumento ou diminuição renda monetária decorrente de mecanismos não-monetários, que se faz em função da apropriação positiva ou negativa dos efeitos provocados pelas exteriorizações. Essas se expressam da seguinte forma: “a quantidade de um recurso sem preço (...) pode ser alterada; o preço de um recurso ou o custo de acesso a um recurso podem ser mudados”. (p. 55). Na perspectiva de Harvey (1972), a renda real diz respeito ao aumento dos preços dos recursos ou sua diminuição em função de efeitos externos.

Portanto, os efeitos de exteriorização levam a processos de distribuição de renda. Segundo o autor,

O domínio sobre os recursos, que é nossa definição geral de renda real, é assim função da acessibilidade e proximidade locais. Por isso, a forma mutável espacial da cidade, e o contínuo processo de destilação, renovação e criação de recursos dentro dela, afetarão a distribuição de rendas, e poderão constituir-se em um mecanismo básico de redistribuição de renda real. (Harvey, 1972: 56)

Numa passagem mais ampla o autor esclarece as conseqüências sociais dessa redistribuição de renda real:

Na teoria locacional sabemos que as forças que governam a localização do ponto de vista do produtor não são necessariamente benéficas, quando analisadas do ponto de vista do consumidor (...). Por isso, sabemos, também, que em qualquer situação de monopólio, duopólio ou oligopólio o processo de mercado é insuficiente para produzir um padrão de localização benéfico o bastante para o consumidor. Similarmente, sabemos, também, que a ocorrência das exteriorizações no processo de decisão pode arruinar nossa confiança no mecanismo de mercado. Há muitas razões teóricas, por isso, que levam a esperar uma considerável desigualdade na disponibilidade e acessibilidade dos recursos em um sistema urbano. Há, também, boas razões teóricas (...) para antecipar-se que essa desigualdade operará, usualmente, como vantagem para o rico e em detrimento do pobre. (Harvey, 1972: 57)

Assim, o comportamento do poder público em favor de determinados segmentos sociais, que por sua vez se coloca em detrimento de outros, é um forte instrumento para geração das desigualdades sócio-espaciais num território específico, principalmente quando os beneficiários são aqueles que já ocupam uma posição confortável na estrutura social.

A pavimentação asfáltica é um forte exemplo de serviço que fica a cargo do Estado (poder público) oferecer e que seu custo é muito alto e, por isso, não se torna possível atender a toda cidade a um só tempo. Pelo menos este é caso da grande maioria das cidades brasileiras. Dessa forma, torna-se relevante questionar quais os critérios utilizados para essa definição, uma vez que neste contexto há interesse daqueles que serão beneficiados pelo serviço diretamente, pois farão uso do asfalto, há interesse das empresas que executarão as obras, interesse também dos empreendedores imobiliários (aqui incluído os proprietários de terra), que realizam grande parte dos loteamentos e interesse do próprio poder público, mas que no seu interior pode haver divergências entre a concepção técnica e política. Eduardo César Marques (1996) situa bem os diversos interesses em jogo nos seguintes termos:

A distribuição dos investimentos em infra-estrutura na cidade é produto de um complicado “jogo de xadrez”, que se estrutura a partir da relação e da luta dos vários agentes produtores e consumidores da cidade. Dentre os vários fatores que influenciam a disputa pelos equipamentos, podemos apontar a localização dos grupos sociais na cidade, o seu poder político de pressão, os momentos da conjuntura política, as relações entre o setor privado produtor do quadro urbano construído e o Estado, e a lógica e a autonomia relativa da tecnoburocracia de cada política setorial urbana (1996: 182)

Diante das transformações político-econômicas verificadas em todo o mundo, do processo de intensa urbanização ocorrida no país, principalmente, a partir da década de 1970 e das mudanças tecnológicas ocorridas no campo, em especial no Estado de Goiás, observa-se o acirramento da problemática urbana em Goiânia, uma vez que as necessidades básicas de saúde, educação, emprego, moradia, saneamento, entre outras, se agravaram, fazendo pressão sobre o poder público para que este passasse a prover mais serviços que iriam ao encontro dessas necessidades. Nesse contexto, se percebe que nem todas as pessoas, ou grupos sociais, tiveram acesso da mesma forma aos serviços oferecidos pelo Estado. Os segmentos que estavam mais habilitados, no que se

refere ao poder aquisitivo e ao grau de escolaridade, foram os que primeiro tiveram acesso, em detrimento daqueles menos habilitados, exatamente por não possuírem os mesmos atributos e não participarem das mesmas vias de articulação reivindicativa.

O que se pode considerar é que a forma como tem sido produzido o espaço de assentamentos de Goiânia decorre, em grande medida, da ação e orientação do capital imobiliário, que ao estimular a cidade em diversas direções e sentidos, procura favorecer aqueles segmentos de renda com condições de usufruir do ambiente construído que se torna mais caro, dado o processo de valorização da terra urbana ocorrido nos últimos tempos. E tudo isso tem sido feito com o aval ou mesmo estímulo do poder público, uma vez que não tem, ao menos, conduzido o processo de crescimento populacional no interior do município.

### **3.3 A ação do capital imobiliário**

Para compreender como o capital imobiliário contribui para a produção das desigualdades sociais na cidade é necessário saber os mecanismos de sua ação. Como estratégia e visando aumentar sua rentabilidade, os empreendimentos atuam tanto do lado da oferta quanto da demanda, ou seja, os empreendimentos imobiliários desenvolvem seus projetos para atender segmentos específicos de renda, de modo que sua capacidade de consumo possa se traduzir em demanda efetiva. Mas como a aquisição de imóveis requer grandes quantias, nem sempre o potencial consumidor tem de uma só vez condições de disponibilizar o montante de dinheiro requerido. Por este motivo, os empreendimentos imobiliários se valem dos financiamentos concedidos aos demandantes dos imóveis e possibilita aqueles também a capitalização do seu negócio.

Ao considerar o lado da oferta, o empreendimento imobiliário está preocupado, de um lado, em diminuir os custos de produção do imóvel, e de outro, valorizar seu projeto. Assim, se utiliza de estratégias em que reduz a área individual construída, aumentando, por conseguinte, o número de unidades num mesmo empreendimento. Mas sua principal forma de aumentar a diferença entre receita e custos é se utilizando da valorização do projeto que desenvolve. O mecanismo utilizado é aumentar o valor do solo urbano onde será realizado o empreendimento. Isso se faz de várias maneiras. Uma

delas é criando assentamentos populares em áreas distantes do núcleo urbano, o que irá requerer infra-estrutura pública entre esses espaços, de modo que garanta o deslocamento das pessoas, bem como o acesso a rede de energia, de água, de esgoto etc. Desse modo, o território intermediário entre o núcleo urbano e os assentamentos populares se valorizam, o que faz com que os empreendimentos que passam a ser construídos aí tenham um valor muito superior do que se tivesse sido feito antes.

Outra forma de valorização dos projetos imobiliários é a atração de determinadas infra-estrutura pública ou mesmo determinados equipamentos para as proximidades do empreendimento que se constrói. Como é o caso da construção de parques, praças ou centros culturais. Neste sentido, compreende-se que a dinâmica que o capital imobiliário tem imposto a vida urbana, para ser favorecido com esse processo, tem propiciado a valorização de seus projetos, antes mesmo de eles serem implantados ou paripassu a sua implantação, e isso tem se feito com o apoio do poder público, seja provendo infra-estrutura ou serviços específicos em lugares determinados, seja facilitando a aprovação de projetos que nascem com essa concepção.

Através dessas considerações se podem compreender o comportamento e os desejos daqueles que estão interessados na expansão territorial, que se faz na medida em que a população de uma determinada cidade ou metrópole tende a crescer. E perceber onde estão sendo criadas externalidades positivas ou efeitos de exteriorização (Harvey, 1972) que levam a aumentar ainda mais o valor do solo urbano.

Ao mesmo tempo em que se verifica que os tipos Operário e Popular estão situados na periferia geográfica do município de Goiânia, observa-se que quando se faz a sobreposição da cartografia das regiões administrativas com a cartografia da tipologia sócio-espacial, conforme o [cartograma 3.2](#), aquelas regiões que estão em condições sócio-econômicas menos desenvolvidas, no sentido que ocupam as piores posições na estrutura sócio-espacial, estão com ausência seja de equipamentos públicos de grande envergadura, seja de equipamentos privados significativos, como é o caso de Hipermercados, Bancos e Shopping Center, por exemplo, ou mesmo de loteamentos do tipo Condomínio Horizontal Fechado. Para ilustrar essa situação, o [quadro 3.1](#) apresenta o quantitativo de agências bancárias por bairro e região em Goiânia.

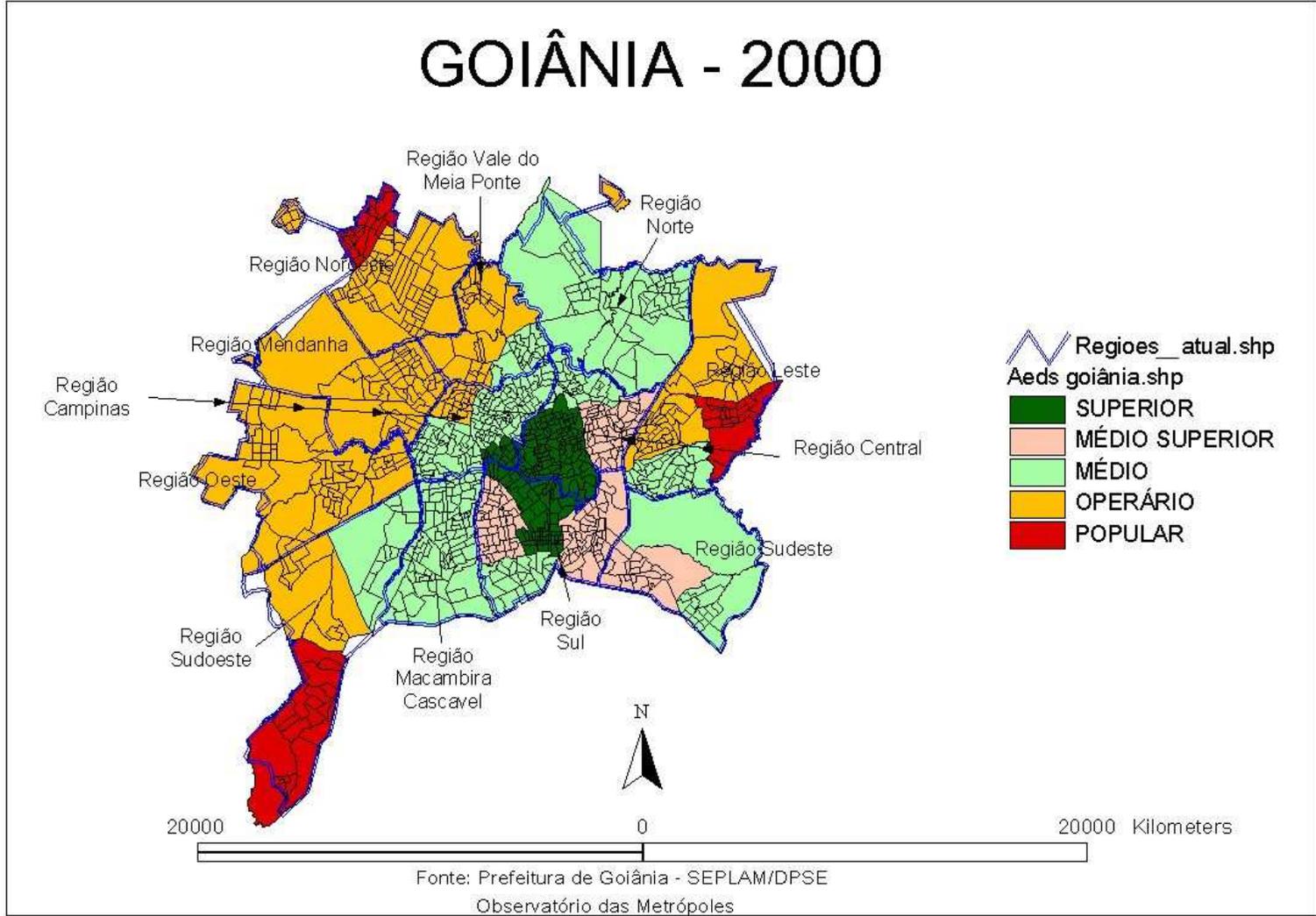
Quadro 3.1 - Goiânia: Quantitativo de Agências Bancárias por Bairro – 2007

Região	Bairro	Quantidade
Central	Setor Aeroporto	6
	Setor Central	38
	Setor Leste Universitário	3
	Setor Leste Vila Nova	6
	Setor Marista	9
	Setor Negrão de Lima	1
	Setor Norte Ferroviário	1
	Setor Oeste	29
	Setor Sul	6
	Vila Santa Izabel	1
	<b>Sub-total</b>	<b>100</b>
Sul	Jardim América	5
	Jardim Goiás	6
	Setor Bela Vista	2
	Setor Bueno	7
	Setor Nova Suíça	6
	Setor Pedro Ludovico	3
	<b>Sub-total</b>	<b>29</b>
Macambira-Cascavel	Jardim Europa	1
	Vila Novo Horizonte	1
	<b>Sub-total</b>	<b>2</b>
Oeste	-	0
	<b>Sub-total</b>	<b>0</b>
Mendanha	Setor Candido Moraes	1
	<b>Sub-total</b>	<b>1</b>
Noroeste	-	0
	<b>Sub-total</b>	<b>0</b>
Vale do Meia Ponte	Setor Urias Magalhães	1
	<b>Sub-total</b>	<b>1</b>
Norte	Campus Universitário	1
	Jardim Guanabara	2
	Setor Aer. Ant. Estr. Rod.	1
	Setor Santa Geneveva	1
	<b>Sub-total</b>	<b>5</b>
Leste	Jardim Novo Mundo	1
	Vila Morais	1
	<b>Sub-total</b>	<b>2</b>
Campinas	Cidade Jardim	6
	Setor Campinas	11
	Setor Centro Oeste	1
	Setor Coimbra	6
	Setor Marechal Rondon	1
	Setor Rodoviário	3
	Vila Aurora Oeste	1
	Vila Canaã	1
	<b>Sub-total</b>	<b>30</b>
Sudeste	Parque Santa Cruz	1
	Parque Losandes	1
	<b>Sub-total</b>	<b>2</b>
Sudoeste	-	0
	<b>Sub-total</b>	<b>0</b>
Não Identificada	Bairro Não Identificado	5
	<b>Sub-total</b>	<b>5</b>
<b>Total</b>		<b>177</b>

A região Noroeste é um caso típico desses. Nela se encontra ausente todos esses tipos de equipamentos que de algum modo pode ser conferido como externalidades positivas, uma vez que eles contribuem para aumentar indiretamente o valor do solo urbano onde eles se situam. Apesar de ter sido prometida a instalação de uma agência bancária na Avenida Mangalô, no Setor Morado do Sol, tendo em vista o dinamismo comercial que ela tem apresentado. O que impressiona é que nesta região havia, em 2000, mais de 100 mil habitantes, o que significa algo em torno de 10% da população do município. Porém nesta região tem ocorrido o lançamento de novos loteamentos, o que acaba por adensá-la ainda mais, mas esses loteamentos se configuram pelos padrões sócio-econômicos da população da própria região, apesar de ter havido mudanças significativas nos últimos anos.

Também na região Leste estão ausentes estes equipamentos, apesar de nela haver dois Condomínios Horizontais Fechados, um de alto padrão e outro de padrão mais inferior, mas eles não possuem qualquer relação com a região, tendo em vista que suas vias de acesso são diferentes. As pessoas que moram nestes condomínios não necessitam passar pela região para poder acessá-lo, isso se faz por via alternativa (Rodovia BR 153). Por este motivo, embora haja presente nesta região Condomínios Horizontais Fechados eles não contribuem para aumentar o valor do solo das habitações que ali já existiam, isto é, não se configuram como efeitos de exteriorização. Além desses condomínios, não se vê a presença de novos loteamentos significativos nessa região, talvez porque ela já esteja muito adensada e pelo padrão sócio-econômico da população aí existente não se configurar como local estratégico para a lucratividade do capital imobiliário.

# GOIÂNIA - 2000



Não é diferente a situação apresentada para a região Oeste. Nela não há Hipermercados, Bancos e Shopping Center, apesar de existir Condomínios Horizontais Fechados, mas de padrão muito baixo, inclusive os existentes não contribuí de nenhum modo para a valorização dos imóveis ali localizados, talvez pelo próprio padrão dos mesmos. Todavia, nesta região, assim como na região Noroeste, tem havido o lançamento de vários loteamentos, a diferença é que nessa região sua oferta é para atender segmentos diferentes de renda.

A região Vale do Meia Ponte, que se enquadra no tipo Operário, se encontra na mesma situação verificadas nas regiões anteriores, no que se refere a existência daqueles equipamentos privados, à exceção da presença de um Hipermercado. Mas nela também o capital imobiliário tem agido através da realização de novos loteamentos, o que possibilita, senão a valorização do solo urbano, pelo menos seu adensamento, que acaba por pressionar o poder público sempre no sentido de ofertar mais serviços públicos.

Na região Mendanha tem se verificado nos últimos anos, principalmente a partir de 2000, algumas transformações relevantes. Além da presença de um banco comercial, ela conseguiu incorporar também um shopping center, apesar de ser de padrão não muito elevado. Nessa região há um condomínio horizontal fechado, embora não atenda os segmentos sociais mais elitizados.

A região Sudoeste possui uma situação particular, porque embora grande parte dela esteja caracterizada pelo tipo Operário, que significa baixo padrão sócio-econômico de sua população, têm ocorrido algumas transformações que tem mudado até mesmo a paisagem urbana daquela região. A partir de 2000 vários empreendimentos imobiliários passaram a ser construídos nessa região com um padrão de sofisticação que demandam segmentos de renda que se enquadram como média, média/alta ou alta. Isso porque foram construídos vários condomínios horizontais fechados, um complexo de edifícios (mais de 20 torres), além da realização de novos loteamentos.

Junto ao complexo de edifícios foi construído um *shopping center*. Como se vê as mudanças sofridas por esta região se deram pela incorporação de empreendimentos que se configuram como externalidades, possibilitando aumento nos valores do solo urbano e, ao mesmo tempo, atraindo ainda mais serviços públicos. Porém, todas estas mudanças se deram nos últimos anos.

A região Macambira-Cascavel também tem passado por profundas mudanças nos últimos anos, porém não na mesma intensidade que o verificado na região Sudoeste, apesar de ser contígua a esta. O capital imobiliário tem realizado novos empreendimentos que favorece de alguma forma a população que ali se encontra na medida em que eles se traduzem em externalidades positivas. Nela há ainda parte do território que não se tem valorizado e que se encontra presente parte da população de menor poder aquisitivo da cidade, como é o caso do Setor Madre Germana, Jardim Itaipu e Jardim Baliza, estes enquadrados no Tipo Sócio-espacial Popular.

Como se vê, embora essa parte da cidade tenha sido considerada como tipo Operário, principalmente, e tipo Popular, quando se utilizou dos dados do censo demográfico de 2000, foram realizadas muitas transformações no seu interior a ponto de levantar dúvida se ainda elas possuem essa configuração no que se refere à estrutura social decorrente das condições ocupacionais de sua população.

Mudanças também têm ocorrido nas regiões que foram caracterizadas como Médio, Médio Superior e Superior. Na região Norte, por exemplo, em que boa parte está caracterizada como tipo Médio, novos loteamentos têm surgido e adensado ainda mais a região que, em planos urbanísticos anteriores, não era para ser ocupada, da mesma forma que a região Noroeste. Na região Norte há presença de bancos e condomínios de chácaras, que por estar situado nas proximidades da cidade são utilizados como lugar de moradia e não apenas local para passeios ou descansos de fim de semana.

Das mudanças ocorridas na região Central, merece destaque o processo de verticalização que tem ocorrido no Setor Leste Universitário. Esse processo tem se dado, sobretudo, em função do complexo universitário ali existente. Por isso, os edifícios construídos têm procurado atender a esse tipo de clientela.

O Setor Oeste, Setor Bueno e Setor Nova Suíça também têm sofrido transformações, mas elas são verificadas por outros motivos. O processo de verticalização tem sido muito intenso nesses bairros, e isso pode ser explicado em função do processo de depreciação das moradias, o que exige mudança daqueles segmentos de renda que ali se encontravam para novos empreendimentos que oferecem melhores estruturas físicas. Isso, ao mesmo tempo, possibilita que segmentos de renda inferiores ao ocupar os imóveis deixados pelos segmentos de melhor poder aquisitivo

possam ascender à localização residencial, pois não deixa de representar um status social mais elevado.

O Jardim Goiás e o Bairro Alto da Glória são os episódios mais surpreendentes que se tem verificado nessa região da cidade. Seu processo de verticalização tem sido muito intenso e com um padrão de construção voltado para atender segmentos altos de renda. Para colaborar com o capital imobiliário, o poder público tem oferecido novas infra-estruturas que possibilita a valorização cada vez maior dessa área, como a construção de um parque de lazer nas proximidades da localização, onde estão sendo construídos novos empreendimentos, além de equipamentos privados ali existente, como o maior Shopping Center da cidade.

Na região Sudeste tem havido uma extensão da mudança de padrão sócio-econômico verificado no Jardim Goiás, porém os empreendimentos imobiliários aí construídos são horizontalizados, uma vez que foram oferecidos muitos condomínios horizontais fechados de padrão muito alto. Também aqui o poder público tem colaborado com o capital imobiliário de modo a valorizar o terreno, através da oferta de infra-estrutura para a região, como pavimentação, mudanças no sistema viário, ou mesmo a construção de equipamentos públicos significativos como é o caso da sede do poder público municipal (Prefeitura), do Centro Cultural Oscar Niemeyer e da Assembléia Legislativa que se transferirá para lá, uma vez que já tem área destinada para esse fim e tenha sido lançada a pedra fundamental da nova sede do parlamento goiano.

Como se vê, com raras exceções, a cidade está sendo estimulada em todas as suas direções pelo capital imobiliário. Mas essa viabilização se realiza de forma segmentada, uma vez que procura atender os diferentes grupos sociais de renda. Na medida em que isso ocorre novas diferenças (ou mesmo desigualdades) têm sido produzidas no território urbano, haja vista que a intervenção do capital imobiliário se diferencia dependendo de cada contexto.

O fato é que esse processo de crescimento populacional e territorial, no que se refere à ocupação do solo, reivindica do poder público cada vez mais serviços públicos e infra-estrutura, onerando assim a estrutura do Estado. Todas as transformações ocorridas na cidade até 2000 e posterior a essa data mostram que a demanda por serviços públicos aumentou consideravelmente. Essa situação tende a agravar ainda mais a distribuição de renda real, no sentido empreendido por Harvey, para o conjunto da população que reside no município. Pois os serviços e benfeitorias oferecidos pelo

poder público não são distribuídos de forma igualitária de modo a atender a toda população, ou pelo menos, aquelas mais necessitadas. Os serviços e benefícios são alocados por decorrência dos grupos que estão mais aptos a exercer pressão sobre o Estado e, portanto, acessá-los.

Ao considerar as características sócio-econômicas de cada uma das áreas da estrutura sócio-espacial, pode-se compreender as mudanças ocorridas no espaço urbano em Goiânia, uma vez que elas se realizam a partir de suas peculiaridades. Nesse caso, torna-se necessário verificar pelo menos as principais intervenções feitas pela iniciativa privada, como forma de realizar a ocupação do espaço, de um lado, e de valorização do mesmo, de outro, além, é claro, da intervenção do poder público que contribui nos dois sentidos com o capital imobiliário, principalmente através da legislação urbana que estabelece o ordenamento territorial.

### **3.4 Intervenções no território urbano**

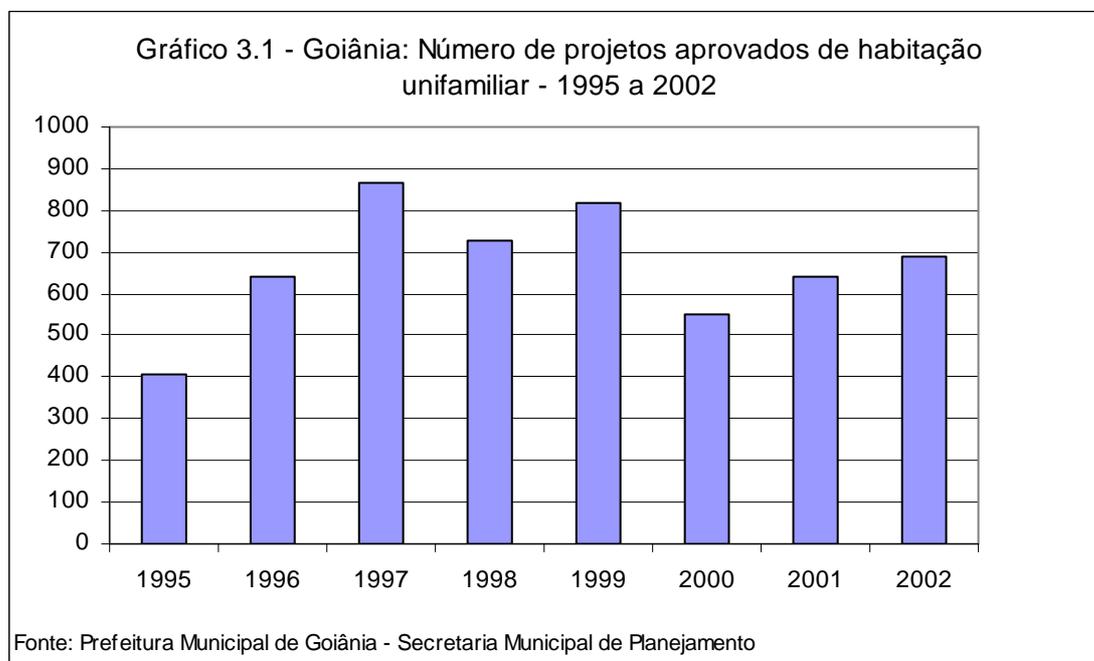
Para verificar o modo como se tem produzido o espaço urbano é importante se valer também de dados que demonstram a quantidade de empreendimentos construídos em Goiânia, bem como situar sua localização para que se possa analisar para onde a cidade está sendo estimulada e como isso tem se realizado. Os dados que permitem fazer essas considerações são aqueles referentes à aprovação de projetos da Prefeitura Municipal. Porém, embora se trate de dados objetivos de aprovação de novos empreendimentos, é preciso olhar com relatividade tendo em vista que muitas construções feitas na cidade se realizam sem o consentimento do poder público. Por isso, os dados aqui utilizados nos orientam no sentido de demonstrar onde a intervenção na cidade tem ocorrido resguardada sua legalidade. Por outro lado, não significa que uma vez aprovado o projeto ele tenha sido implantado. Esses dados servem apenas como tendência de ocupação do espaço urbano.

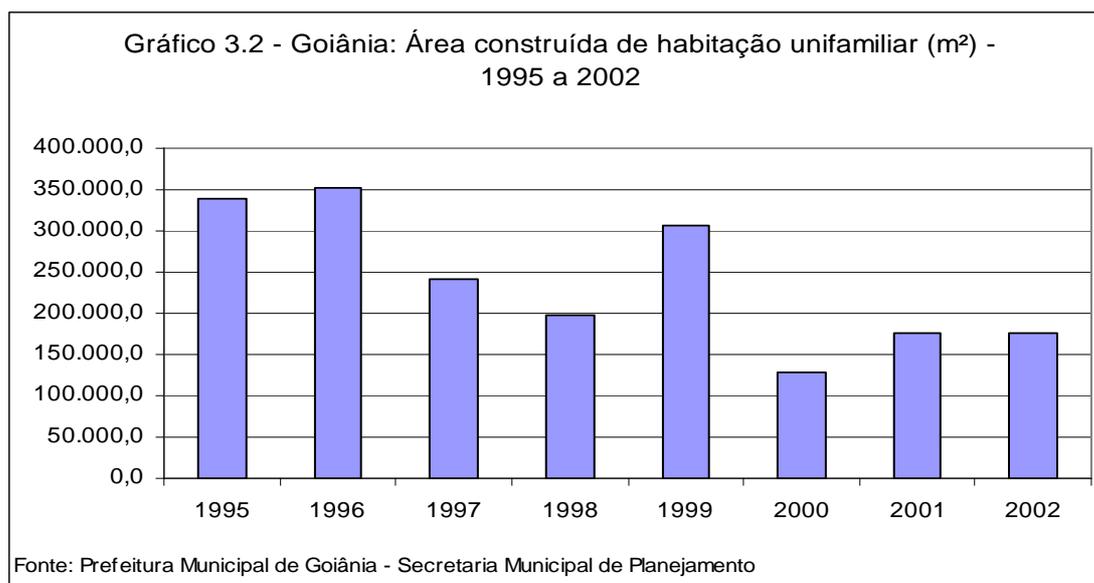
A consideração feita nesta análise faz referência à aprovação de projetos para Habitação Unifamiliar, Habitação Coletiva e Comércio, não sendo incorporadas outras formas de intervenção, como aquelas que conjugam habitação e comércio ou o acréscimo de moradias já existentes. Isso porque se tornaria difícil realizar uma

padronização, tendo em vista que dependendo do tipo de intervenção seu enquadramento se dá num ou noutro tipo de classificação. De qualquer modo, as categorias eleitas para se perceber as intervenções na cidade conseguem retratar a dinâmica que a cidade tem sofrido a partir da década de 1990, embora os dados utilizados só façam referência ao período de 1995 a 2002.

Em se tratando de construção de moradia classificada sob a denominação de Habitação Unifamiliar, observa-se que no período mencionado o número de empreendimentos aprovados para construção sofreu crescimento a partir de 1995, ano a ano, ganhando uma relativa estabilidade até 1999, com queda acentuada em 2000, mas apresentando a perspectiva de crescimento a partir de então (gráfico 3.1). Porém, em nenhum ano a quantidade de construções aprovadas foi menor que 1995, que demonstra uma tendência de expansão da construção de moradias no município de Goiânia.

Embora tenha havido crescimento em número de projetos aprovados para construção de Habitação Unifamiliar, a área construída sofreu redução ao longo de 1995 a 2002, em termos gerais (gráfico 3.2). Isso pode ter ocorrido em função da redução da exigência da área mínima necessária para realização desse tipo de empreendimento.





Todavia, a distribuição desse tipo de construção no território goianiense não foi homogênea em nenhum ano considerado, embora tenha havido mudanças ao longo desse período. A [tabela 3.3](#) apresenta a participação relativa do número de construções denominadas Habitação Unifamiliar nas 12 regiões administrativas da capital goiana. Com base nela, pode-se observar que a quantidade de projetos aprovados esteve concentrada na segunda metade da década de 1990 em basicamente quatro regiões da cidade: Região Sul, Região Macambira-Cascavel, Região Norte e Região Central, nesta ordem. Embora tenha havido redução na participação desta última a partir de 1995.

Em 1995 o maior número de projetos aprovados da Região Sul ocorreu no Bairro Jardim América que fica completamente situado no tipo Médio Superior da estrutura sócio-espacial. Mas tem uma participação significativa dos bairros Setor Nova Suíça, Setor Bueno, Setor Marista, situados no tipo Superior da estrutura sócio-espacial e do Setor Pedro Ludovico, Parque Amazônia e Setor Santo Antônio, situados no tipo Médio. Embora esta região perca participação ano a ano no total de projetos aprovados, em termos relativos, o número de projetos aprovados aumenta até 1999, a exceção de 1997 quando se registra o maior número de projetos no período.

A região Macambira-Cascavel, ao contrário, cresce de 1995 a 1997 sua participação no número de projetos aprovados e cresce também em termos absolutos, chegando a ultrapassar a quantidade de projetos aprovados da Região Sul. O interessante nesse comportamento de aprovação de projetos ao longo do tempo é

perceber como a cidade vai se transformando e a direção dessas mudanças, pois a região Macambira-Cascavel constitui-se como uma das áreas em que o capital imobiliário intensificará sua atuação, principalmente, a partir de 2000.

Os bairros que mais contribuíram para que essa região viesse a ocupar a segunda posição no número de projetos aprovados, em 1995, foram: Jardim Europa, Setor Sudoeste, Jardim Atlântico e Parque Anhanguera. Nos anos seguintes observa-se, além desses bairros já citados, uma proliferação do número de projetos aprovados também no Jardim Planalto, Loteamento Faiçalville e Bairro Anhanguera, para ficar com aqueles mais expressivos.

A região Norte teve em 1995 uma participação significativa de bairros de médio ou mesmo elevado poder aquisitivo dos seus moradores, como foram os casos do Setor Jaó, Setor Santa Genoveva e do Goiânia II. Nos anos seguintes são exatamente esses mesmos bairros que possibilitam a região ainda continuar ocupando uma posição elevada na participação do número de projetos aprovados para construção de habitação unifamiliar.

A partir de 1999, o que começa a ser observado é o destaque da participação da região Sudoeste no número de projetos aprovados, levando a ocupar em 2000 a segunda posição e em 2001 a primeira posição no número de projetos aprovados em Goiânia. Esta região é limítrofe da região Macambira-Cascavel, onde o processo de reprodução do espaço urbano já havia se iniciado antes, e que agora atinge novas áreas.

Como se vê, as regiões Noroeste, Mendanha e Oeste tiveram pequenas participações em todos os períodos. Não significa que nelas não estejam acontecendo mudanças na configuração urbana, pois é preciso considerar que pelo fato de nos utilizarmos de dados oficiais, não estão inclusos aquelas construções que não obtêm a autorização do poder público. Porém, esses dados revelam, pelo menos, que se nestas regiões estiverem ocorrendo mudanças tão acentuadas quanto naquelas que possuem informações, isto está acontecendo à revelia do poder público.

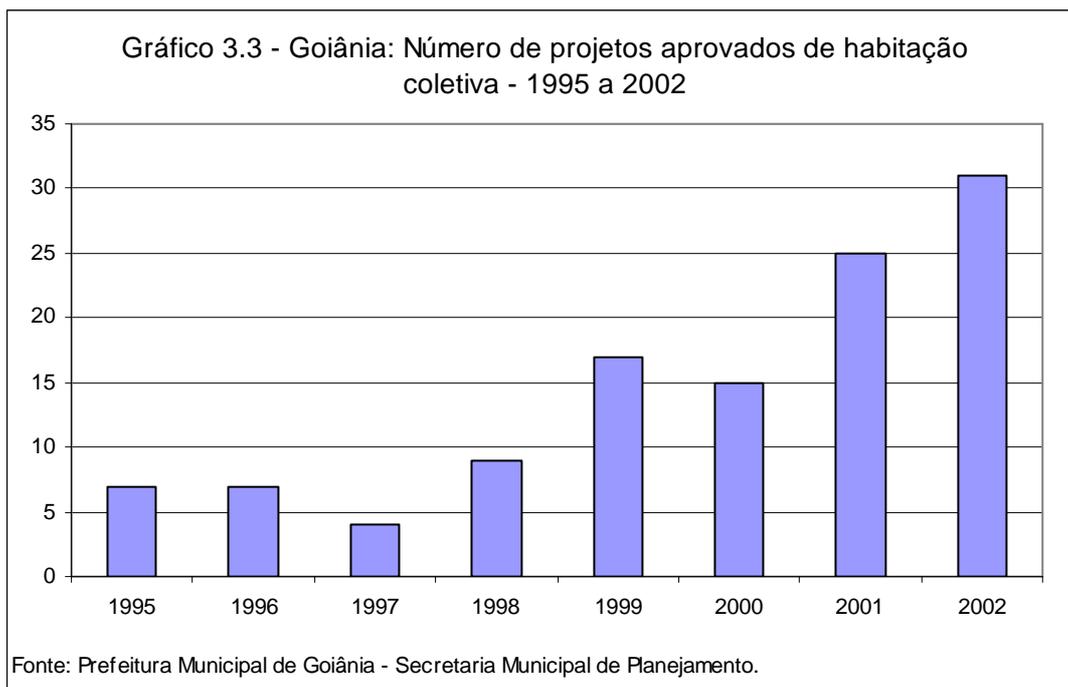
Tabela 3.3 – Goiânia: Habitação Unifamiliar: Participação Relativa (%) dos Projetos Aprovados por Região Administrativa - 1995 a 2002

Região	Ano							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Central	10,0	7,3	4,5	3,3	3,7	4,4	3,6	2,9
Sul	26,2	22,6	21,8	17,8	16,7	16,2	12,3	9,0
Macambira/Cascavel	21,8	28,7	29,4	24,0	24,2	20,9	19,3	21,9
Oeste	4,9	0,9	1,6	0,4	1,2	0,2	0,6	1,0
Mendanha	2,7	4,1	2,4	3,7	3,3	2,4	2,5	2,7
Noroeste	-	0,6	6,2	0,6	1,5	0,7	1,6	2,0
Vale do Meia Ponte	7,1	6,6	6,6	7,2	7,5	8,7	6,1	3,8
Norte	15,9	14,2	12,6	19,4	16,7	13,1	13,9	13,7
Leste	2,0	4,8	4,8	11,4	7,7	7,4	8,4	9,3
Campinas	6,6	6,4	3,5	4,8	4,4	3,8	3,4	2,6
Sudeste	0,5	1,2	2,2	2,8	3,1	2,9	5,3	13,0
Sudoeste	2,4	2,5	4,3	4,7	9,7	19,2	22,8	17,4
Não Identificada	-	-	0,1	-	0,4	0,2	0,2	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

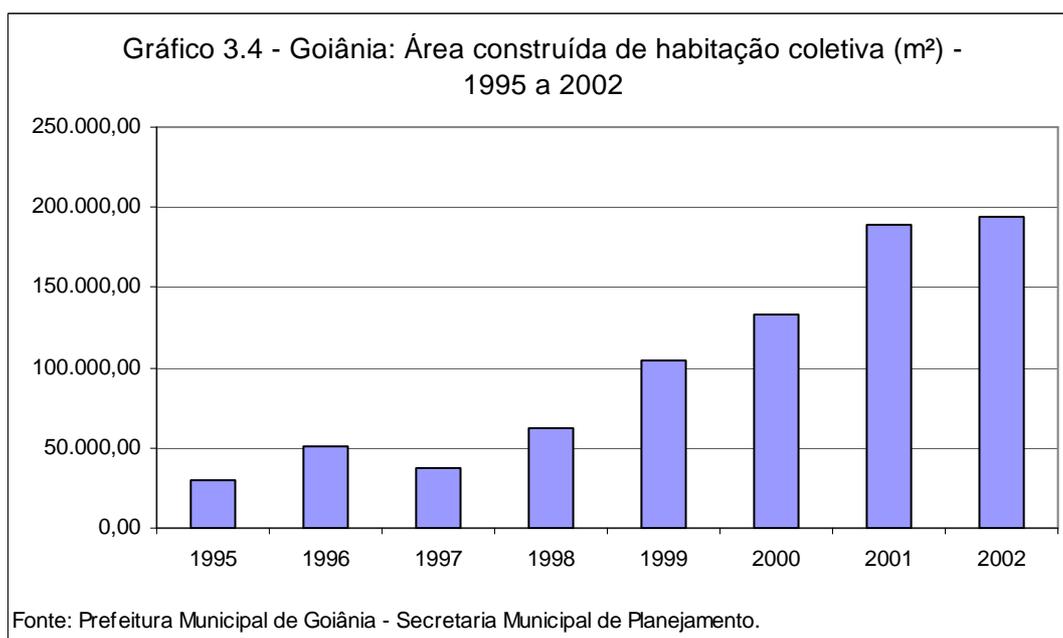
Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia - Secretaria Municipal de Planejamento.

É importante destacar o crescimento da participação da Região Sudeste, pois esta região que faz fronteira com a região Sul, além de dar continuidade no território a mudanças registradas na região Sul, passou a incorporar, principalmente a partir do ano 2000, de condomínios horizontais fechados em que requer a construção de habitação unifamiliar respaldado pela legislação municipal. Isso mostra porque em 1995 a participação desta região era de 0,5% no conjunto da cidade, passou para 2,9% em 2000 e 13% em 2002.

Em se tratando de moradia, é importante também considerar aquelas caracterizadas sob a denominação de Habitação Coletiva, que em grande medida são os edifícios residenciais construídos na cidade. Observa-se, segundo o [gráfico 3.3](#), que o número de projetos aprovados cresceu a cada ano no período de 1995 a 2002, com pequenas oscilações para baixo em 1997. O mesmo pode ser dito referente a área construída nesse período, pois acompanhou o número de empreendimentos, como mostra o [gráfico 3.4](#). Esses resultados confirmam a tendência levantada de que o empreendimento imobiliário tem se intensificado ao final da década de 1990 e começo dos anos 2000.



Quando se observa a localização desses empreendimentos denominados Habitação Coletiva, percebe-se que eles estão concentrados em algumas regiões da cidade, tais como Central, Sul, Macambira-Cascavel e Norte, principalmente. Mesmo assim tem havido mudanças na participação de cada região no número de projetos aprovados.



Em 1995 somente quatro regiões administrativas de Goiânia tiveram projetos aprovados, sendo que a maioria correspondeu à região Central com 42,9%, seguida da região Sul com 28,6%. No ano seguinte a região Vale do Meia Ponte assume a dianteira e participa com 42,9% dos projetos aprovados para habitação coletiva, porém nesta região só há registro de aprovação de projetos para este ano no período analisado.

É a partir de 1999 que começa haver mudança na estrutura de participação da aprovação de projetos para habitação coletiva. Verifica-se que as regiões Norte e Leste passam a ter pesos significativos, diminuindo a participação no ano seguinte, mas recuperando em 2001 como foi o caso da primeira.

Tabela 3.4 – Goiânia: Habitação Coletiva: Participação Relativa (%) dos Projetos Aprovados por Região Administrativa - 1995 a 2002

Região	Ano							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Central	42,9	14,3	25,0	11,1	20,0	13,3	8,0	6,5
Sul	28,6	14,3	25,0	55,6	33,3	46,7	32,0	61,3
Macambira/Cascavel	14,3	28,6	25,0	11,1	13,3	6,7	8,0	19,4
Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Mendanha	-	-	-	-	-	-	-	-
Noroeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale do Meia Ponte	-	42,9	-	-	-	-	-	-
Norte	14,3	-	-	11,1	20,0	6,7	16,0	3,2
Leste	-	-	-	11,1	13,3	6,7	4,0	3,2
Campinas	-	-	-	-	-	13,3	4,0	6,5
Sudeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudoeste	-	-	25,0	-	-	6,7	28,0	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia - Secretaria Municipal de Planejamento.

No período de 1995 a 2002, os bairros que tiveram os maiores números de projetos aprovados para habitação coletiva foram: Jardim América, Setor Bueno, Setor Sudoeste, Bairro Alto da Glória, Setor Universitário e Setor Jaó. Estes bairros correspondem com a análise daqueles tipos mencionados anteriormente o processo de verticalização ocorrido na cidade de forma mais intensa ao final da década de 1990 e começo dos anos 2000.

O diagnóstico da situação urbana de Goiânia para a elaboração do seu Plano Diretor esclarece muito sobre esses processos que estão sendo desenvolvidos em

Goiânia, principalmente no que se refere ao relaxamento da legislação urbana como forma de conferir maior possibilidade do capital imobiliário à ocupação do espaço, como pode ser visto na citação a seguir.

Os loteamentos aprovados até o presente e os que estão em processo de aprovação, porém, não foram suficientes para ocupar todos os espaços vazios dentro da malha urbana dessa macrozona [o que corresponde a zona urbana e a zona de expansão urbana]. A predominância de espaços vazios está a sudoeste e a norte, inseridos na atual Área de Expansão Urbana do Município.

Excetuando-se o período de 1993 até 2005, onde ocorreram algumas reduções nas exigências legais, de 1971 até hoje, a legislação de parcelamento do solo no município exigiu a implantação de toda a infra-estrutura, como galerias de águas pluviais, meio fio e asfalto. Isso inibiu o parcelamento, fazendo surgir vários loteamentos clandestinos, principalmente na década de 1980.

A ocorrência de parcelamentos clandestinos e de outros sem a devida implantação da infra-estrutura, trouxe conseqüências danosas ao poder público e a toda a sociedade, destacando-se os problemas relativos às erosões, traçado de ruas inadequados, altos custos de manutenção das vias não pavimentadas, graves dificuldades de drenagem urbana etc.

A edição da lei nº 7222/93 (Parcelamento Prioritário) e a instituição da Zona Especial de Interesse Social I, II e III, pela lei complementar nº 01/94 possibilitou o aumento da aprovação de loteamentos por não exigir a implantação de pavimentação asfáltica, de galerias de águas pluviais e dos meio-fios.

Com o aumento da oferta de lotes regulares, do controle e da fiscalização dos loteamentos, houve uma grande redução no surgimento dos loteamentos clandestinos. Eles passaram a ocorrer em áreas de chácaras no Jardim Novo Mundo, ou pelo sub-parcelamento das chácaras da Região Norte, na Zona Rural.

Por causa das políticas urbanas legais adotadas, durante o processo de consolidação da malha urbana dessa macrozona, houve fortes ingerências quanto a sua expansão.

A lei complementar nº 015, de 30/12/92, atual Plano Diretor, foi objeto de várias revisões quanto ao macro zoneamento do município. Redefiniu-se a Área de Expansão Urbana e a Área Rural, a última sob pressão dos agentes

imobiliários e das demandas por moradia, com expansão nas regiões Noroeste, Sudoeste e Sudeste.

A concentração da alta densidade construída e verticalização ocorrem nas áreas centrais e adjacências, em parte do Setor Central, Aeroporto, Oeste, partes do Setor Bueno, Nova Suíça e parte do Jardim América. Encontram-se em processo de densificação, em padrão de média densidade, parte do Setor Sudoeste, Setor Universitário, Nova Vila e parte da faixa à margem esquerda do córrego Macambira Oeste.

A tendência da conformação da verticalização nessa Macrozona segue o padrão nuclear, ou seja, densificação verticalizada em manchas, por influência das duas últimas legislações de zoneamento.

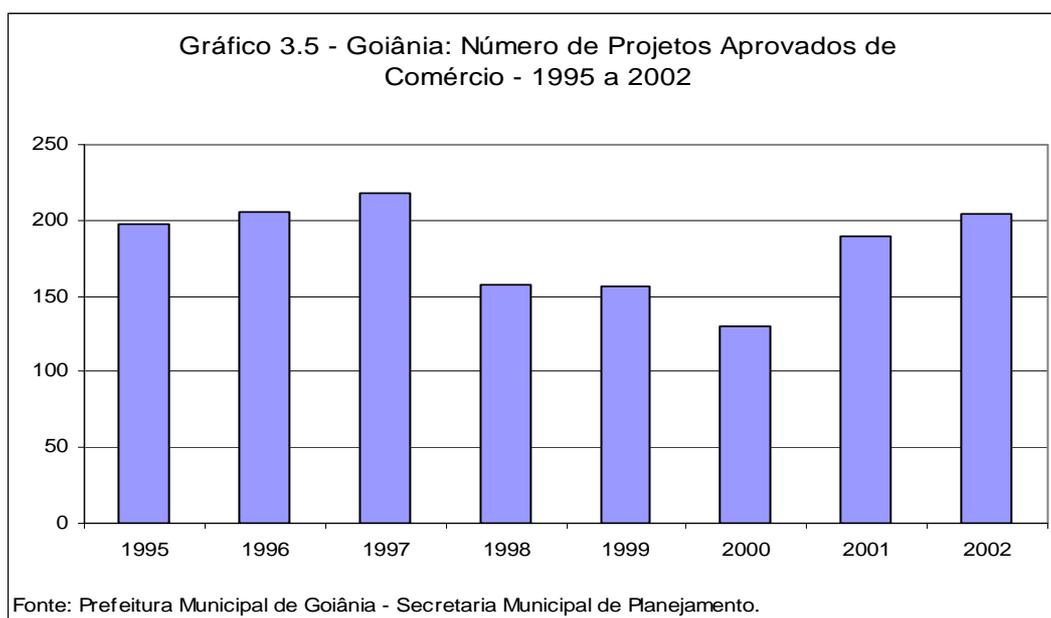
Entretanto, podemos também detectar o modelo de densificação linear ao longo dos principais eixos do transporte coletivo, adotado pela legislação de uso e ocupação do solo de 1975, com o intuito de obter a consolidação do transporte e uso do solo, com a conseqüente materialização da proposta dos eixos de transporte, prevista naquela lei.

Como densidade pontual, encontram-se os Projetos Diferenciados de Urbanização (PDUs). São modelos de ocupação propostos em legislação do ano de 1980, regulamentada em 1982. Com eles, buscou-se privilegiar a ocupação dos vazios urbanos. Na realidade, por falta de maiores definições legais, promoveram algumas ocupações indevidas na cidade, tais como verticalizações intensificadas em fundo de vale.

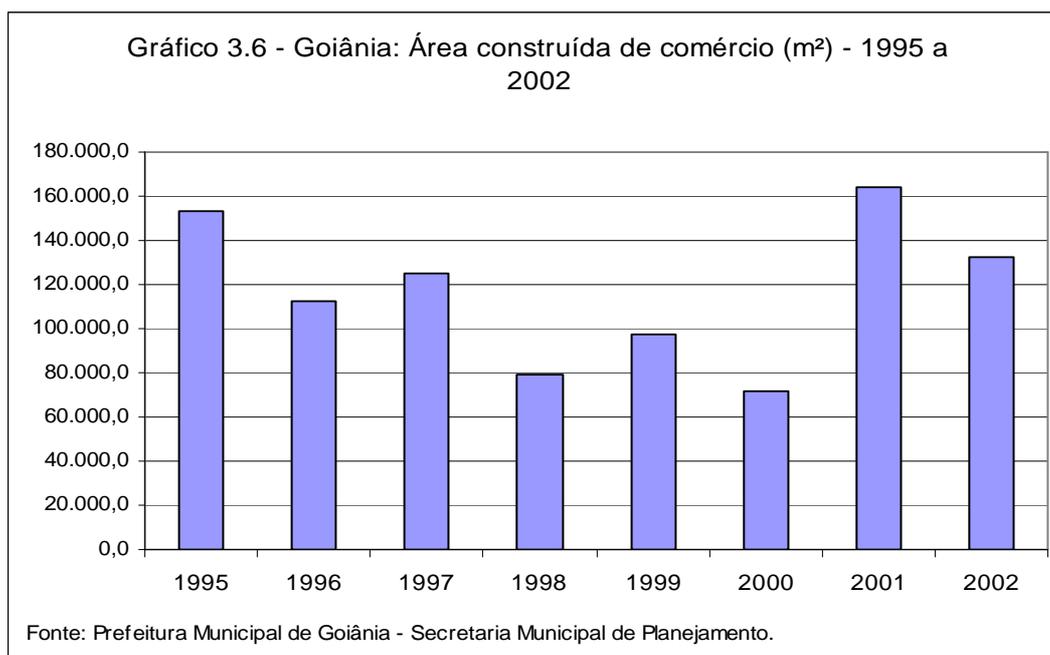
Em uma avaliação geral, pode-se inferir que o modelo de ocupação vertical nessa macrozona, apesar das incidências citadas, ocorre, predominantemente, em manchas nucleares, ocasionando sobrecargas em alguns eixos viários de apoio. (Plano Diretor, 2006, 120-121)

É importante também considerar projetos aprovados sobre atividade econômica para considerar como está sendo produzido o espaço urbano de Goiânia. Normalmente os projetos aprovados possuem a denominação de Comércio, alguns casos há a presença de Comércio e Indústria ou Comércio e Hotel e etc. Aqui estão sendo considerados apenas aqueles que utilizaram somente a denominação de comércio, até porque é o que possui o maior número de projetos aprovados no período de 1995 a 2002.

Quando se considera o número de projetos aprovados referente ao comércio, percebe-se que seu patamar é relativamente estável entre 1995 e 1997, tendo ocorrido queda um pouco acentuada nos períodos de 1998 a 2000, voltando a crescer a partir de 2001 e 2002, como pode ser visto no [gráfico 3.5](#). Essas oscilações do número de projetos aprovados são acompanhadas, em certa medida, das oscilações da área construída, embora esta tenha um comportamento um pouco diferente ao longo de 1995 a 2002, conforme [gráfico 3.6](#).



A baixa do número de projetos aprovados no final da década de 1990 e a posterior retomada no começo dos anos 2000 talvez possa ser explicada pelo desempenho da economia nacional nesse período, em função da política econômica que sofreu mudanças, principalmente a partir de 1999, com a desvalorização da moeda brasileira. Porém, é relevante analisar como isso se configurou no espaço intra-urbano de Goiânia, como forma de buscar outras explicações para além da dimensão estrutural.



É interessante observar que o número de projetos aprovados de comércio segue a mesma tendência verificada quando se analisou os projetos de habitação unifamiliar e habitação coletiva. A intensidade do número de projetos nas regiões Sul, Central, Macambira-Cascavel e Norte, principalmente, são compatíveis com o observado anteriormente, o que demonstra que a dinâmica urbana segue uma lógica capaz de explicar o modo como o espaço urbano se torna ocupado.

Tabela 3.5 – Goiânia: Comércio: Participação Relativa (%) dos Projetos Aprovados por Região Administrativa - 1995 a 2002

Região	Ano							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Central	18,7	12,6	15,6	8,2	16,7	17,7	15,8	19,1
Sul	29,3	37,4	33,5	40,5	24,4	30,0	30,5	30,4
Macambira-Cascavel	11,6	9,7	12,4	13,3	14,7	7,7	4,2	6,9
Oeste	2,0	1,9	4,6	2,5	3,2	6,2	2,1	1,5
Mendonha	2,5	2,4	2,3	3,2	6,4	5,4	4,7	6,4
Noroeste	-	-	1,8	0,6	1,3	0,8	3,2	1,0
Vale do Meia Ponte	4,5	3,9	3,7	5,7	5,1	2,3	3,7	3,4
Norte	11,1	9,7	9,2	10,8	13,5	6,9	6,8	11,3
Leste	2,0	2,9	3,7	3,8	1,9	6,2	4,7	2,0
Campinas	15,7	17,5	10,1	8,9	8,3	12,3	16,8	11,3
Sudeste	1,5	1,5	1,4	1,9	0,6	3,8	2,1	1,5
Sudoeste	1,0	0,5	1,4	0,6	3,2	0,8	3,7	3,4
Não Identificada	-	-	0,5	-	0,6	-	1,6	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia - Secretaria Municipal de Planejamento.

Pode-se tentar estabelecer relação causal em dois sentidos, o primeiro faria com que o adensamento populacional de determinadas localidades atrairia atividades econômicas, o segundo seria o contrário, o estabelecimento de determinadas atividades econômicas, ao valorizar o solo urbano, atrairia segmentos de renda para estas localidades. E talvez a dinâmica urbana para ser explicada precise mesmo considerar os dois *lados da moeda*, embora sua explicação não resulte apenas destes aspectos; há a necessidade de buscá-las também a partir da dinâmica da estrutura regional e nacional, como foi discutido anteriormente.

De qualquer modo, o importante é considerar que o capital imobiliário, através da construção de prédios residenciais e empreendimentos econômicos, tem estimulado a cidade de diferentes maneiras e em todas as direções. Para isso ele pressiona o poder público no sentido de favorecer as suas iniciativas e empreendimentos, como pode se verificar pela mudança da legislação que contribui em demasia para aqueles que vêm a terra urbana como mercadoria. Na medida em que a legislação é alterada, reduzindo as exigências de infra-estrutura para a implantação de novos loteamentos, significa que o poder público está colaborando com a iniciativa privada, tendo em vista que isso desonera o mercado imobiliário e facilita o acesso de diversos segmentos sociais à posse da terra urbana. As conseqüências de tudo isso se volta para o poder público, uma vez que a ausência de infra-estrutura mobiliza a população no sentido de realizar sua reivindicação, um custo que recai sobre toda coletividade. Como foi visto no capítulo 1, o número de loteamentos aprovados pela Prefeitura acelerou a partir da década de 1990. Contrastando esse crescimento com o comportamento dos projetos aprovados para construção de habitações e comércio, percebe-se que o mercado imobiliário apresentou tendência de crescimento, uma vez que se tornou mais dinâmico nos últimos tempos, confirmado pelo aumento de edificações realizadas e de novos loteamentos.

Todavia, na medida em que a ação do mercado imobiliário, que procura sempre o aumento de rentabilidade, vinculada ao poder público intervém na cidade, as desigualdades sociais manifestadas no território urbano tende a se reproduzir e, com isso, se perpetuar. Isso é observado na medida em que o espaço urbano é estimulado pelo capital imobiliário de formas diferentes. Normalmente gerando renda real para aqueles que já desfrutam de renda monetária. Porém, na medida em que os segmentos de renda melhor posicionados na estrutura social passam a fazer uso do solo, com suas infra-estrutura e equipamentos, torna-se necessário a ampliação do mercado, o que

favorece a incorporação de novos segmentos sociais. É nesse sentido, que os espaços urbanos localizados na periferia geográfica, onde se situam as pessoas piores posicionadas na estrutura social, recebem estímulos e passam a se valorizar economicamente, através da implantação de infra-estrutura e construção de equipamentos públicos e privados. A construção de equipamentos privados, por exemplo, como shopping center, bancos e hipermercado, que geram externalidades positivas e, por conseguinte, renda real para a região onde se localiza, só é levada para a periferia quando há segmentos sociais capazes de usufruir da oferta dos seus produtos.

Como os dados de migração, que foram analisados no capítulo 1, apontam no sentido de que os municípios adjacentes à capital goiana, que por sua vez pertencem à Região Metropolitana, recebem um grande contingente de pessoas cuja origem é a própria capital do Estado e, considerando, que estes municípios de modo geral possuem condições sócio-econômicas inferiores às verificadas em Goiânia, pode-se inferir que quando o mercado imobiliário passa a intensificar a valorização de áreas situadas na periferia da capital, boa parte das pessoas que antes residiam nessas localidades continuam não desfrutando dessas iniciativas, pois tiveram que se mudar para áreas mais distantes do centro metropolitano<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Há que considerar também que segmentos de renda média e alta migraram para outros municípios da Região Metropolitana para residirem nos chamados condomínios horizontais fechados. Porém, considerando a quantidade de pessoas com essas condições é insignificante perto da quantidade de migrações realizadas no período da década de 1990.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado nos capítulos anteriores que o crescimento demográfico de Goiânia e do espaço urbano sofreram um dinamismo muito acirrado nos últimos anos, principalmente quando se considera a partir da década de 1990. O que se pode considerar é que o modo como foi produzido o espaço de assentamentos, ou que se pode chamar de ambiente construído, se fez a partir dos interesses do capital imobiliário. Ou seja, a forma como se produziu o espaço urbano de Goiânia foi orientado pela iniciativa privada.

Isso, porém, não é característica verificada apenas a partir desse período mencionado. Ao longo de toda a existência de Goiânia e, principalmente, a partir da década de 1950, como foi estudado por diversos autores, o capital imobiliário conduziu o crescimento da cidade ao seu modo, de forma a atender seus interesses. O que se observa de diferente, pelo menos em linhas gerais, na forma como o espaço urbano vai sendo ocupado, é que a partir desse período o capital imobiliário procura diversificar sua forma de atuação e isso é feito na medida em os segmentos sociais alvos de sua ação ocupam as mais diversas posições na estrutura social. Ou seja, diversos segmentos de renda tornam-se demandantes no mercado imobiliário.

Essa característica se evidencia no momento em que Goiânia se “metropolizou”, conurbando-se com municípios como Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e de modo mais recente com Goianira. Esse processo ocorre paripassu à valorização da terra urbana empreendido pelo capital imobiliário com apoio do poder público. E esse aspecto é relevante a partir da década de 1990 quando a legislação urbana foi modificada e as exigências de infra-estrutura para a aprovação de novos loteamentos deixaram de existir. Com isso, a cidade cresce em todas as direções, mas proporciona, ao mesmo tempo, o crescimento dos municípios adjacentes com a população de renda mais baixa, pois embora o capital imobiliário procure atender os diversos segmentos de renda, aqueles que estão nas posições mais inferiores da hierarquia social, tendem a mudar para outros municípios da Região Metropolitana, deixando o espaço para que outros possam ocupá-lo.

Não significa, porém, que todos aqueles que ocupam as posições inferiores da estrutura social são levados a mudarem-se para outros municípios, mas o que se evidencia é que nos municípios adjacentes à capital é onde se concentra a maior parte da população de mais baixa renda. Além disso, observa-se que a maior parte do fluxo migratório se faz no sentido de Goiânia para os outros municípios metropolitanos, o que leva a essas ilações.

O apoio do poder público é avaliado como muito importante para que o capital imobiliário pudesse produzir o espaço urbano ao seu jeito e atendendo a seus interesses. Isso porque, além do aspecto mencionado da mudança da legislação urbana, o que se verifica é que o poder público tem colaborado com capital imobiliário valorizando áreas que serão adensadas, por meio de loteamentos ou outros tipos de empreendimentos, através da instalação de equipamentos públicos antes mesmo desses espaços serem ofertados à população para uso e ocupação. O exemplo emblemático é a própria transferência de localização da sede da Prefeitura de Goiânia, que mudou para a região Sudeste da cidade, onde mais tarde foram implantados vários condomínios horizontais fechados de padrão luxuoso.

Além disso, verifica-se que o poder público procura prover estas áreas de infraestrutura capazes de tornar acessível ou mesmo utilizada pelas pessoas, como a construção de viaduto, da pavimentação asfáltica, da ampliação da iluminação pública, da rede de água e esgoto, bem como da instalação de praças e parques que possibilitam aumento no valor da terra urbana.

Porém, a valorização da terra urbana não se realiza apenas pela ação do poder público, a iniciativa privada também colabora para este fim. Verifica-se que através da produção de externalidades positivas, muitas áreas da cidade se tornam valorizadas sob este aspecto. Normalmente isso tem sido verificado pela construção de equipamentos privados como shopping center, hipermercados e bancos ou até mesmo condomínios horizontais fechados. E isso não se verifica da mesma maneira no conjunto da cidade, embora tenha havido uma tendência de ampliação da área valorizada na cidade, dado o processo de metropolização sofrida por Goiânia nos últimos tempos.

A interpretação dessas tendências mencionadas em Goiânia só se torna perceptível na medida em que se tem a compreensão do padrão de produção do seu espaço urbano, que tem sofrido os impactos do processo de transformação da estrutura social, ao modo como esse espaço específico se insere nesse contexto mais amplo.

Todavia, na medida em que explicações são apresentadas sobre o crescimento demográfico de Goiânia e a forma como se processou a ocupação do espaço urbano, muitas questões ou problemáticas são levantadas que merecem estudos mais aprofundados. Como tema central, torna-se extremamente relevante a investigação do modo como o poder público se relaciona com o capital imobiliário que faz com que os interesses destes sejam atendidos por aqueles. Por outro lado, como o poder público é favorecido ao atender a reivindicação do capital imobiliário. E quando se fala em poder público, considerar tanto aqueles que promovem sua gestão, caso dos governantes que ocupam cargos periódicos, e aqueles que fazem parte da estrutura do Estado, que são os funcionários públicos.

Outra questão que se levanta, em função desse aspecto, é que como os segmentos de renda mais baixa ou mesmo os movimentos populares participam desse processo em que se considera um predomínio da ação do capital imobiliário na relação com o Estado. Os movimentos estão em disputas com o capital imobiliário ou colaboram com os mesmos ou ainda são reféns sua ação? Como isso se manifesta? Quais os benefícios que conseguem obter?

E, por fim, uma vez que as desigualdades sociais tendem a se reproduzir no território urbano, com a colaboração da intervenção pública, como pensar na superação dessas desigualdades, tendo em vista a condição inadequada de escolarização de parcela significativa da população, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho dá sinais de diminuição relativa da demanda por mão-de-obra?

## BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 7ª ed. Brasília, DF: Senado, 2002.
- Brasil. Estatuto da Cidade: Lei 10.257, de 10.07.2001: comentários. 2002.
- CARNEIRO, Dionísio Dias & MODIANO, Eduardo. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In PAIVA ABREU, Marcelo de (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CARVALHO, J. P. de. A terceirização no trabalho bancário: implicações materiais e simbólicas. Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Sociologia (Dissertação de Mestrado), 2006.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CONCEIÇÃO TAVARES, M. Da substituição de importação ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- DAVIDOVICH, Fany. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.
- DE MATTOS, Carlos A. Metrôpoles. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.
- ESTEVAM, L. O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás. Goiânia, Ed. do Autor, 1998.
- GOIÂNIA. Lei Complementar nº 002, de 30 de abril de 2007. Dispõe sobre o plano diretor e o processo de planejamento urbano do município de Goiânia e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia. Goiânia, GO, n. 4.147, p. 01, 26 de jun. 2007.
- GOIÁS. Lei nº. 8.956, de 27 de novembro de 1980. Cria o aglomerado urbano de Goiânia, constituído dos Municípios que especifica.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar, nº 27, de 30 de dezembro de 1999. Cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a

constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.435 de 09 de janeiro de 1988. Dispõe sobre a criação do Município de SENADOR CANEDO e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.507 de 11 de maio de 1988. Dispõe sobre a criação do Município de SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.799 de 27 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a criação do Município de Abadia de Goiás e dá outras providências.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização Financeira, Liberalização Cambial e Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira. In BAUMANN, Renato (Org.). O Brasil e a Economia Global. Rio de Janeiro: Campus: SOBETT, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.

HARVEY, David. A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1972.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos 1970 a 2000. (Disponível em < <http://www.sidra.ibge.gov.br> > Acesso em 26.03.2006)

\_\_\_\_\_. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1992 a 2005. (Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 26.03.2006)

\_\_\_\_\_. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos, v. 25. Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA. Contas Nacionais. (Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br> > Acesso 10.08.2006)

JARAMILLO e CUERVO. In LEVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: ANNABLUME: ANPUR, 1993.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Polis/Vozes: São Paulo e Rio de Janeiro, 1984.

MARQUES, Eduardo César. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro abr./jun. 1996. (Cadernos de Saúde Pública, v. 12 n.2).

\_\_\_\_\_ & BICHER, Renata Mirandola. Estado e espaço urbano: revisitando criticamente explicações sobre políticas urbanas. Rev. Sociol. Polit. n.16 Curitiba jun. 2001.

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In PAIVA ABREU, Marcelo de (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MORAES, Sergio. O empreendedor imobiliário e o Estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985). Universidade de Brasília. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Urbanismo. Mestrado em Planejamento Urbano. (Dissertação de Mestrado), 1985.

MOURA, E. M. de. Indústria alimentícia goiana: hibridismo tecnológico. Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Sociologia (Dissertação de Mestrado), 2001.

MOYSÉS, Aristides. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PASTORE, Everaldo. Renda fundiária e parcelamento do solo: Goiânia (1933-1983). Universidade de Brasília. Mestrado em Planejamento Urbano (Dissertação de Mestrado), 1984.

RIBEIRO, L. C. Q (Org.). Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópoles do Rio de Janeiro. O futuro das metrópoles: impactos da globalização. Rio de Janeiro: Revan: IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

\_\_\_\_\_ & LAGO, L. C. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SASSEN, Saskia. A cidade global. In LEVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: ANNABLUME: ANPUR, 1993.

PINTO, Sol Garson Braule e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Análise do desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas. (Relatório de Atividade: Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil). Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles: FASE, 2004.

VILLAÇA, Flávio. O Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

## ANEXO 1

### Relação de Ocupações das Categorias Socioocupacionais (CATs)

#### Ocupações agrícolas ( categoria 10 )

Algumas ocupações fazem parte da classificação agrícola, sem a necessidade de nenhum filtro. As ocupações indicam esse tipo de atividade.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
1	AGRICULTOR
2	CRIADOR-GADO-BOV
3	CRIADOR-PEQ-ANIMAIS
4	CRIADOR-OUT-ANIMAIS
5	PROPRIET-AGROPEC.
6	EMPRES-EXT-VEG-PESCA
301	PROD-AGROPEC-AUT.
303	OPER-MAQUINAS-AGR.
304	OUTROS-AGROPECUAR
305	TRAB.AQUICULTURA
321	CACADORES
322	PESCADORES
331	MADEIREIRO
332	LENHADOR
333	CARVOEIRO-FABRIC.
334	SERINGUEIRO
335	ERVATEIRO
336	APANHA-QUEB-DESC-VEGETAL

Compõe também essa classe os trabalhadores braçais, desde que estivessem, ao mesmo tempo, respondido que sua atividade (RAMO DE ATIVIDADE) era desenvolvida na agricultura.

#### Grandes empregadores ( Categoria 21 )

Vão compor essa classe os ocupados que indicaram posição na ocupação como empregador e, também, informaram que o número de empregados no estabelecimento era 10 ou mais.

Na programação original das categorias em para o Censo de 1991 essa classe era composta por uma outra lógica. Além do filtro da posição na ocupação, mediavam a composição desse grupo a renda (20 ou mais salários mínimos) e um grupo de ocupações. Quer dizer, esse grupo selecionado de ocupações era mais um limitador das

categorias de empregadores, grandes ou pequenos. Esse mesmo conjunto de ocupações fazia parte dos grandes empregadores quando a renda era superior a 20 salários mínimos e dos pequenos empregadores se a renda for até 20 salários.

### Dirigentes do setor público ( Categoria 22 )

Essa classe é composta por uma ocupação específica.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
20	MIN-GOV-PREF-DEP

Além dessa ocupação, também fazem parte dessa categoria as cocupações:

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
861	OFC/FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

As três ocupações acima compõem a categoria 22 desde que os filtros de escolaridade e renda sejam observados, quer dizer, nível superior e renda igual ou superior a 20 salários mínimos.

Para completar a categoria dos dirigentes do setor público resta a ocupação abaixo, que é classificada na CAT 22 desde que a renda seja igual ou superior a 20 salários mínimos.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
21	DIRETOR-ASSESOR-PUBLICO

### Dirigentes do setor privado ( Categoria 23 )

A classe dos dirigentes do setor privado é muito prejudicada com a estratégia de classificação das ocupações do Censo de 1991 com a lógica utilizada no Censo de 2000.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
7	EMPRES-EXT-MINERAL
8	EMPRES-INDÚSTRIA
9	EMPRES-CONSTR-CIVIL
10	COMERCIANTE
11	HOTELEIRO
12	EMPRES-TRANSPORTE
15	DONO-EMPRESARIO

Isto porque as ocupações que compõem essa categoria em 2000 não encontram correspondência direta com as ocupações de 1991.

Os dirigentes do setor privado ganham corpo com os ocupados na administração privada que receba mais de 20 salários mínimos e têm escolaridade superior.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
30	ADMIN-AGROPECUARIA
31	ADMIN-VEG-PESCA
32	ADMIN-EXT-MINERAL
33	ADMIN-INDUST-TRANSFORM.
34	ADMIN-CONTR-CIVIL
35	ADMIN-COMERCIO
36	ADMIN-HOTEL
37	ADMIN-TRANSPORTE
38	ADMIN-FIN-IMOB-SECUR.
39	OUTROS-ADMINISTR.

### Pequenos empregadores ( Categoria 31 )

Os empregadores em estabelecimentos com mais de 10 empregados foram classificados como “Grandes empregadores”. A categoria 31, os “Pequenos empregadores” são todos os empregadores em estabelecimentos com menos de 10 empregados.

### Ocupações artísticas e similares ( Categoria 32 )

A categoria 32 é formada por dois blocos de ocupações. Em um primeiro caso três ocupações compõem a classe combinadas com o filtro de posição na ocupação igual à conta-própria.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
561	BORDADEIRA-CERZ.
274	FOTOGRAFO
474	VIDREIR-AMPOLEIRO

O conjunto de ocupações que segue forma a classe sem a necessidade de nenhum outro tipo de filtro.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
251	SACERDOTE
252	RELIG.CONT/PROPRIA
261	ESCRIT-JORNALISTA
273	DECORAD-CENOGRAFO
275	MUSICO-COMPOSITOR
276	ARTISTA
277	ARTISTA-CIRCO
278	LOCUTOR-COMENT.
279	PROD-DIRET-ESP.
280	CINEGR-OPER-CAME
475	CHAPALEIRO-PALHA
477	SAPATEIRO
479	BOLSEIRO-CINTEIRO
562	CERAMISTA-LOUCEIRO
572	OURIVES-RELOJ.
573	LAPIDADOR
831	JOGADOR-FUTEBOL
832	LUTADOR-E-OUTROS-PROF.

### Profissionais autônomos de nível superior ( Categoria 41 )

O conjunto de ocupações que segue tem como característica a necessidade de nível superior de escolaridade para exercício. Dessa forma a distinção que ocorre entre os profissionais de nível superior fica por conta da posição na ocupação.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>	<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
101	ENGENHEIRO	173	ANALISTA-SISTEMAS
102	ARQUITETO	181	ECONOMISTA
103	AGRIMENSOR	182	CONTADOR
104	CARTOGRAFO	201	SOCIOL-ANTROP-ARG.
121	QUIMICO	202	PSICOLOGO
122	FARMACEUTICO	203	GEOGRAFO-DEMOGRAFO
123	FISICO	204	ASSISTENTE-SOCIAL
124	GEOLOGO-MINERAL.	205	OUTROS-CIENT-SOC.
125	OUTRAS-QUIM-FISICA	221	ORIENT-ENSINO
141	AGRONOMO	231	MAGISTRADO
142	BIOLOGISTA	232	PROC-PROM-CUR-PUBL.
143	FARMACOLOGISTA	233	ADVOG-DEFENS-PUBL.
144	VETERINARIO	271	ESCULTOR-PINTOR
151	MEDICO	272	ARTESAO
152	DENTISTA	291	BIBLIOTECARIO
153	ENFERMEIRO-DIPLO	292	ARQUIV-MUSEOLOGO
154	OUTRAS-MEDICINA	711	AVIADOR-CIVIL
171	MATEMATIC-ATUARIO	864	DELEG-COMIS-POLICIA
172	ESTATISTICO		

Essa classe é formada pelas ocupações a seguir com filtro de posição na ocupação do tipo conta-própria.

### Profissionais empregados de nível superior ( Categoria 42 )

A categoria 42 é formada pelo mesmo conjunto de ocupações da classe 41 diferindo, no entanto o filtro de posição na ocupação. Aqui se enquadram os parceiros-empregados e empregados no setor privado.

### Profissionais estatutários de nível superior ( Categoria 43 )

Mesmo conjunto de ocupações da categoria 41, com o filtro de posição na ocupação igual a empregados do setor público e estatutários.

Nessa classe também encontramos outras ocupações que, para serem classificadas como profissionais estatutários de nível superior devem obedecer aos filtros de escolaridade e renda. Quer dizer, nível superior de escolaridade e renda maior que 20 salários mínimos.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
861	OFC/FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

### Professores de nível superior ( Categoria 44 )

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
211	PROFESSOR-PESQUIS.
212	PROF-ENSINO-SUPER.
213	PROF-SEGUNDO-GRAU
214	PROF-QUINTA/OITAVA

Como, em função da legislação vigente, os professores descritos acima precisam, necessariamente, de diploma universitário para o exercício da profissão não há filtros a serem feitos.

No entanto um outro conjunto de professores pode exercer a atividade docente sem a necessidade de curso superior. Nesse caso as ocupações listadas só compõem essa categoria com a observação do filtro da escolaridade. Os tipos de professores abaixo só fazem parte dos Professores de nível superior quando sua escolaridade for compatível com a classe.

<b>COD V0346</b>	<b>NOME NO DICIONÁRIO</b>
215	PROF-PRIM/QUARTA
216	PROF-PRIM.GR.S/ESPECIF.
217	PROF-PRE-ESCOLAR
218	PROF-FORM-PROFIS.
219	PROF-ENSINO-N/ESPECIF.

### Ocupações de escritório ( Categoria 51 )

Nessa classe são integradas as ocupações listadas abaixo, sem qualquer tipo de filtro.

<b>COD V0346</b>	<b>NOME NO DICIONÁRIO</b>
52	ASSIST-ADMINISTRATIVO
53	CAIXAS-PAGADORES
54	ALMOXARIFE-ARMAZENISTA
55	EXPEDIDOR-CONFERENTE
56	DATILOGRAFOS
57	OPERADOR-TELEIMPRES.
58	OPERADOR-CPD
59	SECRETARIA
60	AUX-CONTABILIDADE
61	OPERADOR-COPIADORAS
62	ARQUIVISTA
63	RECEPCIONISTA
64	AUX-ADMINISTRATIVO
774	TELEFONISTA
845	CONTINUO

### Ocupações de supervisão ( Categoria 52 )

Essa categoria é formada majoritariamente pelas ocupações listadas no quadro, sem nenhum tipo de filtro.

<b>COD V0346</b>	<b>NOME NO DICIONÁRIO</b>
40	CHEFE-SECAO-ADMINISTRAT.
401	MESTRE-TEC-EXT-MIN
402	MESTRE-CONT-TEC-IND.TRAN.
403	MESTRE-CONT-TEC-IND.TEXT.
404	MESTRE-CONSTR-CIVIL
811	DONO-HOTEL/C.PROPRIA

Compõem também a categoria dos supervisores os administradores que não tenham curso superior completo ou com renda inferior a 20 salários mínimos. O quadro de ocupações que se articulam com essas condições segue:

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
30	ADMIN-AGROPECUARIA
31	ADMIN-VEG-PESCA
32	ADMIN-EXT-MINERAL
33	ADMIN-INDUST-TRANSFORM.
34	ADMIN-CONTR-CIVIL
35	ADMIN-COMERCIO
36	ADMIN-HOTEL
37	ADMIN-TRANSPORTE
38	ADMIN-FIN-IMOB-SECUR.
39	OUTROS-ADMINISTR.

Além das ocupações acima essa classe também é formada por mais uma ocupação. No entanto para esses diretores-assessores temos o filtro de renda (menor que 20 salários mínimos) para sua validação nessa categoria.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
21	DIRETOR-ASSESSOR-PUBLICO

### Ocupações técnicas ( Categoria 53 )

Algumas ocupações compõem essa categoria sem nenhum tipo de filtro.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>	<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
51	INSPETOR-TRABALHO	504	MONTA-RADIO-TV
111	DESENHISTA	571	INSPETOR-QUALID
112	TEC-EDIFICACOES	588	SUPER-SEGUIR-TRAB.
113	OUT-AUXIL-ENGEN-ARG.	631	PRACISTA-VIAJ-COMERC.
131	TECNICO-QUIMICO	632	REPRESENT-COMERCIAL
133	TEC-METEOROLOGIA	633	PROPAGANDISTA
183	TEC-ADMINISTRATIVO	641	CORRETOR-SEGUROS
191	TEC-CONTABILIDADE	642	CORRETOR-IMOVEIS
192	TEC-ESTATISTICA	643	CORRETOR-TIT-VALORES
193	RECENSEADOR	644	AVALIADOR-LEILOEIRO
194	PROGRAM-COMPUTADOR	645	OUTROS-AG-CORRETORES
281	OPER-SOM-CENOGRA	646	COMPRADOR
282	OUTR-OPER-RAD-TV	741	AGENTE-ESTR-FERRO
283	OPER-PROJET-CINEMA	742	CONDUTOR-CHF-TREM
293	OUTRAS-TECNICAS	761	INSPETOR-DESPAC-TRANSP.
302	TECNICO-AGROPEC.	773	TELEGRAF-RADIOTELEG.
405	MESTRE-TEC-ELET-GAS-AGUA-ESG.	833	JUIZ-ESPORTE
406	OUT-MESTRES-CONT-TEC	834	TECNICO-ESPORTE
503	REPAR-EQ-ELE-ELETR	918	INSPETOR-FISCAL

Além dessas ocupações acima outras ainda podem compor essa categoria. A lista que segue compõe essa classe desde que combinado com o filtro de posição na ocupação.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
505	REPAR-RADIO-TV
506	ELETRIC-INSTAL.
507	INST-EQ-TELECOMUNICAÇÃO
508	INST-REP-LINHA-TELECOM.

Essas ocupações entram na categoria 53 quando a posição na ocupação for igual a empregados (em geral).

### Ocupações médias da saúde e educação ( Categoria 54 )

A lista de ocupações abaixo compõe a classe sem nenhum tipo de filtro.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
132	PRATICO-FARMACIA
161	ACADEMICO-HOSPITAL
162	ENFERMEIRO-N.DIPLOM.
163	TECNICO REABILITAÇÃO
164	ORTOPTISTA-OTICO
165	INTRUM-MED-ODONT
166	PARTEIRA
167	PROTETICO
168	TEC-ANALISE-CLIN
222	INSPETOR-ALUNO

Outras ocupações também podem fazer parte dessa categoria. Trata-se de professores sem nível superior, portanto não entram na categorias 44.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
215	PROF-PRIM/QUARTA
216	PROF-PRIM.GR.S/ESPECIF.
217	PROF-PRE-ESCOLAR
218	PROF-FORM-PROFIS.
219	PROF-ENSINO-N/ESPECIF.

### Ocupações de segurança pública, justiça e correios ( Categoria 55 )

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
50	TEC-FISCAL-TRIBUT-ARREC
241	TABELIAO-OFIC-REG.
242	ESCRIVAO
243	OFICIAL-JUSTICA
244	OUTRAS-JUSTICA
771	AGTE-POSTAL-TELEGRAFICO
772	POSTALISTA
775	CARTEIRO
865	INVESTIG-POLICIA
866	GUARD/INSP-CIVIL
867	CARCER/GUARD-PRES
868	DATILOSCOPISTA

A listagem acima conta com ocupações que entram na categoria sem nenhum tipo de filtro. E, os militares descritos abaixo vão se integrar nessa categoria desde que não tenham ensino superior.

<b>COD V0346</b>	<b>NOME NO DICIONÁRIO</b>
861	OFC/FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

### Trabalhadores do comércio ( Categoria 61 )

A categoria é composta pelas seguintes ocupações.

<b>COD V0346</b>	<b>NOME NO DICIONÁRIO</b>
14	DONO-FEIRANTE
533	MAGAREFE
601	COMERCIANT-C/PROPRIA
602	VENDEDOR
603	OPERADOR-CAIXA
604	REPOSITOR-MERCADORIA
605	DEMONSTRADOR
611	FEIRANTE
621	VEND-JORNAL-REVISTA
852	OUTROS-C/PROPRIA
912	BILHETEIRO-DIVERSOES

### Prestadores de serviços especializados ( Categoria 62 )

A classe dos prestadores de serviços especializados é composta pelas ocupações da listagem que segue, sem a interferência de nenhum tipo de filtro.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME IHO DICIONÁRIO</b>
431	LANTERNEIRO-AUTO
563	PINTOR-CERAMICO
712	COMISSARIO-BORDO
726	TAIFEIRO
752	TROCADOR
812	CAMAREIRO EXC.DOMEST.
813	COZINHEI.EXC.DOMEST.
814	GARCON
815	ATEND-BAR-LANCHONETE
817	MAITRE/HOTEL
818	MAITRE/RESTAURANTE
821	CABELEREIRO
822	BARBEIRO
823	MAQUIL-DEPIL-ESTETICISTA
824	MANICURO-PEDICURO
825	LAVADEIRA-PASSADEIRA
869	GUARD/VIGIA-PARTIC
913	BOMBEIRO-N/CORP-BOM
926	BABA EXC/SERV.DOMÉSTICO

Além dessas ocupações também faz parte dessa categoria um segundo conjunto de ocupações, desde a atividade em que se inserem seja um dos ramos selecionados.

Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos /  
art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis

Ambulante

Pequeno comércio

Supermercados

Loja de departamento

Comércio de varejo

Hospedagem

Restaurantes

Assistência técnica – aparelhos

Assistência técnica – veículos

Reparação de móveis bombeiros

Consertos especializados

Serviços pessoais

Alfaiataria

Aluguel de roupas ( outros ser. Pess. Mal defini. )

Lavanderia

Serviços residenciais

Serviços de segurança

As ocupações que devem se combinar com os ramos de atividade acima são:

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
731	GUINDASTEIRO
751	MOTORISTA
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Ainda, outras ocupações podem fazer parte dessa categoria. Desde que sejam ocupados por conta-própria as ocupações abaixo compõem a categoria.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
505	REPAR-RADIO-TV
506	ELETRIC-INSTAL.
507	INST-EQ-TELECOMUNICAÇÃO
508	INST-REP-LINHA-TELECOM.

Como conclusão dessa categoria os fotógrafos que são empregados (em gera).

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
274	FOTÓGRAFO

### **Prestadores de serviço não especializados ( Categoria 63 )**

Os prestadores de serviços não especializados se organizam em três grupos de ocupação.

Um primeiro grupo que compõe a classe não ganha nenhum tipo de filtro.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
574	BORRACHEIRO
841	PORTEIRO
842	ASCENSORISTA
843	VIGIA
844	SERVEENTE
919	JARDINEIRO-MLAVOURA
920	LIXEIRO

Outro grupo de ocupações entra na categoria 63 desde que o ramo de atividade seja na prestação de serviços

Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos /  
art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis

Ambulante

Pequeno comércio

Supermercados

Loja de departamento

Comércio de varejo

Hospedagem

Restaurantes

Assistência técnica – aparelhos

Assistência técnica – veículos

Reparação de móveis bombeiros

Consertos especializados

Serviços pessoais

Alfaiataria

Aluguel de roupas ( outros ser. Pess. Mal defini. )

Lavanderia

Serviços residenciais

Serviços de segurança

As ocupações aqui são:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ

Como último grupo de ocupações que fazem parte dessa classe temos:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
826	ENGRAXATE
915	DEDETIZADOR
916	GUARDADOR-AUTOMOVEIS
924	TRAB-BRACAL-SEM-ESPECIF.
925	TRAB-CONSERV-RODOVIAS

Essas ocupações compõem a categoria dos prestadores de serviço não especializados quando a posição na ocupação for empregado (em geral).

### Trabalhadores da indústria moderna ( Categoria 71 )

A classe dos trabalhadores da indústria moderna se compõe em dois grupos de ocupações. Diferentemente da lógica de classificação original da categorização de 1991, em 2000, as ocupações foram divididas entre os tipos de indústria. Decorre daí que a listagem de ocupações que segue entra na classe de trabalhadores da indústria moderna sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO	COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
411	FORNEIRO-METALUR	425	MECAN-SEM-ESPEC.
412	LAMINADOR	426	SOLDADOR
413	TREFILADOR	427	REBIT-MONT-EST-METAL
414	MODELAD-MACHEIRO	428	CALDEIREIRO
415	GALVANIZ-REC-METAIS	429	FERREIRO-SERRAL
416	AFIADOR-AMOLADOR	430	FUNILEIRO
417	POLID-ESMERILHADOR	501	MONT-EQUIP-ELE
418	FERRAMENTEIRO	502	MONT-EQ-EL-N/RD-TV
419	ESTAMPADOR-MECANICO	517	ENCANADOR
420	OPER-PRENSA-MEC-METAIS	575	VULCANIZADOR-REC.
421	FRESADOR-FURADOR	576	FOGUETEIRO
422	TORNEIRO-MECANICO	581	PINTOR-PISTOLA
423	AJUST-MONTAD-MEC.	586	ARTEF-BOR-PLAS-N/PNEU
424	MECAN-VEIC-AUTOM.	587	ARTEF-CIMENTO-FIBROCIMENTO
		921	LUBRIFICADOR

Um outro grupo de ocupações também entra na classe 71, mas depende para isso de estarem também nos seguintes setores de atividade.

Indústria metais  
 Equipamentos mecânicos  
 Equipamentos elétricos  
 Acessório veículos  
 Papel e papelão  
 Acessórios borracha  
 Insumos químicos  
 Derivados petróleo  
 Plásticos e fibras  
 Indústria farmacêutica  
 Perfumaria  
 Indústria do fumo  
 Indústria gráfica  
 Petróleo

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

### Trabalhadores da indústria tradicional ( Categoria 72 )

A classe dos trabalhadores da indústria tradicional é organizada em três grupos de ocupações. Um grande grupo de ocupações faz parte da categoria 72, os trabalhadores da indústria tradicional, sem o cruzamento com nenhum tipo de filtro.

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO	COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO	COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
341	MINEIROS	470	ALFAIATE-COSTUR	540	OCUP-IND-BEBIDAS
345	CANTEIRO-MARROEIRO	471	AUXILIAR-COSTURA	541	OCUP-IND-CAFE
351	OPER-MAQ-EXTR-BENEF-MINERIO	472	CALCEIRO-CAMISEIRO	542	OCUP-IND-PESCADO
361	EXTRAC-PETROL-GAS	473	MODELISTA-CORT	543	OCUP-IND-CHA-MATE-CACAU
371	GARIMPEIRO	476	CHAPELEIRO-NPALHA	544	OCUP-IND-OLEAGINOSOS
381	SALINEIRO	478	TRABAL-FABR-CALC	545	OCUP-OUT-IND-ALIMENT
391	SONDAD-POCO-MPETR-GAS	484	OPER-MAQ-MARCEN	551	LINOTPISTA
441	CARDADOR-PENTEADOR	485	SERRADOR	552	TIPOGRAFO
442	MACAROG-BOBIN-ESPULADOR	486	PREPARA-COMP-AGLO	553	CLICHERISTA-GRAVADOR
443	FILANDEIRO	487	ESTOFADOR-CAPOTEIRO	554	IMPRESSOR
444	RENDEIRO	488	COLCHOEIRO	555	REVISOR-GRAFICA
445	URDIDOR-REMETED	489	LUSTRADOR-MADEIRA	556	ENCADERN-CARTONADOR
446	CORDOEIRO	490	CESTEIRO-ESTEIR	557	OUTR-OCUP-GRAFICA
447	TECELAO	531	LINGUICEIRO-SALSICHEIRO	577	VASSOUREIRO
448	TAPECEIRO	532	CHARQUEADOR	578	MARMORISTA
449	REDEIRO	534	OCUP-INDUST-LAT	579	PREPARADOR-FUMO
450	ALVEJAD-TINT-TEXTIL	535	DOCEIRO-CONFEIT	580	CHARUTEIRO-CIGAR
451	ESTAMPADOR-TEXTIL	536	MACARRONEIRO-PASTELEIRO	585	OCUP-IND-PAPEL(AO)
452	ACABADOR-PANO	537	PADEIRO	589	OUTR-OCUP-IND-TRANSF
461	CORREIRO-SELEIRO	538	FARINHEIRO-MOLEIRO		
462	CURTIDOR	539	OCUP-IND-ACUCAR		

Um outro grupo de ocupações compõe a classe dos trabalhadores na indústria moderna quando existe um cruzamento com os seguintes setores de atividade:

Indústria de transformação  
 Indústria de madeiras  
 Fabricação de móveis  
 Couro  
 Produtos plásticos  
 Produtos de fibra  
 Indústria vestuário  
 Indústria calçados  
 Indústria Indústria de bebidas  
 Indústria de construção (out. ind. Tran. Mal def.)  
 Carvão mineral  
 Alimentos  
 Pedras  
 Águas e sal  
 Pedras preciosas  
 Minerais radioativos  
 Minérios  
 Metais – extração e beneficiamento  
 Mineração não especificada  
 Vime  
 Rendas e rede

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD
584	EMBALADOR-MERCAD
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV

Para finalizar essa classe resta apenas incluir as Bordadeiras-cerzideiras, quando sua posição na ocupação é de empregado. Essa ocupação seria própria da indústria têxtil.

**Operários dos serviços auxiliares ( Categoria 73 )**

As ocupações abaixo fazem parte dos operários dos serviços auxiliares.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
509	OPER-INT-ENEN-ELET
583	FOQUIST-NEMB-TREM
721	OFC-MARINHA-MERCANTE
722	MESTRE-EMBARCAÇÃO
723	MAQUIN-EMBARCAÇÃO
724	FOQUISTA-EMBARCAÇÃO
725	MARINHEIRO-CIVIL
727	BARQUEIRO-CANOEIRO
743	MAQUINISTA-TREM
744	FOQUISTA-TREM
745	GUARDA-FREIOS
746	MANOBREIRO-SINALEIRO
753	CARROCEIRO-TROPEIRO
762	CONSERVADOR-FERROVIAS
922	OPER-TRATAM-BOMBEAM-DAGUA

Como complemento da classe as ocupações abaixo entram na categoria 72 segundo os setores de atividade descritos:

Eletricidade  
 Gás  
 Água e esgoto  
 Lixo  
 Pequeno transporte  
 Transporte público  
 Transporte de carga  
 Transporte terrestre ( Rodoviário )  
 Transporte marítimo  
 Transporte aéreo  
 Transporte urbano  
 Correios  
 Telefones  
 Armazéns  
 Serviços diversos aux. Ind. Em geral  
 Administração financeira  
 Serviços de transporte  
 Org de serv de transporte  
 Serviços navegação  
 Serviços auxiliares ativ. econômica

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

### Operários da construção civil ( Categoria 74 )

Na classe dos operários da construção civil temos também dois grupos de ocupação. Sem nenhum tipo de filtro a classe é integrada pelas ocupações que seguem:

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
483	TANOEIRO
511	ARMADOR-CONCRETO
512	PEDREIRO
513	SERVEENTE-PEDREIRO
514	PINTOR-CAIADOR
515	ESTUCADOR
516	LADRILHEIRO-TAQUEIRO
518	VIDRAC-COLOCADOR
519	CALCETEIRO-ASFALTADOR
520	CALAFATE
521	OPER-MAQ-CON-CIVIL
564	OLEIRO

Como complemento, as ocupações a seguir entram na classe 74 se fizerem parte do setor de atividade da Construção Civil.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

### Trabalhadores domésticos ( Categoria 81 )

Compõem essa categoria as seguintes ocupações:

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>	<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
801	ARRUMADEIRA	806	GOVERNANTA/MORDOMO
802	BABA-DOMESTICA	807	EMPREG-DOMÉSTICO
803	COZINHEIRA-DOMEST.	808	AUXILIAR-DOMÉSTICO
804	FAXINEIRA-DOMEST	816	GOVERNANTA EXC.DOM.
805	LAVAD/PASSADEIRA		

## Ambulantes e Biscateiros ( Categoria 82 )

Essa classe reúne as ocupações dos trabalhadores ambulantes.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
13	VENDEDOR AMBULANTE
612	AGUADEIRO
613	DOCEIRO-SORV-BALEIRO
614	QUITANDEIRO-FRUTEIRO
615	TRIFE-PEIXE-LEITEIRO
616	BILHETEIRO
617	OUTROS-AMBULANTES

As ocupações abaixo também compõem a categoria 82 desde que não sejam classificadas como empregados na sua posição na ocupação.

<b>COD V0346</b>	<b>HOME NO DICIONÁRIO</b>
826	ENGRAXATE
915	DEDETIZADOR
916	GUARDADOR-AUTOMOVEIS
924	TRAB-BRACAL-SEM-ESPECIF.
925	TRAB-CONSERV-RODOVIAS

ANEXO 2

Região Metropolitana de Goiânia: Área de Expansão Demográfica (AED) por Categorias Socioocupacionais - 2000

Nome da AED	CAT10	CAT21	CAT22	CAT23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	Total
Município ABADIA DE GOIÁS	244	05	09	05	75	12	00	05	11	23	117	212	35	53	29	188	174	145	41	112	115	163	270	24	2.065
APG-Setor Central	74	07	10	29	60	60	12	40	00	19	577	196	130	137	42	571	786	564	309	469	516	715	586	200	6.109
APG-Cidade Livre/Setor Colina Azul/Independência Ma	89	00	18	10	62	100	09	27	00	34	551	138	176	249	111	656	1.327	997	353	666	694	2.827	2.280	602	11.977
APG-Setor Madre Germana/Bairro Dom Bosco/Alto Parai	95	00	18	00	00	70	32	71	00	14	225	70	78	101	09	435	689	439	224	553	266	996	1.008	293	5.686
APG-Setor Pontal Sul/Veiga Jardim/Independência	258	00	00	00	80	173	00	38	08	28	626	291	374	358	132	1.171	1.271	914	600	1.031	680	2.111	1.686	359	12.188
APG-Vila Souza/Conjunto Planície/Zona Rural	150	00	00	00	57	91	28	46	00	60	247	144	244	133	67	449	774	609	624	454	662	696	659	223	6.418
APG-Jardim Esmeralda/Vila Brasília/Setor dos Afonso	79	00	31	36	502	226	238	363	89	311	2.095	833	1.111	807	418	1.470	1.670	724	539	971	683	1.022	916	554	15.687
APG-Jardim Bela Vista/Santa Luzia/Olimpico/Pq. Trin	80	23	00	41	124	134	00	189	51	131	1.167	390	549	346	246	1.369	1.396	752	715	783	909	1.276	1.064	471	12.206
APG-Jardim Imperial/Vila Alzira/Vila Maria	39	50	08	00	131	82	22	83	22	99	642	231	431	171	153	540	810	440	455	724	516	761	688	220	7.316
APG-Papillon Park/Mansões Paraíso/Pq. Veiga Jardim	53	11	00	00	108	97	25	63	00	63	490	175	233	218	148	678	775	380	408	814	424	1.022	790	203	7.177
APG-Morada dos Pássaros/Pontal Sul/Jd. Helvecia/B.	188	00	00	00	37	60	35	78	34	26	458	161	271	295	157	733	1.158	1.005	306	995	353	1.825	1.440	399	10.014
APG-Jardim Tiradentes/Jardim Cascata	87	00	00	00	35	55	00	25	00	14	295	54	46	184	42	256	519	773	182	349	274	951	1.164	200	5.504
APG-Jd. Alto Paraíso/St. Aeroporto Sul/Banderantes/	92	00	10	00	76	58	24	51	06	49	451	40	125	223	91	743	1.035	682	471	779	372	1.443	1.289	217	8.328
APG-Setor Garavelo/Garavelo Residencial Park	39	00	09	32	85	159	122	97	22	140	1.105	247	366	455	112	1.458	1.787	813	460	1.407	870	1.418	1.134	802	13.137
APG-Cidade Vera Cruz/Cj. Sta. Fé/Jd. Viena/Mónaco/B	70	75	14	36	163	114	107	80	08	66	920	382	525	276	242	1.107	1.022	496	390	849	406	1.046	931	318	9.646
APG-Jd. Nova Era/Cj. Cruzeiro do Sul/Cidade Satélite	62	18	05	22	200	168	47	122	40	147	927	353	541	335	261	1.337	913	507	348	709	448	676	620	369	9.175
Município ARAGOIANIA	408	00	20	09	53	26	10	18	10	35	76	155	37	71	23	173	170	150	51	211	150	208	438	95	2.599
Município GOIANAPOLIS	2.135	13	00	12	88	11	09	17	06	47	93	10	44	101	34	249	264	60	93	102	281	135	334	62	4.201
Central	85	217	120	115	934	315	435	1.022	165	644	1.546	624	753	312	307	783	745	137	50	261	72	101	393	551	10.686
Marista	239	517	184	230	1.387	109	837	901	332	453	984	624	847	246	345	386	414	67	58	117	42	36	543	305	10.201
Oeste	158	921	147	586	1.588	137	1.068	1.467	307	590	1.269	752	755	365	393	519	186	87	44	167	46	43	495	184	12.273
Aeroporto	65	108	41	102	530	70	380	604	150	285	619	466	457	265	206	267	258	89	53	158	79	119	341	284	5.995
Criméia Leste	162	68	59	10	274	171	172	320	84	257	1.244	355	880	543	173	1.172	1.298	488	413	548	458	477	793	556	10.976
Leste Vila Nova/Bairro Feliz	24	128	48	66	531	241	363	612	125	589	1.549	555	1.025	582	264	1.080	874	418	372	483	208	387	675	528	11.728
Leste Universitário	35	120	39	50	378	62	355	557	275	676	1.501	319	804	582	264	789	567	400	177	333	140	299	509	362	9.593
Jardim Goiás	79	54	71	117	571	195	154	447	102	292	1.202	530	619	403	157	1.011	752	273	179	338	268	525	623	335	9.297
Pedro Ludovico	135	100	21	98	313	146	156	380	122	259	1.242	467	803	473	263	1.391	1.164	639	288	393	315	676	983	240	11.068
Setor Bela Vista/ Nova Suíça	91	882	165	406	1.832	209	1.273	1.925	606	1.189	1.456	933	1.395	453	388	749	295	103	87	173	125	22	566	204	15.527
Setor Bueno/Coimbra	148	710	72	154	1.124	290	631	1.094	236	586	1.412	558	823	307	369	989	548	118	169	420	235	169	658	352	12.173
Jardim América	158	250	67	138	881	418	635	739	216	506	2.492	1.003	1.841	705	362	1.991	1.383	515	387	1.331	672	938	1.520	758	19.907
Parque Amazônia	154	44	00	48	295	306	45	279	27	178	1.455	389	655	406	156	1.324	1.121	585	464	604	453	765	930	477	11.160
Jardim Europa	83	209	91	181	763	373	407	551	180	299	1.951	949	1.379	630	280	1.918	1.652	608	698	1.436	795	1.100	1.225	813	18.568
Sudoeste	36	135	37	73	740	210	262	352	71	230	1.621	498	1.059	403	173	1.450	940	242	251	616	451	389	518	483	11.240
Cidade Jardim	100	116	71	113	1.142	478	262	570	50	530	2.505	870	1.195	641	245	2.432	1.799	644	757	1.663	1.106	590	800	948	19.628
Campinas/Marechal Rodon	65	164	68	127	1.611	580	475	610	172	498	3.003	1.103	1.942	928	433	3.639	2.154	1.030	1.009	2.544	1.026	929	1.440	1.534	27.084
Aeroviário	16	75	00	26	358	113	39	109	49	83	717	241	312	193	162	867	768	277	365	1.067	461	420	491	563	7.773
Capuava/Cândida de Moraes	130	83	12	09	618	351	101	248	26	210	1.828	449	706	660	269	2.527	2.244	1.444	1.132	2.610	1.450	1.476	1.400	1.097	21.080
Urias Magalhães	33	18	12	31	536	177	48	210	84	289	1.347	421	901	291	169	1.126	881	310	291	858	509	468	378	515	9.905
Goiânia II/Conjunto Itatiaia	51	82	28	35	328	147	114	232	182	371	1.175	423	782	464	242	1.151	870	630	419	719	567	671	472	302	10.456
Setor Jaó/Santa Genoveva/Jd. Guanabara	164	127	64	73	638	203	294	468	219	392	1.815	635	777	702	426	2.215	1.268	818	899	1.243	1.139	1.182	868	696	17.324
Aldeia do Vale/Santo Hilário	09	16	06	10	222	136	29	86	31	77	867	247	316	421	161	958	990	520	431	584	451	1.087	830	493	8.978
Vila Pedroso	54	00	00	00	63	91	09	72	00	11	732	237	278	332	48	820	1.317	981	495	623	559	1.175	1.235	511	9.642
Jardim Novo Mundo	105	30	31	17	204	192	64	153	28	219	1.407	344	631	552	189	1.713	1.579	705	790	1.164	864	1.176	1.200	781	14.137
Riviera/Park Lozandes	112	54	77	28	513	216	124	382	67	245	1.917	592	1.094	670	356	1.517	1.499	831	499	888	625	1.207	954	589	15.056
Parque das Laranjeiras	41	52	70	88	395	128	110	326	164	233	1.076	560	562	422	229	1.052	1.015	613	413	529	307	718	966	377	10.443
Parque Atheneu/Zona Rural	90	19	48	17	147	129	59	153	52	168	1.109	274	608	324	678	706	985	436	280	739	463	441	483	381	8.790
Vila Novo Horizonte	132	26	61	68	421	306	251	295	149	261	1.721	372	1.049	438	388	1.406	1.166	506	513	1.195	713	715	580	624	13.356
Celina Park	107	102	32	15	291	130	50	148	38	138	668	326	480	336	133	970	795	464	292	996	432	743	544	387	8.619
Baliza/Jardim Itaipu	112	00	00	0																					

## Continuação

Nome da AED	CAT10	CAT21	CAT22	CAT23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	Total
Parque Ind. João Braz/Bom Jesus/Z. Rural	413	08	09	26	341	500	102	131	26	68	1.307	570	747	453	154	2.037	2.291	1.263	1.075	2.815	1.188	1.944	1.680	660	19.808
Conjuto Vera Cruz	77	21	00	28	225	218	84	68	14	142	1.427	320	469	457	230	979	1.130	522	451	922	768	457	483	428	9.919
Jardim Petrópolis/Gj. Santos Dumont	166	31	27	31	248	176	69	105	52	104	734	390	501	368	132	1.045	737	417	454	1.055	734	675	688	615	9.553
Jardim Curitiba/Vila Mutirão	202	08	21	19	153	298	47	81	18	33	919	292	311	423	162	1.747	2.010	1.533	870	1.651	1.142	1.604	1.694	917	16.152
São Domingos	106	00	00	00	22	90	21	42	08	00	327	134	162	157	56	425	1.091	977	520	871	634	1.408	1.405	511	8.967
Vila Finsocial	170	44	07	11	205	371	49	114	00	52	1.310	313	529	398	155	1.694	2.001	1.304	969	2.486	1.433	2.271	1.908	986	18.781
Jardim Balneário Meia Ponte/Zona Rural	749	81	23	33	499	291	109	97	71	92	1.028	387	460	546	246	1.278	1.443	759	622	1.690	696	1.184	1.531	768	14.681
Município GOIANIRA	597	11	28	00	58	109	39	52	14	61	381	195	208	228	158	734	713	524	399	475	566	671	994	334	7.549
Município HIDROLANDIA	1.187	21	31	13	103	46	18	35	37	50	229	135	101	217	51	356	508	246	186	261	269	383	710	204	5.397
Município NEROPOLIS	1.082	41	28	16	344	63	22	59	26	64	437	184	193	259	98	565	719	372	209	460	992	775	719	327	8.053
Município SANTO ANTONIO DE GOIAS	235	00	08	06	67	06	08	26	02	00	49	28	91	23	10	56	101	131	56	49	30	112	103	61	1.259
Município SENADOR CANEDO	534	18	34	45	133	172	15	99	38	91	1.281	306	444	574	365	1.669	2.085	1.860	990	1.536	1.332	2.531	2.989	938	20.080
TRIN-Centro	168	22	06	26	162	39	67	33	20	136	440	198	204	305	92	591	435	317	298	953	327	525	438	284	6.087
TRIN-Santuário Novo	427	23	20	15	198	112	71	73	20	177	485	243	259	396	198	863	581	444	405	938	270	962	981	513	8.674
TRIN-Pai Eterno/Zona Rural	890	00	13	00	41	50	17	00	09	25	161	77	105	65	39	446	379	383	209	466	303	763	710	212	5.364
TRIN-Divisa Goiânia/Jd. Maysa	223	00	12	07	45	180	44	91	00	45	697	285	253	268	81	910	1.234	750	478	1.321	809	1.153	1.255	664	10.805
TOTAL	14.567	5.955	2.161	3.546	24.733	11.281	10.793	17.862	4.976	13.302	66.797	24.587	36.672	24.059	12.924	69.324	67.137	38.274	27.812	56.366	35.968	58.076	60.743	31.087	719.003

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000. Rede Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio – Convênio CNPq, Metrodata.

### ANEXO 3

1ª Distribuição das CATs segundo as AEDs (%)

NOME	CHA1	CAT10	CAT21	CAT22	CAT23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	TOT
APG-Setor Central	CLS_1	1,2	0,1	0,2	0,5	1,0	1,0	0,2	0,7	0,0	0,3	9,4	3,2	2,1	2,2	0,7	9,3	12,9	9,2	5,1	7,7	8,4	11,7	9,6	3,3	100,0
APG-Cidade Livre/Setor Colina Azul/Independência	CLS_1	0,7	0,0	0,2	0,1	0,5	0,8	0,1	0,2	0,0	0,3	4,6	1,2	1,5	2,1	0,9	5,5	11,1	8,3	2,9	5,6	5,8	23,6	19,0	5,0	100,0
APG-Setor Madre Germana/Bairro Dom Bosco/Alto Par	CLS_1	1,7	0,0	0,3	0,0	0,0	1,2	0,6	1,2	0,0	0,2	4,0	1,2	1,4	1,8	0,2	7,7	12,1	7,7	3,9	9,7	4,7	17,5	17,7	5,2	100,0
APG-Setor Pontal Sul/Veiga Jardim/Independência	CLS_1	2,1	0,0	0,0	0,0	0,7	1,4	0,0	0,3	0,1	0,2	5,1	2,4	3,1	2,9	1,1	9,6	10,4	7,5	4,9	8,5	5,6	17,3	13,8	2,9	100,0
APG-Vila Souza/Conjuto Planície/Zona Rural	CLS_1	2,3	0,0	0,0	0,0	0,9	1,4	0,4	0,7	0,0	0,9	3,8	2,2	3,8	2,1	1,0	7,0	12,1	9,5	9,7	7,1	10,3	10,8	10,3	3,5	100,0
APG-Jardim Esmeralda/Vila Brasília/Setor dos Afon	CLS_1	0,5	0,0	0,2	0,2	3,2	1,4	1,5	2,3	0,6	2,0	13,4	5,3	7,1	5,1	2,7	9,4	10,6	4,6	3,4	6,2	4,4	6,5	5,8	3,5	100,0
APG-Jardim Bela Vista/Santa Luzia/Olimpico/Pq. Tr	CLS_1	0,7	0,2	0,0	0,3	1,0	1,1	0,0	1,5	0,4	1,1	9,6	3,2	4,5	2,8	2,0	11,2	11,4	6,2	5,9	6,4	7,4	10,5	8,7	3,9	100,0
APG-Jardim Imperial/Vila Alzira/Vila Maria	CLS_1	0,5	0,7	0,1	0,0	1,8	1,1	0,3	1,1	0,3	1,4	8,8	3,2	5,9	2,3	2,1	7,4	11,1	6,0	6,2	9,9	7,1	10,4	9,4	3,0	100,0
APG-Papillon Park/Mansões Paraíso/Pq. Veiga Jardim	CLS_1	0,7	0,2	0,0	0,0	1,5	1,4	0,3	0,9	0,0	0,9	6,8	2,4	3,2	3,0	2,1	9,4	10,8	5,3	5,7	11,3	5,9	14,2	11,0	2,8	100,0
APG-Morada dos Pássaros/Pontal Sul/Jd. Helvecia/B	CLS_1	1,9	0,0	0,0	0,0	0,4	0,6	0,3	0,8	0,3	0,3	4,6	1,6	2,7	2,9	1,6	7,3	11,6	10,0	3,1	9,9	3,5	18,2	14,4	4,0	100,0
APG-Jardim Tiradentes/Jardim Cascata	CLS_1	1,6	0,0	0,0	0,0	0,6	1,0	0,0	0,5	0,0	0,3	5,4	1,0	0,8	3,3	0,8	4,7	9,4	14,0	3,3	6,3	5,0	17,3	21,1	3,6	100,0
APG-Jd. Alto Paraíso/St. Aeroporto Sul/Banderante	CLS_1	1,1	0,0	0,1	0,0	0,9	0,7	0,3	0,6	0,1	0,6	5,4	0,5	1,5	2,7	1,1	8,9	12,4	8,2	5,7	9,4	4,5	17,3	15,5	2,6	100,0
APG-Setor Garavelo/Garavelo Residencial Park	CLS_1	0,3	0,0	0,1	0,2	0,6	1,2	0,9	0,7	0,2	1,1	8,4	1,9	2,8	3,5	0,9	11,1	13,6	6,2	3,5	10,7	6,6	10,8	8,6	6,1	100,0
APG-Cidade Vera Cruz/Cj. Sta. Fé/Jd. Viena/Mônaco	CLS_1	0,7	0,8	0,1	0,4	1,7	1,2	1,1	0,8	0,1	0,7	9,5	4,0	5,4	2,9	2,5	11,5	10,6	5,1	4,0	8,8	4,2	10,8	9,7	3,3	100,0
APG-Jd. Nova Era/Cj. Cruzeiro do Sul/Cidade Satél	CLS_1	0,7	0,2	0,1	0,2	2,2	1,8	0,5	1,3	0,4	1,6	10,1	3,8	5,9	3,7	2,8	14,6	10,0	5,5	3,8	7,7	4,9	7,4	6,8	4,0	100,0
Criméia Leste	CLS_1	1,5	0,6	0,5	0,1	2,5	1,6	1,6	2,9	0,8	2,3	11,3	3,2	8,0	4,9	1,6	10,7	11,8	4,4	3,8	5,0	4,2	4,3	7,2	5,1	100,0
Leste Vila Nova/Bairro Feliz	CLS_1	0,2	1,1	0,4	0,6	4,5	2,1	3,1	5,2	1,1	5,0	13,2	4,7	8,7	5,0	2,3	9,2	7,5	3,6	3,2	4,1	1,8	3,3	5,8	4,5	100,0
Leste Universitário	CLS_1	0,4	1,3	0,4	0,5	3,9	0,6	3,7	5,8	2,9	7,0	15,6	3,3	8,4	6,1	2,8	8,2	5,9	4,2	1,8	3,5	1,5	3,1	5,3	3,8	100,0
Jardim Goiás	CLS_1	0,8	0,6	0,8	1,3	6,1	2,1	1,7	4,8	1,1	3,1	12,9	5,7	6,7	4,3	1,7	10,9	8,1	2,9	1,9	3,6	2,9	5,6	6,7	3,6	100,0
Pedro Ludovico	CLS_1	1,2	0,9	0,2	0,9	2,8	1,3	1,4	3,4	1,1	2,3	11,2	4,2	7,3	4,3	2,4	12,6	10,5	5,8	2,6	3,6	2,8	6,1	8,9	2,2	100,0
Jardim América	CLS_1	0,8	1,3	0,3	0,7	4,4	2,1	3,2	3,7	1,1	2,5	12,5	5,0	9,2	3,5	1,8	10,0	6,9	2,6	1,9	6,7	3,4	4,7	7,6	3,8	100,0
Parque Amazônia	CLS_1	1,4	0,4	0,0	0,4	2,6	2,7	0,4	2,5	0,2	1,6	13,0	3,5	5,9	3,6	1,4	11,9	10,0	5,2	4,2	5,4	4,1	6,9	8,3	4,3	100,0
Jardim Europa	CLS_1	0,4	1,1	0,5	1,0	4,1	2,0	2,2	3,0	1,0	1,6	10,5	5,1	7,4	3,4	1,5	10,3	8,9	3,3	3,8	7,7	4,3	5,9	6,6	4,4	100,0
Sudoeste	CLS_1	0,3	1,2	0,3	0,6	6,6	1,9	2,3	3,1	0,6	2,0	14,4	4,4	9,4	3,6	1,5	12,9	8,4	2,2	2,2	5,5	4,0	3,5	4,6	4,3	100,0
Cidade Jardim	CLS_1	0,5	0,6	0,4	0,6	5,8	2,4	1,3	2,9	0,3	2,7	12,8	4,4	6,1	3,3	1,2	12,4	9,2	3,3	3,9	8,5	5,6	3,0	4,1	4,8	100,0
Campinas/Marechal Rodon	CLS_1	0,2	0,6	0,3	0,5	5,9	2,1	1,8	2,3	0,6	1,8	11,1	4,1	7,2	3,4	1,6	13,4	8,0	3,8	3,7	9,4	3,8	3,4	5,3	5,7	100,0
Aeroviário	CLS_1	0,2	1,0	0,0	0,3	4,6	1,5	0,5	1,4	0,6	1,1	9,2	3,1	4,0	2,5	2,1	11,2	9,9	3,6	4,7	13,7	5,9	5,4	6,3	7,2	100,0
Capuava/Cândida de Moraes	CLS_1	0,6	0,4	0,1	0,0	2,9	1,7	0,5	1,2	0,1	1,0	8,7	2,1	3,3	3,1	1,3	12,0	10,6	6,9	5,4	12,4	6,9	7,0	6,6	5,2	100,0
Urias Magalhães	CLS_1	0,3	0,2	0,1	0,3	5,4	1,8	0,5	2,1	0,8	2,9	13,6	4,3	9,1	2,9	1,7	11,4	8,9	3,1	2,9	8,7	5,1	4,7	3,8	5,2	100,0
Goiânia II/Conjuto Itatiaia	CLS_1	0,5	0,8	0,3	0,3	3,1	1,4	1,1	2,2	1,7	3,5	11,2	4,0	7,5	4,4	2,3	11,0	8,3	6,0	4,0	6,9	5,4	6,4	4,5	2,9	100,0
Setor Jaó/Santa Genoveva/Jd. Guanabara	CLS_1	0,9	0,7	0,4	0,4	3,7	1,2	1,7	2,7	1,3	2,3	10,5	3,7	4,5	4,1	2,5	12,8	7,3	4,7	5,2	7,2	6,6	6,8	5,0	4,0	100,0
Aldeia do Vale/Santo Hilário	CLS_1	0,1	0,2	0,1	0,1	2,5	1,5	0,3	1,0	0,3	0,9	9,7	2,8	3,5	4,7	1,8	10,7	11,0	5,8	4,8	6,5	5,0	12,1	9,2	5,5	100,0
Vila Pedroso	CLS_1	0,6	0,0	0,0	0,0	0,7	0,9	0,1	0,7	0,0	0,1	7,6	2,5	2,9	3,4	0,5	8,5	13,7	10,2	5,1	6,5	5,8	12,2	12,8	5,3	100,0
Jardim Novo Mundo	CLS_1	0,7	0,2	0,2	0,1	1,4	1,4	0,5	1,1	0,2	1,5	10,0	2,4	4,5	3,9	1,3	12,1	11,2	5,0	5,6	8,2	6,1	8,3	8,5	5,5	100,0
Riviera/Park Lozandes	CLS_1	0,7	0,4	0,5	0,2	3,4	1,4	0,8	2,5	0,4	1,6	12,7	3,9	7,3	4,5	2,4	10,1	10,0	5,5	3,3	5,9	4,2	8,0	6,3	3,9	100,0
Parque das Laranjeiras	CLS_1	0,4	0,5	0,7	0,8	3,8	1,2	1,1	3,1	1,6	2,2	10,3	5,4	5,4	4,0	2,2	10,1	9,7	5,9	4,0	5,1	2,9	6,9	9,3	3,6	100,0
Parque Atheneu/Zona Rural	CLS_1	1,0	0,2	0,5	0,2	1,7	1,5	0,7	1,7	0,6	1,9	12,6	3,1	6,9	3,7	7,7	8,0	11,2	5,0	3,2	8,4	5,3	5,0	5,5	4,3	100,0
Vila Novo Horizonte	CLS_1	1,0	0,2	0,5	0,5	3,2	2,3	1,9	2,2	1,1	2,0	12,9	2,8	7,9	3,3	2,9	10,5	8,7	3,8	3,8	8,9	5,3	5,4	4,3	4,7	100,0
Celina Park	CLS_1	1,2	1,2	0,4	0,2	3,4	1,5	0,6	1,7	0,4	1,6	7,8	3,8	5,6	3,9	1,5	11,3	9,2	5,4	3,4	11,6	5,0	8,6	6,3	4,5	100,0
Baliza/Jardim Itaipu	CLS_1	1,3	0,0	0,0	0,0	1,1	1,4	0,1	0,2	0,0	0,4	5,2	1,3	3,7	2,3	1,0	7,8	11,1	7,5	4,4	10,0	5,0	17,7	12,9	5,5	100,0
Caravelas/Parque Santa Rita	CLS_1	1,7	0,0	0,0	0,1	3,1	1,6	1,0	0,1	0,1	0,9	8,9	3,0	3,8	2,3	0,9	10,5	9,3	5,6	5,5	10,8	5,4	11,4	8,9	4,9	100,0
Parque Ind. João Braz/Bom Jesus/Z. Rural	CLS_1	2,1	0,0	0,0	0,1	1,7	2,5	0,5	0,7	0,1	0,3	6,6	2,9	3,8	2,3	0,8	10,3	11,6	6,4	5,4	14,2	6,0	9,8	8,5	3,3	100,0
Conjuto Vera Cruz	CLS_1	0,8	0,2	0,0	0,3	2,3	2,2	0,8	0,7	0,1	1,4	14,4	3,2	4,7	4,6	2,3	9,9	11,4	5,3	4,5	9,3	7,7	4,6	4,9	4,3	100,0
Jardim Petrópolis/Gj. Santos Dumont	CLS_1	1,7	0,3	0,3	0,3	2,6	1,8	0,7	1,1	0,5	1,1	7,7	4,1	5,2	3,9	1,4	10,9	7,7	4,4	4,8	11,0	7,7	7,1	7,2	6,4	100,0
Jardim Curitiba/Vila Mutirão	CLS_1	1,3	0,0	0,1	0,1	0,9	1,8	0,3	0,5	0,1	0,2	5,7	1,8	1,9	2,6	1,0	10,8	12,4	9,5	5,4	10,2	7,1	9,9	10,5	5,7	100,0
São Domingos	CLS_1	1,2	0,0	0,0	0,0	0,2	1,0	0,2	0,5	0,1	0,0	3,6	1,5	1,8	1,8	0,6	4,7	12,2	10,9	5,8	9,7	7,1	15,7	15,7	5,7	100,0
Vila Finsocial	CLS_1	0,9	0,2	0,0	0,1	1,1	2,0	0,3	0,6	0,0	0,3	7,0	1,7	2,8	2,1	0,8	9,0	10,7	6,9	5,2	13,2	7,6	12,1	10,2	5,2	100,0
Jardim Balneário Meia Ponte/Zona Rural	CLS_1	5,1	0,6	0,2	0,2	3,4	2,0	0,7	0,7	0,5	0,6	7,0	2,6	3,1	3,7	1,7	8,7	9,8	5,2	4,2	11,5	4,7	8,1	10,4	5,2	100,0
Município GOIANIRA	CLS_1	7,9	0,1	0,4	0,0	0,8	1,4	0,5	0,7	0,2	0,8	5,0	2,6	2,8	3,0	2,1	9,7	9,4	6,9	5,3	6,3	7,5	8,9	13,2	4,4	100,0
Município SENADOR CANEDO	CLS_1	2,7	0,1	0,2	0,2	0,7	0,9	0,1	0,5	0,2	0,5	6,4	1,5	2,2	2,9	1,8	8,3	10,4	9,3	4,9	7,6	6,6	12,6	14,9	4,7	100,0
TRIN-Centro	CLS_1	2,8	0,4	0,1	0,4	2,7	0,6	1,1	0,5	0,3	2,2	7,2	3,3	3,4	5,0	1,5	9,7	7,1	5,2	4,9	15,7	5,4	8,6	7,2	4,7	100,0
TRIN-Santuário Novo	CLS_1	4,9	0,3	0,2	0,2	2,3	1,3	0,8	0,8	0,2	2,0	5,6	2,8	3,0	4,6	2,3	9,9	6,7	5,1	4,7	10,8	3,1	11,1			

NOME	CHA1	CAT10	CAT21	CAT22	CAT23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	TOT
Central	CLS_2	0,8	2,0	1,1	1,1	8,7	2,9	4,1	9,6	1,5	6,0	14,5	5,8	7,0	2,9	2,9	7,3	7,0	1,3	0,5	2,4	0,7	0,9	3,7	5,2	100,0
Marista	CLS_2	2,3	5,1	1,8	2,3	13,6	1,1	8,2	8,8	3,3	4,4	9,6	6,1	8,3	2,4	3,4	3,8	4,1	0,7	0,6	1,1	0,4	0,4	5,3	3,0	100,0
Oeste	CLS_2	1,3	7,5	1,2	4,8	12,9	1,1	8,7	12,0	2,5	4,8	10,3	6,1	6,2	3,0	3,2	4,2	1,5	0,7	0,4	1,4	0,4	0,4	4,0	1,5	100,0
Aeroporto	CLS_2	1,1	1,8	0,7	1,7	8,8	1,2	6,3	10,1	2,5	4,8	10,3	7,8	7,6	4,4	3,4	4,5	4,3	1,5	0,9	2,6	1,3	2,0	5,7	4,7	100,0
Setor Bela Vista/ Nova Suíça	CLS_2	0,6	5,7	1,1	2,6	11,8	1,3	8,2	12,4	3,9	7,7	9,4	6,0	9,0	2,9	2,5	4,8	1,9	0,7	0,6	1,1	0,8	0,1	3,6	1,3	100,0
Setor Bueno/Coimbra	CLS_2	1,2	5,8	0,6	1,3	9,2	2,4	5,2	9,0	1,9	4,8	11,6	4,6	6,8	2,5	3,0	8,1	4,5	1,0	1,4	3,5	1,9	1,4	5,4	2,9	100,0
Município ABADIA DE GOIÁS	CLS_3	11,8	0,2	0,4	0,2	3,6	0,6	0,0	0,2	0,5	1,1	5,7	10,3	1,7	2,6	1,4	9,1	8,4	7,0	2,0	5,4	5,6	7,9	13,1	1,2	100,0
Município ARAGOIANIA	CLS_3	15,7	0,0	0,8	0,3	2,0	1,0	0,4	0,7	0,4	1,3	2,9	6,0	1,4	2,7	0,9	6,7	6,5	5,8	2,0	8,1	5,8	8,0	16,9	3,7	100,0
Município HIDROLANDIA	CLS_3	22,0	0,4	0,6	0,2	1,9	0,9	0,3	0,6	0,7	0,9	4,2	2,5	1,9	4,0	0,9	6,6	9,4	4,6	3,4	4,8	5,0	7,1	13,2	3,8	100,0
Município NEROPOLIS	CLS_3	13,4	0,5	0,3	0,2	4,3	0,8	0,3	0,7	0,3	0,8	5,4	2,3	2,4	3,2	1,2	7,0	8,9	4,6	2,6	5,7	12,3	9,6	8,9	4,1	100,0
Município SANTO ANTONIO DE GOIAS	CLS_3	18,7	0,0	0,6	0,5	5,3	0,5	0,6	2,1	0,2	0,0	3,9	2,2	7,2	1,8	0,8	4,4	8,0	10,4	4,4	3,9	2,4	8,9	8,2	4,8	100,0
TRIN-Pai Eterno/Zona Rural	CLS_3	16,6	0,0	0,2	0,0	0,8	0,9	0,3	0,0	0,2	0,5	3,0	1,4	2,0	1,2	0,7	8,3	7,1	7,1	3,9	8,7	5,6	14,2	13,2	4,0	100,0
Município GOIANAPOLIS	CLS_4	50,8	0,3	0,0	0,3	2,1	0,3	0,2	0,4	0,1	1,1	2,2	0,2	1,0	2,4	0,8	5,9	6,3	1,4	2,2	2,4	6,7	3,2	8,0	1,5	100,0

## ANEXO 4

2ª Distribuição das CATs segundo as AEDs (%)

NOME	CHA2	CAT10	CAT21	CAT22	CAT23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	TOT
APG-Setor Central	CLS_1	1,2	0,1	0,2	0,5	1,0	1,0	0,2	0,7	0,0	0,3	9,4	3,2	2,1	2,2	0,7	9,3	12,9	9,2	5,1	7,7	8,4	11,7	9,6	3,3	100,0
APG-Vila Souza/Conjuto Planicie/Zona Rural	CLS_1	2,3	0,0	0,0	0,0	0,9	1,4	0,4	0,7	0,0	0,9	3,8	2,2	3,8	2,1	1,0	7,0	12,1	9,5	9,7	7,1	10,3	10,8	10,3	3,5	100,0
APG-Jardim Bela Vista/Santa Luzia/Olimpico/Pq. Tr	CLS_1	0,7	0,2	0,0	0,3	1,0	1,1	0,0	1,5	0,4	1,1	9,6	3,2	4,5	2,8	2,0	11,2	11,4	6,2	5,9	6,4	7,4	10,5	8,7	3,9	100,0
APG-Jardim Imperial/Vila Alzira/Vila Maria	CLS_1	0,5	0,7	0,1	0,0	1,8	1,1	0,3	1,1	0,3	1,4	8,8	3,2	5,9	2,3	2,1	7,4	11,1	6,0	6,2	9,9	7,1	10,4	9,4	3,0	100,0
APG-Papilon Park/Mansões Paraíso/Pq. Veiga Jardim	CLS_1	0,7	0,2	0,0	0,0	1,5	1,4	0,3	0,9	0,0	0,9	6,8	2,4	3,2	3,0	2,1	9,4	10,8	5,3	5,7	11,3	5,9	14,2	11,0	2,8	100,0
APG-Setor Garavelo/Garavelo Residencial Park	CLS_1	0,3	0,0	0,1	0,2	0,6	1,2	0,9	0,7	0,2	1,1	8,4	1,9	2,8	3,5	0,9	11,1	13,6	6,2	3,5	10,7	6,6	10,8	8,6	6,1	100,0
APG-Cidade Vera Cruz/Cj. Sta. Fé/Jd. Viena/Mônaco	CLS_1	0,7	0,8	0,1	0,4	1,7	1,2	1,1	0,8	0,1	0,7	9,5	4,0	5,4	2,9	2,5	11,5	10,6	5,1	4,0	8,8	4,2	10,8	9,7	3,3	100,0
Aeroviário	CLS_1	0,2	1,0	0,0	0,3	4,6	1,5	0,5	1,4	0,6	1,1	9,2	3,1	4,0	2,5	2,1	11,2	9,9	3,6	4,7	13,7	5,9	5,4	6,3	7,2	100,0
Capuava/Cândida de Moraes	CLS_1	0,6	0,4	0,1	0,0	2,9	1,7	0,5	1,2	0,1	1,0	8,7	2,1	3,3	3,1	1,3	12,0	10,6	6,9	5,4	12,4	6,9	7,0	6,6	5,2	100,0
Aldeia do Vale/Santo Hilário	CLS_1	0,1	0,2	0,1	0,1	2,5	1,5	0,3	1,0	0,3	0,9	9,7	2,8	3,5	4,7	1,8	10,7	11,0	5,8	4,8	6,5	5,0	12,1	9,2	5,5	100,0
Jardim Novo Mundo	CLS_1	0,7	0,2	0,2	0,1	1,4	1,4	0,5	1,1	0,2	1,5	10,0	2,4	4,5	3,9	1,3	12,1	11,2	5,0	5,6	8,2	6,1	8,3	8,5	5,5	100,0
Caravelas/Parque Santa Rita	CLS_1	1,7	0,0	0,0	0,1	3,1	1,6	1,0	0,1	0,1	0,9	8,9	3,0	3,8	2,3	0,9	10,5	9,3	5,6	5,5	10,8	5,4	11,4	8,9	4,9	100,0
Parque Ind. João Braz/Bom Jesus/Z. Rural	CLS_1	2,1	0,0	0,0	0,1	1,7	2,5	0,5	0,7	0,1	0,3	6,6	2,9	3,8	2,3	0,8	10,3	11,6	6,4	5,4	14,2	6,0	9,8	8,5	3,3	100,0
Conjuto Vera Cruz	CLS_1	0,8	0,2	0,0	0,3	2,3	2,2	0,8	0,7	0,1	1,4	14,4	3,2	4,7	4,6	2,3	9,9	11,4	5,3	4,5	9,3	7,7	4,6	4,9	4,3	100,0
Jardim Petrópolis/Gj. Santos Dumont	CLS_1	1,7	0,3	0,3	0,3	2,6	1,8	0,7	1,1	0,5	1,1	7,7	4,1	5,2	3,9	1,4	10,9	7,7	4,4	4,8	11,0	7,7	7,1	7,2	6,4	100,0
Jardim Curitiba/Vila Mutirão	CLS_1	1,3	0,0	0,1	0,1	0,9	1,8	0,3	0,5	0,1	0,2	5,7	1,8	1,9	2,6	1,0	10,8	12,4	9,5	5,4	10,2	7,1	9,9	10,5	5,7	100,0
Vila Finsocial	CLS_1	0,9	0,2	0,0	0,1	1,1	2,0	0,3	0,6	0,0	0,3	7,0	1,7	2,8	2,1	0,8	9,0	10,7	6,9	5,2	13,2	7,6	12,1	10,2	5,2	100,0
Jardim Balneário Meia Ponte/Zona Rural	CLS_1	5,1	0,6	0,2	0,2	3,4	2,0	0,7	0,7	0,5	0,6	7,0	2,6	3,1	3,7	1,7	8,7	9,8	5,2	4,2	11,5	4,7	8,1	10,4	5,2	100,0
Município GOIANIRA	CLS_1	7,9	0,1	0,4	0,0	0,8	1,4	0,5	0,7	0,2	0,8	5,0	2,6	2,8	3,0	2,1	9,7	9,4	6,9	5,3	6,3	7,5	8,9	13,2	4,4	100,0
TRIN-Centro	CLS_1	2,8	0,4	0,1	0,4	2,7	0,6	1,1	0,5	0,3	2,2	7,2	3,3	3,4	5,0	1,5	9,7	7,1	5,2	4,9	15,7	5,4	8,6	7,2	4,7	100,0
TRIN-Santuário Novo	CLS_1	4,9	0,3	0,2	0,2	2,3	1,3	0,8	0,8	0,2	2,0	5,6	2,8	3,0	4,6	2,3	9,9	6,7	5,1	4,7	10,8	3,1	11,1	11,3	5,9	100,0
TRIN-Divisa Goiânia/Jd. Maysa	CLS_1	2,1	0,0	0,1	0,1	0,4	1,7	0,4	0,8	0,0	0,4	6,5	2,6	2,3	2,5	0,7	8,4	11,4	6,9	4,4	12,2	7,5	10,7	11,6	6,1	100,0
APG-Cidade Livre/Setor Colina Azul/Independência	CLS_2	0,7	0,0	0,2	0,1	0,5	0,8	0,1	0,2	0,0	0,3	4,6	1,2	1,5	2,1	0,9	5,5	11,1	8,3	2,9	5,6	5,8	23,6	19,0	5,0	100,0
APG-Setor Madre Germana/Bairro Dom Bosco/Alto Par	CLS_2	1,7	0,0	0,3	0,0	0,0	1,2	0,6	1,2	0,0	0,2	4,0	1,2	1,4	1,8	0,2	7,7	12,1	7,7	3,9	9,7	4,7	17,5	17,7	5,2	100,0
APG-Setor Pontal Sul/Veiga Jardim/Independência	CLS_2	2,1	0,0	0,0	0,0	0,7	1,4	0,0	0,3	0,1	0,2	5,1	2,4	3,1	2,9	1,1	9,6	10,4	7,5	4,9	8,5	5,6	17,3	13,8	2,9	100,0
APG-Morada dos Pássaros/Pontal Sul/Jd. Helvecia/B	CLS_2	1,9	0,0	0,0	0,0	0,4	0,6	0,3	0,8	0,3	0,3	4,6	1,6	2,7	2,9	1,6	7,3	11,6	10,0	3,1	9,9	3,5	18,2	14,4	4,0	100,0
APG-Jardim Tiradentes/Jardim Cascata	CLS_2	1,6	0,0	0,0	0,0	0,6	1,0	0,0	0,5	0,0	0,3	5,4	1,0	0,8	3,3	0,8	4,7	9,4	14,0	3,3	6,3	5,0	17,3	21,1	3,6	100,0
APG-Jd. Alto Paraíso/St. Aeroporto Sul/Banderante	CLS_2	1,1	0,0	0,1	0,0	0,9	0,7	0,3	0,6	0,1	0,6	5,4	0,5	1,5	2,7	1,1	8,9	12,4	8,2	5,7	9,4	4,5	17,3	15,5	2,6	100,0
Vila Pedroso	CLS_2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,7	0,9	0,1	0,7	0,0	0,1	7,6	2,5	2,9	3,4	0,5	8,5	13,7	10,2	5,1	6,5	5,8	12,2	12,8	5,3	100,0
Baliza/Jardim Itaipu	CLS_2	1,3	0,0	0,0	0,0	1,1	1,4	0,1	0,2	0,0	0,4	5,2	1,3	3,7	2,3	1,0	7,8	11,1	7,5	4,4	10,0	5,0	17,7	12,9	5,5	100,0
São Domingos	CLS_2	1,2	0,0	0,0	0,0	0,2	1,0	0,2	0,5	0,1	0,0	3,6	1,5	1,8	1,8	0,6	4,7	12,2	10,9	5,8	9,7	7,1	15,7	15,7	5,7	100,0
Município SENADOR CANEDO	CLS_2	2,7	0,1	0,2	0,2	0,7	0,9	0,1	0,5	0,2	0,5	6,4	1,5	2,2	2,9	1,8	8,3	10,4	9,3	4,9	7,6	6,6	12,6	14,9	4,7	100,0
Leste Vila Nova/Bairro Feliz	CLS_3	0,2	1,1	0,4	0,6	4,5	2,1	3,1	5,2	1,1	5,0	13,2	4,7	8,7	5,0	2,3	9,2	7,5	3,6	3,2	4,1	1,8	3,3	5,8	4,5	100,0
Leste Universitário	CLS_3	0,4	1,3	0,4	0,5	3,9	0,6	3,7	5,8	2,9	7,0	15,6	3,3	8,4	6,1	2,8	8,2	5,9	4,2	1,8	3,5	1,5	3,1	5,3	3,8	100,0
Jardim Goiás	CLS_3	0,8	0,6	0,8	1,3	6,1	2,1	1,7	4,8	1,1	3,1	12,9	5,7	6,7	4,3	1,7	10,9	8,1	2,9	1,9	3,6	2,9	5,6	6,7	3,6	100,0
Pedro Ludovico	CLS_3	1,2	0,9	0,2	0,9	2,8	1,3	1,4	3,4	1,1	2,3	11,2	4,2	7,3	4,3	2,4	12,6	10,5	5,8	2,6	3,6	2,8	6,1	8,9	2,2	100,0
Jardim América	CLS_3	0,8	1,3	0,3	0,7	4,4	2,1	3,2	3,7	1,1	2,5	12,5	5,0	9,2	3,5	1,8	10,0	6,9	2,6	1,9	6,7	3,4	4,7	7,6	3,8	100,0
Parque das Laranjeiras	CLS_3	0,4	0,5	0,7	0,8	3,8	1,2	1,1	3,1	1,6	2,2	10,3	5,4	5,4	4,0	2,2	10,1	9,7	5,9	4,0	5,1	2,9	6,9	9,3	3,6	100,0
APG-Jardim Esmeralda/Vila Brasília/Setor dos Afon	CLS_4	0,5	0,0	0,2	0,2	3,2	1,4	1,5	2,3	0,6	2,0	13,4	5,3	7,1	5,1	2,7	9,4	10,6	4,6	3,4	6,2	4,4	6,5	5,8	3,5	100,0
APG-Jd. Nova Era/Cj. Cruzeiro do Sul/Cidade Satél	CLS_4	0,7	0,2	0,1	0,2	2,2	1,8	0,5	1,3	0,4	1,6	10,1	3,8	5,9	3,7	2,8	14,6	10,0	5,5	3,8	7,7	4,9	7,4	6,8	4,0	100,0
Criméia Leste	CLS_4	1,5	0,6	0,5	0,1	2,5	1,6	1,6	2,9	0,8	2,3	11,3	3,2	8,0	4,9	1,6	10,7	11,8	4,4	3,8	5,0	4,2	4,3	7,2	5,1	100,0
Parque Amazônia	CLS_4	1,4	0,4	0,0	0,4	2,6	2,7	0,4	2,5	0,2	1,6	13,0	3,5	5,9	3,6	1,4	11,9	10,0	5,2	4,2	5,4	4,1	6,9	8,3	4,3	100,0
Jardim Europa	CLS_4	0,4	1,1	0,5	1,0	4,1	2,0	2,2	3,0	1,0	1,6	10,5	5,1	7,4	3,4	1,5	10,3	8,9	3,3	3,8	7,7	4,3	5,9	6,6	4,4	100,0
Sudoeste	CLS_4	0,3	1,2	0,3	0,6	6,6	1,9	2,3	3,1	0,6	2,0	14,4	4,4	9,4	3,6	1,5	12,9	8,4	2,2	2,2	5,5	4,0	3,5	4,6	4,3	100,0
Cidade Jardim	CLS_4	0,5	0,6	0,4	0,6	5,8	2,4	1,3	2,9	0,3	2,7	12,8	4,4	6,1	3,3	1,2	12,4	9,2	3,3	3,9	8,5	5,6	3,0	4,1	4,8	100,0
Campinas/Marechal Rodon	CLS_4	0,2	0,6	0,3	0,5	5,9	2,1	1,8	2,3	0,6	1,8	11,1	4,1	7,2	3,4	1,6	13,4	8,0	3,8	3,7	9,4	3,8	3,4	5,3	5,7	100,0
Urias Magalhães	CLS_4	0,3	0,2	0,1	0,3	5,4	1,8	0,5	2,1	0,8	2,9	13,6	4,3	9,1	2,9	1,7	11,4	8,9	3,1	2,9	8,7	5,1	4,7	3,8	5,2	100,0

NOME	CHA2	CAT10	CAT21	CAT22	CAT23	CAT31	CAT32	CAT41	CAT42	CAT43	CAT44	CAT51	CAT52	CAT53	CAT54	CAT55	CAT61	CAT62	CAT63	CAT71	CAT72	CAT73	CAT74	CAT81	CAT82	TOT
Goiânia II/Conjunto Itatiaia	CLS_4	0,5	0,8	0,3	0,3	3,1	1,4	1,1	2,2	1,7	3,5	11,2	4,0	7,5	4,4	2,3	11,0	8,3	6,0	4,0	6,9	5,4	6,4	4,5	2,9	100,0
Setor Jaó/Santa Genoveva/Jd. Guanabara	CLS_4	0,9	0,7	0,4	0,4	3,7	1,2	1,7	2,7	1,3	2,3	10,5	3,7	4,5	4,1	2,5	12,8	7,3	4,7	5,2	7,2	6,6	6,8	5,0	4,0	100,0
Riviera/Park Lozandes	CLS_4	0,7	0,4	0,5	0,2	3,4	1,4	0,8	2,5	0,4	1,6	12,7	3,9	7,3	4,5	2,4	10,1	10,0	5,5	3,3	5,9	4,2	8,0	6,3	3,9	100,0
Parque Atheneu/Zona Rural	CLS_4	1,0	0,2	0,5	0,2	1,7	1,5	0,7	1,7	0,6	1,9	12,6	3,1	6,9	3,7	7,7	8,0	11,2	5,0	3,2	8,4	5,3	5,0	5,5	4,3	100,0
Vila Novo Horizonte	CLS_4	1,0	0,2	0,5	0,5	3,2	2,3	1,9	2,2	1,1	2,0	12,9	2,8	7,9	3,3	2,9	10,5	8,7	3,8	3,8	8,9	5,3	5,4	4,3	4,7	100,0
Celina Park	CLS_4	1,2	1,2	0,4	0,2	3,4	1,5	0,6	1,7	0,4	1,6	7,8	3,8	5,6	3,9	1,5	11,3	9,2	5,4	3,4	11,6	5,0	8,6	6,3	4,5	100,0
Central	N_Rep	0,8	2,0	1,1	1,1	8,7	2,9	4,1	9,6	1,5	6,0	14,5	5,8	7,0	2,9	2,9	7,3	7,0	1,3	0,5	2,4	0,7	0,9	3,7	5,2	100,0
Marista	N_Rep	2,3	5,1	1,8	2,3	13,6	1,1	8,2	8,8	3,3	4,4	9,6	6,1	8,3	2,4	3,4	3,8	4,1	0,7	0,6	1,1	0,4	0,4	5,3	3,0	100,0
Oeste	N_Rep	1,3	7,5	1,2	4,8	12,9	1,1	8,7	12,0	2,5	4,8	10,3	6,1	6,2	3,0	3,2	4,2	1,5	0,7	0,4	1,4	0,4	0,4	4,0	1,5	100,0
Aeroporto	N_Rep	1,1	1,8	0,7	1,7	8,8	1,2	6,3	10,1	2,5	4,8	10,3	7,8	7,6	4,4	3,4	4,5	4,3	1,5	0,9	2,6	1,3	2,0	5,7	4,7	100,0
Setor Bela Vista/ Nova Suíça	N_Rep	0,6	5,7	1,1	2,6	11,8	1,3	8,2	12,4	3,9	7,7	9,4	6,0	9,0	2,9	2,5	4,8	1,9	0,7	0,6	1,1	0,8	0,1	3,6	1,3	100,0
Setor Bueno/Coimbra	N_Rep	1,2	5,8	0,6	1,3	9,2	2,4	5,2	9,0	1,9	4,8	11,6	4,6	6,8	2,5	3,0	8,1	4,5	1,0	1,4	3,5	1,9	1,4	5,4	2,9	100,0
Município ABADIA DE GOIÁS	N_Rep	11,8	0,2	0,4	0,2	3,6	0,6	0,0	0,2	0,5	1,1	5,7	10,3	1,7	2,6	1,4	9,1	8,4	7,0	2,0	5,4	5,6	7,9	13,1	1,2	100,0
Município ARAGOIANIA	N_Rep	15,7	0,0	0,8	0,3	2,0	1,0	0,4	0,7	0,4	1,3	2,9	6,0	1,4	2,7	0,9	6,7	6,5	5,8	2,0	8,1	5,8	8,0	16,9	3,7	100,0
Município HIDROLANDIA	N_Rep	22,0	0,4	0,6	0,2	1,9	0,9	0,3	0,6	0,7	0,9	4,2	2,5	1,9	4,0	0,9	6,6	9,4	4,6	3,4	4,8	5,0	7,1	13,2	3,8	100,0
Município NEROPOLIS	N_Rep	13,4	0,5	0,3	0,2	4,3	0,8	0,3	0,7	0,3	0,8	5,4	2,3	2,4	3,2	1,2	7,0	8,9	4,6	2,6	5,7	12,3	9,6	8,9	4,1	100,0
Município SANTO ANTONIO DE GOIAS	N_Rep	18,7	0,0	0,6	0,5	5,3	0,5	0,6	2,1	0,2	0,0	3,9	2,2	7,2	1,8	0,8	4,4	8,0	10,4	4,4	3,9	2,4	8,9	8,2	4,8	100,0
TRIN-Pai Eterno/Zona Rural	N_Rep	16,6	0,0	0,2	0,0	0,8	0,9	0,3	0,0	0,2	0,5	3,0	1,4	2,0	1,2	0,7	8,3	7,1	7,1	3,9	8,7	5,6	14,2	13,2	4,0	100,0
Município GOIANAPOLIS	N_Rep	50,8	0,3	0,0	0,3	2,1	0,3	0,2	0,4	0,1	1,1	2,2	0,2	1,0	2,4	0,8	5,9	6,3	1,4	2,2	2,4	6,7	3,2	8,0	1,5	100,0

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)